

Relatório de Gestão ²⁰¹³



Câmara Municipal
de Redondo

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Proposta | 5 |
| Introdução | 7 |
| Enquadramento legal | 9 |
| Caracterização da Entidade | 12 |
| Identificação | 13 |
| Número de Eleitores | 13 |
| Legislação | 14 |
| Estrutura | 14 |
| Estrutura Política | 14 |
| Estrutura Organizacional | 16 |
| Serviços de Assessoria | 17 |
| Serviço de Apoio | 17 |
| Serviços Operativos | 17 |
| Recursos Humanos | 18 |
| Identificação dos Membros do Executivo | 18 |
| Organização Contabilística | 19 |
| Informações Consideradas Relevantes | 20 |
| Contratos de Empreitada e Fornecimento | 20 |
| Indicadores de Gestão | 20 |
| Outras Informações | 21 |
| Ações Inspetivas | 21 |
| Documentos de Gestão | 21 |
| Enquadramento da Economia Portuguesa | 21 |
| Economia Portuguesa | 24 |
| Projeções para a Economia Portuguesa, 2013-2014 | 30 |
| Execução dos Documentos Previsionais | 35 |
| Análise Sumária da Execução Orçamental e Patrimonial | 36 |
| Receitas | 37 |
| Receitas Correntes | 37 |
| Receitas de Capital | 38 |
| Despesa | 38 |
| Despesas Correntes | 38 |
| Despesas de Capital | 38 |
| Saldo Orçamental e Saldo da Gerência | 38 |

| | |
|--|----|
| Ótica Orçamental | 39 |
| Demonstrações Financeiras | 39 |
| Plano Plurianual de Investimentos | 40 |
| Investimentos por Sectores Estruturais | 41 |
| Transferências Recebidas | 43 |
| Relação entre Receitas e Despesas Correntes de Capital | 43 |
| Controlo do Equilíbrio Orçamental Corrente e em Sentido Substancial | 44 |
| Evolução do Investimento Realizado | 47 |
| Plano de Atividades Municipais (PAM) | 48 |
| Despesas por Sectores Estruturais | 48 |
| Grandes Opções do Plano (PPI+PAM) | 49 |
| Despesa Realizada com as Grandes Opções do Plano | 49 |
| Orçamento | 50 |
| Resumo da Execução Orçamental | 50 |
| Orçamento da Receita | 50 |
| Receitas Correntes | 50 |
| Receitas de Capital | 53 |
| Análise Global da Receita | 54 |
| Evolução da Receita 2009/2013 | 55 |
| Evolução da Receita em Percentagem | 55 |
| Evolução da Receita – Variações Anuais | 56 |
| Evolução da Execução Orçamental da Receita | 57 |
| Orçamento da Despesa | 58 |
| Despesas Correntes | 59 |
| Despesas de Capital | 60 |
| Análise Global da Despesa | 61 |
| Evolução da Despesa 2009/2013 | 61 |
| Evolução da Despesa em Percentagem | 62 |
| Evolução da Despesa – Variações Anuais | 63 |
| Compromissos Assumidos e Não Faturados ou Compromissos Assumidos por Faturar | 63 |
| Fluxos de Caixa | 64 |
| Movimentos de Tesouraria | 65 |
| Indicadores Orçamentais | 66 |
| Modificações Orçamentais | 68 |
| Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos | 68 |
| Modificações ao Plano de Atividades | 69 |
| Modificações ao Orçamento da Receita | 69 |

| | |
|---|-----|
| Modificações ao Orçamento da Despesa | 70 |
| Ótica Patrimonial | 70 |
| Demonstrações Financeiras | 71 |
| Balanço | 71 |
| Análise do Balanço no Último Triénio | 72 |
| Imobilizado | 76 |
| Disponibilidades (Orçamentais) | 78 |
| Demonstração de Resultados (Por Natureza) | 78 |
| Resultados Operacionais | 79 |
| Resultados Financeiros | 80 |
| Resultados Extraordinários | 80 |
| Resultado Líquido do Exercício | 81 |
| Indicadores de Gestão Patrimoniais | 82 |
| Dívidas de Terceiros | 86 |
| Dívidas a Terceiros (Excluindo a Banca) | 87 |
| Dívidas com Empréstimos Bancários | 88 |
| Cálculo do Limite Legal de Endividamento | 89 |
| Atividades Desenvolvidas | 90 |
| Apoio Jurídico | 91 |
| Serviço Municipal de Proteção Civil | 92 |
| Serviço de Informática | 93 |
| Gabinete de Informação | 94 |
| DAF – Divisão Administrativa e Financeira | 95 |
| DPD – Divisão de Planeamento e Desenvolvimento | 112 |
| Serviço Técnico de Obras e Serviços Urbanos | 119 |
| Serviço de Administração Urbanística | 122 |
| DSC – Divisão Sociocultural | 123 |
| Factos Relevantes Verificados Após o Encerramento do Exercício | 137 |
| Proposta de Aplicação dos Resultados | 137 |



Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

- PROPOSTA -

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ATINENTES AO EXERCÍCIO DE 2013

Eximos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal
Eximo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Eximos. Senhores Membros da Assembleia Municipal

Em ordem ao preceituado no n.º 1, do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, atentas as regras e os procedimentos contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos conjugados do preceituado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, e alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, ambos, artigos, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apresentam-se e submetem-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Redondo os documentos de prestação de contas atinentes ao exercício económico-financeiro do ano de 2013.

No cumprimento deste preceito legal, o presente conjunto de documentos apresentados incluem a comparabilidade entre os objetivos previamente traçados, os meios e os métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos. Por isso, subjacente à sua elaboração está o propósito de informar, possibilitando, assim, uma adequada avaliação da eficácia da aplicação dos dinheiros públicos em prol da estratégia de desenvolvimento concelhio.

Mais do que efetuar uma análise da documentação em que se assentam as contas do Município no ano civil transato, esta nota pretende formular uma breve síntese da atividade desenvolvida, destacando os projetos e as ações mais relevantes.

Contámos com a nossa capacidade de investimento para cumprir o princípio da gestão rigorosa, transparente e realista sem comprometer o futuro, no que respeita às responsabilidades sociais e à imagem de confiança e credibilidade que caracteriza o Município de Redondo. Por isso orgulhamo-nos de todo o trabalho desenvolvido.

Este documento é particularmente objetivo na descrição do trabalho efetuado. É importante que os munícipes conheçam o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Redondo, para o quanto seria possível fazer mais se se cumprisse o Lei das Finanças Locais na sua plenitude, sem condições impostas como redução de receitas, obrigatoriedade de redução de recursos humanos e condicionantes impostas à contratação de pessoal, controle financeiro e económico.

Neste sentido, no momento em que, através do presente relatório, aprez reconhecer e enaltecer o trabalho de uma equipa – que integra, na linha da frente, todos os funcionários municipais – e em equipa, com otimismo, confiança e rigor.

Redondo, 05 de Abril de 2014.

O Presidente da Câmara Municipal


António José Rega Matos Recto

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativo ao ano de 2013, refletindo a atividade municipal desenvolvida, a organização municipal, o capital humano e a situação económica e financeira do Município de Redondo.

Pretende-se que constitua um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, onde de uma forma rápida e simples se visualizam as informações, através dos mapas, diagramas e demais indicadores de análise apresentados, procura espelhar-se aquela que foi a atividade desenvolvida pelo executivo na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral e aos municípios do Concelho de Redondo em particular, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro³).

Descrevem-se as atividades mais relevantes e os projetos de investimento levados a cabo pelo Município dificilmente perceptíveis pela simples análise das informações orçamental e/ou financeira.

O Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas do referido Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II.ª Série do Diário da República de 18 de Agosto de 2001, para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL.

Neste pressuposto, aborda-se a situação económica e financeira do Município, nas vertentes "orçamental" e "patrimonial".

Dos conteúdos tratados, destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

despesas previstas no Orçamento de 2013 e o inerente reflexo na situação patrimonial do Município (execução patrimonial).

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo. Para um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores. Elaborou-se ainda um exame detalhado às contas de balanço e demonstrações de resultados para verificação da legalidade dos procedimentos contabilísticos, que se anexa ao presente relatório.

O Relatório reflete a atividade desenvolvida por cada um dos diferentes serviços municipais, revelando uma grande diversidade da intervenção municipal e o empenho de todos os serviços e de cada um dos trabalhadores.

Integrando as linhas de desenvolvimento estratégicas definidas como objetivos para o atual mandato, os Documentos de Prestação de Contas (DPC) traduzem a concretização das orientações fixadas pelos Órgãos Autárquicos, incluídas nas Opções do Plano para 2013, dando continuidade e consolidando projetos estruturantes.

Este relatório inicia-se com um enquadramento macroeconómico, de forma a possibilitar a perceção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do Executivo Municipal. Com base nas projeções do Banco de Portugal apresentam-se também, de forma sucinta, as perspetivas para o presente exercício económico bem como para o próximo.

Depois desse enquadramento segue-se a informação financeira e a proposta para a aplicação de resultados, terminando com a síntese das principais atividades desenvolvidas no exercício económico de 2013 pelas principais estruturas orgânicas.

O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício - analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicáveis;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia - considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;

- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos – de terceiros e a terceiros nos últimos quatro anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

ENQUADRAMENTO LEGAL¹

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica. É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo presidente à apreciação e votação do órgão deliberativo.

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas² referentes ao ano financeiro de 2013, conforme o preceituado na alínea i) n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro³.

POCAL

1 – Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimento, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras (in POCAL)

2 – Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas consideram-se: Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

3 – Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;



Cabe à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º do referido diploma legal⁴. O documento agora apresentado foi elaborado em conformidade com o Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 que aprovou o novo sistema contabilístico das autarquias locais.

Os Documentos de Prestação de Contas (DPC) são apresentados conforme estabelece a Resolução n.º04/2001 – 2.ª Secção⁵ – Tribunal de Contas, de 12 Julho de 2001.

Documentos de prestação de contas

1. Os documentos de prestação de contas são os que se encontram definidos no POCAL, bem como um terceiro conjunto não referido, todos discriminados no ANEXO I das presentes Instruções.
2. Consideram-se integradas no Grupo 1 do ANEXO I as autarquias locais e entidades equiparadas cujo movimento anual da receita seja igual ou superior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública, arredondado de acordo com as normas legais.
3. Consideram-se integradas no Grupo 2, aquelas cujo movimento anual da receita seja inferior ao limite estabelecido no número anterior.

4 - Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

5 - Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção

Instruções Nº 01/2001 – 2ª S – Instruções Para A Organização E Documentação Das Contas Das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, Abrangidas Pelo Plano Oficial De Contabilidade Das Autarquias Locais (Pocal).

O Tribunal de Contas, em sessão de 12 de Julho de 2001, nos termos do disposto na alínea b) do art. 6º e alínea e) do nº 1 do art. 78º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, deliberou que as contas das autarquias locais e entidades equiparadas sujeitas ao POCAL deverão ser organizadas e documentadas de acordo com as presentes Instruções.

Quadro - I
Do Regime Completo

| Documentos de Prestação de Contas | | Fundamentação Legal | | A enviar | | |
|------------------------------------|---|---------------------|--------|----------|----|-----|
| | | POCAL | TC | CCDR | TC | INE |
| | | Número | Número | | | |
| Balço | | 5 | 1 | X | X | X |
| Demonstração de Resultados | | 6 | 2 | X | X | X |
| Mapas de Execução Orçamental | Mapa de controlo orçamental – Despesa | 7.3.1 | 6 | X | X | X |
| | Mapa de controlo orçamental – Receita | 7.3.2 | 7 | X | X | X |
| | Mapa de execução anual do PPI | 7.4 | 8 | X | X | |
| | Mapa dos Fluxos de Caixa | 7.5 | 9 | X | X | X |
| | Mapa das contas de ordem | 7.5 | 10 | X | X | X |
| | Mapa de operações de tesouraria | 7.6 | 11 | X | X | X |
| | Caracterização da entidade (a) | 8.1 | 12 | | X | |
| | Notas ao balanço e à demonstração de resultado (a) | 8.2 | 13 | | X | |
| | -Quadro discriminativo do ativo bruto | 8.2.7 | | | X | |
| | -Quadro discriminativo das amortizações e provisões | 8.2.7 | | | X | |
| | -Quadro discriminativo das reavaliações (b) | 8.2.11 | | | X | |
| | -Quadro discriminativo das contas de ordem | 8.2.26 | | | X | |
| | -Quadro discriminativo das provisões acumuladas b) | 8.2.27 | | | X | |
| | -Quadro discriminativo do emvmc (a) | 8.2.29 | | | X | |
| | -Quadro discriminativo da variação da produção(a) | 8.2.30 | | | X | |
| | -Quadro discriminativo dos resultados financeiros | 8.2.31 | | | X | |
| | -Quadro discriminativo dos resultados extraordinários | 8.2.32 | | | X | |
| Anexo às Demonstrações Financeiras | Mapa das modificações ao orçamento - Receita | 8.3.1.1 | 14 | | X | |
| | Mapa das modificações ao orçamento - Despesa | 8.3.1.2 | 15 | | X | |
| | Mapa das modificações ao PPI | 8.3.2 | 16 | | X | |
| | Mapa da contratação administrativa - situação dos contratos | 8.3.3 | 17 | X | X | X |
| | Mapa das transferências correntes - Despesa | 8.3.4.1 | 18 | | X | |
| | Mapa das transferências de capital - Despesa (b) | 8.3.4.2 | 19 | | X | |
| | Mapa dos subsídios concedidos (b) | 8.3.4.3 | 20 | | X | |
| | Mapa das transferências correntes - Receita | 8.3.4.4 | 21 | | X | |
| | Mapa das transferências de capital - Receita | 8.3.4.5 | 22 | | X | |
| | Mapa dos subsídios obtidos (b) | 8.3.4.6 | 23 | | X | |
| | Mapa dos ativos de rendimento fixo (a) | 8.3.5.1 | 24 | | X | |
| | Mapa dos ativos de rendimento variável (a) | 8.3.5.2 | 25 | | X | |
| | Mapa dos empréstimos | 8.3.6.1 | 26 | X | X | X |
| Mapa de outras dividas a terceiros | 8.3.6.2 | 27 | | | | |
| Relatório de Gestão (c) | | 13 | 28 | X | X | X |

As autarquias locais devem, complementarmente aos documentos acima identificados, enviar ao Tribunal de Contas os seguintes documentos.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Quadro - II
Outros Documentos A Enviar Ao Tribunal de Contas

| Outros documentos a elaborar | Fundamentação Legal | | A enviar |
|--|---------------------|--------|-------------|
| | POCAL | TC | Tribunal de |
| | Número | Número | Contas |
| Guia de remessa (d) | | 29 | X |
| Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta (d) | | 30 | X |
| Norma de controlo interno e suas alterações (d) | 2.9.9 | 31 | X |
| Mapa resumo do diário de tesouraria (d) | 12.2.9 | 32 | |
| Mapa síntese das reconciliações bancárias (d) | | 33 | |
| Mapa de fundo de maneiio (d) | | 34 | |
| Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais (d) | | 35 | |
| Relação de acumulação de funções (d) | | 36 | |
| Relação nominal de responsáveis (d) | | 37 | X |

a) Estes documentos integram o Relatório de Gestão;
b) Não se apresentam estes documentos porque não houve movimentos desta natureza em 2012;
c) O Relatório de Gestão antecede os presentes documentos anexos;
d) A apresentar apenas ao Tribunal de Contas;

Em cumprimento com o regulamentado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o POCAL, o Executivo Camarário apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2013. Documento que constitui um dos elementos de prestação de contas, conforme o ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

As autarquias locais têm património e finanças próprias, dispõe o art.º 238/1 da Constituição da Republica Portuguesa – CRP. O regime das finanças locais em vigor foi aprovado pela Lei n.º 28/2007, de 15 de Janeiro, diploma que revogou do disposto do seu art.º 64/1 a lei n.º42/98 de Agosto.

As receitas próprias das autarquias locais incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu património, as cobradas pela utilização/prestação dos seus serviços, os impostos que legalmente lhes são consignados, para além daquelas que são transferidas diretamente do Orçamento de Estado e ainda a participada dos projetos candidatados a fundos comunitários ou provenientes de contratos-programa celebrados com o Estado.

O concelho está servido das chamadas necessidades básicas, o saneamento (abastecimento público de água, esgotos e recolha de resíduos) e eletricidade na ordem dos 96%.

Também no que concerne às vias de comunicação, graças aos investimentos entretanto realizados, é possível afirmar que correspondem às necessidades essenciais da população, encontrando-se em bom estado de conservação.

IDENTIFICAÇÃO

Município de Redondo

Fraça da República

7170 – 011 Redondo

Telefone (geral): 266 989 210

Fax: 266 909 039

N.º Identificação Fiscal: 501 834 117

CAE: 75113 Administração Local

Visa a prossecução dos interesses próprios da população do Município de Redondo.

REGIME FINANCEIRO – Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro até a entrada da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro.

E-mail: geral@cm-redondo.pt

NÚMERO DE ELEITORES

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011) o Concelho de Redondo possui 7.031 habitantes.

O Concelho de Redondo ocupa uma área de 369,75 Km², que corresponde a 5% do distrito de Évora, o que representa 4,2% da população residente neste distrito. Deste concelho fazem parte 2 freguesias (Redondo e Montoito). Na atividade económica os



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

setores terciário (*comércio e serviços*) e secundário (*indústria*) empregam cerca de 78% da população ativa.

De acordo com os dados da DGAI (Direção Geral de Administração Interna) o número de eleitores recenseados é de 6.138 (Fonte: Listagem publicada pelo STAPE na II Série do Diário da República, N.º124, de 01/07/2013), de acordo com a estrutura proposta pelo POCAL, até aos 10.000 eleitores.

LEGISLAÇÃO

A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios das populações, art.º 235 da Constituição da República Portuguesa – CRP. Dispõem de Mapa de Pessoal próprio, o disposto no art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

As Autarquias locais têm poder regulamentar nos limites da Constituição e das leis vigentes.

Existem aprovados diversos Regulamentos, que definem um conjunto de regras de natureza administrativa, dentro das atribuições dos Município.

ESTRUTURA

O sistema organizativo do Município de Redondo é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz político e outra de cariz administrativo, fortemente relacionadas e interdependentes, de cujo funcionamento decorre o desenvolvimento da atividade Municipal.

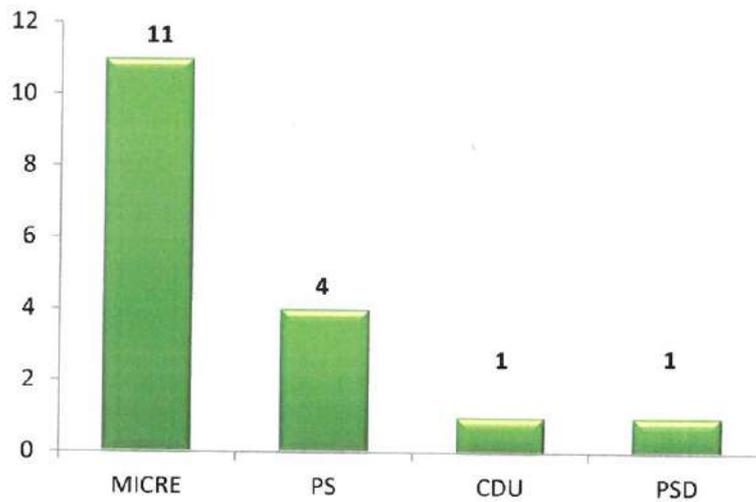
ESTRUTURA POLÍTICA

A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

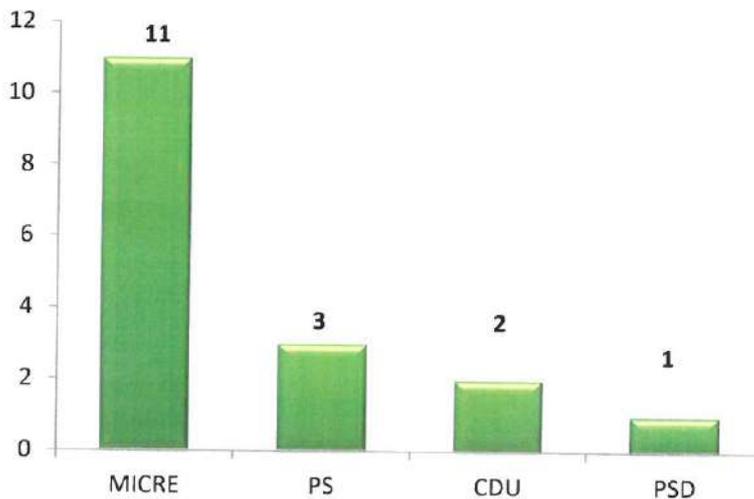
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

A Assembleia Municipal é constituída por 17 membros, 15 eleitos diretamente e 2 indiretamente, uma vez que assumem aquela função por inerência do cargo de Presidente de Junta das Freguesias.

Gráfico – I
(até 15/10/2013)



(após 15/10/2013)



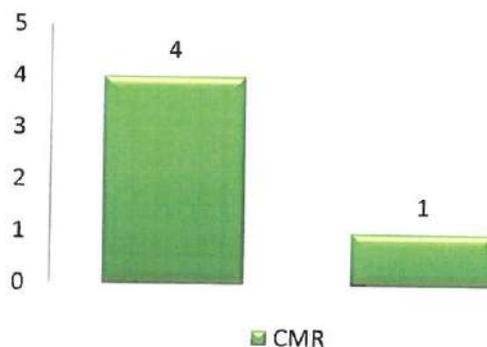
A Câmara Municipal é constituída por 5 membros – 1 Presidente e 4 Vereadores – a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente



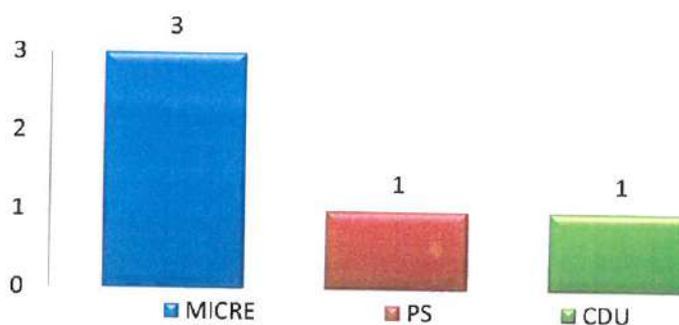
[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

estabelecido, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Gráfico - II
(até 15/10/2013)



(após 15/10/2013)



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Câmara Municipal de Redondo não possui Serviços Municipalizados nem Empresas Municipais.

O órgão de natureza consultiva e de fiscalização é a Assembleia Municipal.

Possui Mapa de Pessoal aprovado pela Câmara Municipal em 15/11/2010, pela Assembleia Municipal de Redondo em 22/12/2010, e o Regulamento de Organização dos Serviços, que organiza a vida interna da entidade, com base no Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série – n.º 242 – 16 de Dezembro de 2010, Aviso n.º 26432/2010.

SERVIÇOS DE ASSESSORIA

Que asseguram a execução de tarefas de assessoria técnica e apoio administrativo aos órgãos políticos do Município e cuja composição é a seguinte.

1. Gabinete de Apoio à Presidência (GAP)
2. Gabinete Técnico-Jurídico (GTJ)
3. Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)
4. Serviços de Informática (SI)
5. Gabinete de Informação (GI)

SERVIÇO DE APOIO

As atividades desenvolvidas pela Divisão Administrativa e Financeira (DAF), pelo apoio que prestam às diversas unidades orgânicas, ao nível do planeamento financeiro, controlo de execução orçamental e gestão administrativa de meios humanos e materiais, constituem um suporte ao funcionamento dos restantes serviços.

SERVIÇOS OPERATIVOS

O funcionamento visa a prestação de serviços à população, num conjunto de áreas de competência identificado com os grandes objetivos estratégicos da política definida pelo Executivo Municipal para o exercício do mandato. Integram estes serviços as seguintes unidades orgânicas.

1. Divisão de Planeamento e Desenvolvimento (DPD)
3. Divisão Administrativa e Financeira (DAF)
4. Divisão de Obras e Equipamentos (DOE)



RECURSOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Em resultado da eleição dos órgãos das autarquias locais do dia 11 de outubro de 2009, no período de 01 de Janeiro a 15 de outubro de 2013.

Presidente:

- Alfredo Falamino Barroso

Vereadores:

- António José Rega Matos Recto
- Domingos Ricardo Lino Carvalho Freixial
- José Manuel Mendes Portel
- Maria Inácia Pulido Cachopas

NÚMERO DE VEREADORES (Período de 01/01/2013 a 15/10/2013)

O Executivo Municipal possui 4 Vereadores, 2 dos quais em regime de permanência (António José Rega Matos Recto e José Manuel Mendes Portel). Não possui Vereadores a meio tempo.

Em resultado da eleição dos órgãos das autarquias locais do dia 29 de setembro de 2013, no período de 15 de outubro a 31 de dezembro de 2013.

Presidente:

- António José Rega Matos Recto

Vereadores:

- José Manuel Mendes Portel
- Luís Fernando Gomes Faleiro
- Armindo Manuel Beira Ramalhosa
- David Manuel Palma Grave

NÚMERO DE VEREADORES (Período de 15/10/2013 a 31/12/2013)

- O Executivo Municipal possui 4 Vereadores, 2 dos quais em regime de permanência (José Manuel Mendes Portel e Armindo Manuel Beira Ramalhosa). Não possui Vereadores a meio tempo.

ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade do Município de Redondo está organizada segundo o POCAL, utilizando-se software adquirido à sociedade Medidata.Net, Software para as Autarquias Locais, S.A..

Este software corre numa lógica cliente servidor, desenvolvido por uma linguagem propriedade da Medidata, designada por SAGA. É composto pelas aplicações de Pessoal, Atendimento, Armazém, Património, Águas, Gestão de Obras Municipais, Ciclomotores, Cemitérios, Obras Particulares, Uso e Porte de Arma, Publicidade, Máquinas de Diversão, Feiras, Gestão de Máquinas e POCAL, SIADAP, que estão interligadas.

Para salvaguarda de toda a informação, são efetuadas cópias de segurança da base de dados, diariamente.

A aplicação de POCAL facilita a automatização da informação contabilística, possibilitando uma gestão financeira mais eficaz e eficiente.

As suas funcionalidades consistem:

Módulo de configuração de tipos de despesa, receita, etc., que permite uma fácil e rápida classificação contabilística dos documentos; elaboração e gestão do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e PAM); emissão e respetivo tratamento de documentos de forma automática, efetuando os respetivos lançamentos nos diários de movimentos, extratos, balancetes, etc., nos subsistemas de controlo orçamental, contabilidade patrimonial, contas de ordem, gestão de tesouraria, gestão de terceiros, processamento de operações de fim de exercício e emissão dos documentos de Prestação de Contas.

INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

CONTRATOS DE EMPREITADA E FORNECIMENTO

Mandato de 2009/2013:

O limite para a realização de obras por administração direta é de 750.000.00€, nos termos legais e fixado pelo órgão executivo em sessão ordinária de 27/10/2009 e pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 10/12/2009.

Mandato de 2013/2017:

O limite para a realização de obras por administração direta é de 400.000.00€, nos termos legais e fixado pelo órgão executivo em sessão ordinária de 18/10/2013 e pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 28/11/2013.

INDICADORES DE GESTÃO

Quadro – III
(Valores em Euros)

| | |
|--|----------------|
| FEF atribuído ao Município 2013 | 4.258.844,00 € |
| Receitas correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação | 5.898.196,00 € |
| Despesas de capital no ano anterior ao da gerência em apreciação | 2.016.075,00 € |
| Despesas com Pessoal (2013) | 4.140.296,00€ |
| Pessoal do quadro – Regime de contrato Individual de Trabalho | 1.830.930,00€ |
| Pessoal em qualquer outra situação | 150.654,00€ |
| Órgãos autárquicos | 83.380,00€ |
| Outras | 1.223.773,00 € |
| Limite de Endividamento com Empréstimos de Curto Prazo | 582.122,08 € |
| Dívida de Empréstimos de Curto Prazo: | 0,00 € |
| Limite de Endividamento com Empréstimos de Médio/Longo Prazos: | 5.821.220,81 € |
| Dívida de Empréstimos de Médio/Longo Prazos: | 475.240,60 € |

| | |
|---|----------------|
| Limite de Endividamento Líquido: | 7.276.523,01 € |
| Endividamento Líquido (não considerando as entidades participadas a relevar nos termos da Lei das Finanças Locais): | 0,00 € |
| Dívidas a receber de terceiros (2013) | 1.562.176,20 € |
| Dívida da Câmara (31/12/2013) | 239.105,71 € |

OUTRAS INFORMAÇÕES

ACÇÕES INSPECTIVAS

Foi inspeccionado o período de 2004 a 2008 inclusivé, por parte da IGAL – Inspeção Geral da Administração Local.

Pela ordem de serviço nº 31/2012, de 05/março, foi determinada a realização de uma inspeção ordinária ao Município de Redondo, por parte da IGF – Inspeção Geral de Finanças, em cumprimento do plano de inspeções da ex-IGAL para 2011.

A presente ação abrangeu genericamente o biénio 2010/2011, tendo sido analisados processos relativos ao ano de 2012, sempre que tal se justificou, tendo em vista a oportunidade dos resultados das verificações.

DOCUMENTOS DE GESTÃO

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2013 foram aprovados pelo órgão executivo em 28/11/2012 e pelo órgão deliberativo em 12/12/2012.

ENQUADRAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Na reunião de 6 de março, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter a taxa das operações principais de refinanciamento em 0.25 por cento e as taxas das facilidades de depósito e de cedência de liquidez em 0.00 e 0.75 por cento, respetivamente. De acordo com o Conselho, a informação mais recente confirmou que



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink.]

a recuperação moderada da economia da área do euro tem continuado em linha com o anteriormente esperado. As projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do BCE, que abrangem agora o período até ao final de 2016, sustentam a expectativa anterior do Conselho de que a área do euro está a passar por um período prolongado de inflação baixa, que deverá ser seguido de um movimento gradual no sentido de taxas de inflação compatíveis com o objetivo de estabilidade de preços. Ao mesmo tempo, as condições monetárias e de crédito continuam contidas. As expectativas de inflação no médio a longo prazo permanecem firmemente ancoradas em linha com o objetivo de manter a inflação abaixo, mas próximo, de 2.0 por cento. Em relação às perspetivas de médio prazo para a inflação e atividade económica, a informação disponível, segundo o Conselho, confirma a decisão de manter a orientação acomodatória da política monetária enquanto for necessário, contribuindo para a recuperação progressiva da atividade. O Conselho reafirmou a expectativa de manutenção das taxas de juro oficiais nos níveis atuais ou inferiores, que continua a ser baseada num cenário de inflação moderada no médio prazo, dada a fraqueza generalizada da economia real, o grau elevado de capacidade produtiva não utilizada e a dinâmica monetária contida. Relativamente aos desenvolvimentos no mercado monetário, o Conselho referiu ainda que permanece atento e está pronto para considerar todos os instrumentos disponíveis. Por fim, o Conselho sublinhou a determinação em manter o elevado grau de acomodação monetária e a disponibilidade para adotar novas medidas caso necessário.

Face ao final de janeiro, as taxas de juro do mercado monetário do euro mantiveram-se praticamente inalteradas. No dia 17 de março, as taxas de juro Euribor situavam-se em 0.23, 0.31, 0.41 e 0.58 por cento nos prazos de 1, 3, 6 e 12 meses, respetivamente.

A taxa de câmbio efetiva nominal do euro registou uma apreciação desde o final de janeiro. Entre o final de janeiro e o dia 17 de março, o euro apreciou-se 1.8 por cento em termos nominais efetivos, refletindo as apreciações de 2.9 por cento face ao dólar norte- -americano, 2.4 por cento face ao iene e 1.9 por cento face à libra esterlina. Em relação ao franco suíço, o euro depreciou-se 0.5 por cento no mesmo período.

A taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) da área do euro diminuiu em fevereiro de 0.8 para 0.7 por cento. Esta evolução refletiu essencialmente a redução da taxa de variação homóloga dos bens energéticos



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

(de -1.2 para -2.3 por cento) e, em menor grau, dos bens alimentares (de 1.7 para 1.5 por cento). Os preços dos serviços e dos bens industriais não energéticos aceleraram (de 1.2 para 1.3 por cento e de 0.2 para 0.4 por cento, respetivamente). Excluindo os bens alimentares e energéticos, a taxa de variação homóloga do IHPC aumentou de 0.8 para 1.0 por cento.

O preço internacional do petróleo manteve-se relativamente estável desde o final de janeiro. No dia 17 de março, o preço do barril de Brent situava-se em 108.5 dólares (78.1 euros), o que representa basicamente uma estagnação face ao nível verificado no final de janeiro (redução de 2.5 por cento em euros).

A segunda estimativa do Eurostat confirmou que o Produto Interno Bruto (PIB) na área do euro no quarto trimestre de 2013 acelerou de 0.1 para 0.3 por cento em cadeia (0.5 por cento em termos homólogos). A aceleração do PIB deveu-se essencialmente à recuperação do contributo das exportações líquidas de -0.4 para 0.4 pontos percentuais (p.p.), em virtude da aceleração das exportações e da desaceleração das importações. Em contraste, o contributo da procura interna diminuiu de 0.6 para -0.1 p.p., refletindo a diminuição do contributo da variação de existências (de 0.3 para -0.3 p.p.) e a desaceleração do consumo público. A variação em cadeia do consumo privado estabilizou em 0.1 por cento e a da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) aumentou de 0.6 para 1.1 por cento.

De acordo com as projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do BCEI divulgadas em março, a taxa de variação anual do PIB real deverá permanecer moderada em 2014 (1.2 por cento, após uma contração de 0.4 por cento em 2013) e aumentar em 2015 e 2016, para 1.5 e 1.8 por cento, respetivamente. Segundo o BCE, a aceleração projetada na atividade económica será sustentada pela recuperação gradual da procura interna e externa. A retoma da procura interna deverá beneficiar do aumento da confiança num contexto de redução da incerteza, dos efeitos favoráveis da política monetária acomodaticia, de um aumento do rendimento real disponível via redução do preço dos produtos energéticos, de uma política orçamental menos restritiva, assim como de uma melhoria gradual das condições na oferta de crédito. Simultaneamente, o efeito negativo nas perspetivas de médio prazo que advém da necessidade de reestruturação adicional dos balanços do setor privado e do elevado nível de desemprego deverá diminuir gradualmente ao longo do horizonte de



projeção. Por seu turno, o fortalecimento da procura externa beneficiará da recuperação gradual da economia mundial. No que respeita à inflação, o fortalecimento gradual da atividade económica e a diminuição da capacidade produtiva disponível, num contexto de expectativas de inflação ancoradas, deverão conduzir a um aumento da inflação ao longo do horizonte de projeção. As projeções sugerem que a taxa de variação média anual do IHPC deverá situar-se em 1.0 por cento em 2014, 1.3 por cento em 2015 e 1.5 por cento em 2016. Segundo o BCE, a perspetiva de inflação moderada deve-se sobretudo à expectativa de preços do petróleo decrescentes, com base nos futuros dos preços do petróleo, e à capacidade produtiva disponível na economia.

ECONOMIA PORTUGUESA

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), no quarto trimestre de 2013, o PIB aumentou 1.7 por cento em volume, face ao período homólogo, após uma variação de -0.9 por cento no terceiro trimestre. Em relação ao trimestre anterior, o PIB aumentou 0.6 por cento, após uma variação em cadeia de 0.3 por cento no trimestre anterior. Para esta aceleração do PIB, em termos homólogos, contribuiu principalmente a recuperação da procura interna, cujo contributo para a variação homóloga do PIB aumentou de -1.5 p.p. no terceiro trimestre para 0.1 p.p. no quarto trimestre, mas também o aumento do contributo da procura externa líquida (de 0.6 para 1.5 p.p.). A melhoria da procura externa líquida resultou de uma aceleração das exportações (de 7.2 para 9.4 por cento) tendo as importações apresentado uma ligeira desaceleração (de 5.5 para 5.2 por cento). No que se refere à procura interna, quer o consumo privado quer a FBCF apresentaram variações positivas, após quedas homólogas durante vários trimestres consecutivos (no caso do consumo privado desde o início de 2011 e no caso da FBCF desde o final de 2008). As variações homólogas no quarto trimestre de 2013 foram de 0.6 e 2.7 por cento, respetivamente, para o consumo privado e para a FBCF. Refira-se também que a variação homóloga do consumo público, em volume, aumentou para 0.1 por cento no quarto trimestre de 2013 (-1.3 por cento no terceiro trimestre) o que, segundo o INE, está parcialmente associado ao impacto do aumento do período normal de trabalho na Administração Pública de 35 para 40 horas semanais.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.]

Em fevereiro de 2014, o indicador coincidente mensal para a evolução homóloga tendencial da atividade económica, calculado pelo Banco de Portugal, estabilizou face ao mês anterior. Por sua vez, no mesmo período, o indicador coincidente mensal para a evolução homóloga tendencial do consumo privado voltou a aumentar relativamente ao mês anterior².

De acordo com os Inquéritos de Opinião da Comissão Europeia, no trimestre terminado em fevereiro de 2014, o indicador de sentimento económico registou um aumento relativamente ao quarto trimestre de 2013, refletindo uma melhoria generalizada dos indicadores de confiança dos consumidores e dos setores de atividade inquiridos. Relativamente ao consumo privado, no trimestre terminado em janeiro de 2014, o índice de volume de negócios no comércio a retalho³, divulgado pelo INE, aumentou em termos reais 1.9 por cento, após um crescimento de 1.3 por cento no quarto trimestre de 2013. No trimestre terminado em fevereiro de 2014, as vendas de veículos ligeiros de passageiros, incluindo veículos todo-o-terreno, aumentaram 36.1 por cento, após um aumento de 27.1 no quarto trimestre de 2013.

Relativamente à formação bruta de capital fixo, no trimestre terminado em fevereiro de 2014, as vendas de veículos comerciais ligeiros aumentaram 54.3 por cento, em termos homólogos (40.4 por cento no quarto trimestre de 2013), enquanto as vendas de veículos comerciais pesados cresceram 103.3 por cento (88.6 por cento no quarto trimestre). No trimestre terminado em fevereiro de 2014, as vendas de cimento das empresas nacionais para o mercado interno diminuíram 13.1 por cento, em termos homólogos, após uma queda de 10.9 por cento no quarto trimestre de 2013. No trimestre terminado em janeiro de 2014, as importações nominais de bens de equipamento excluindo material de transporte aumentaram 7.7 por cento, após um crescimento homólogo de 6.7 por cento no quarto trimestre de 2013.

Segundo a informação relativa ao comércio internacional de bens, divulgada pelo INE, as exportações nominais cresceram 2.3 por cento, em termos homólogos, em janeiro de 2014, enquanto as importações aumentaram 9.3 por cento. No mesmo período, as exportações e as importações excluindo combustíveis aumentaram 1.2 e 5.7 por cento, respetivamente.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Em fevereiro de 2014, o IHPC registou uma variação homóloga de 0.1 por cento, inferior em 0.2 p.p. à do mês anterior. A taxa de variação anual manteve-se em 0.4 por cento. A diminuição da inflação em fevereiro reflete uma redução mais acentuada dos preços dos bens (cuja variação homóloga diminuiu de -0.5 por cento em janeiro para -0.8 por cento em fevereiro) uma vez que os preços dos serviços apresentaram uma ligeira aceleração (de 0.8 para 0.9 por cento). A redução mais acentuada dos preços dos bens resultou de uma queda dos preços dos bens energéticos e de uma desaceleração dos preços dos bens alimentares. No mesmo período, a taxa de variação homóloga do IPC também diminuiu 0.2 p.p. em relação ao mês anterior, situando-se em -0.1 por cento, enquanto a taxa de variação é dia anual registou um valor idêntico ao observado no mês anterior (0.3 por cento).

De acordo com a Síntese da Execução Orçamental da Direção Geral do Orçamento de janeiro de 2014, no primeiro mês do ano, o saldo orçamental das administrações públicas em contabilidade pública cifrou-se em €636 milhões, o que compara com €121 milhões no mesmo mês de 2013.

Em janeiro de 2014, a receita fiscal do Estado aumentou 10.0 por cento em relação ao mês homólogo de 2013. Esta evolução reflete os crescimentos de 19.7 e 3.0 por cento, face a janeiro de 2013, da coleta de impostos diretos e indiretos, respetivamente. No que se refere à tributação direta, o aumento da receita foi determinado pelo desempenho do IRS, que, em janeiro de 2014, cresceu 24.2 por cento. Este resultado traduz essencialmente o agravamento deste imposto no Orçamento de Estado para 2013, uma vez que as tabelas de retenção na fonte aplicadas em janeiro de 2013 e 2014 são as dos respetivos anos anteriores. Pelo contrário, a cobrança de IRC, ainda pouco expressiva em janeiro, registou uma queda homóloga de 12.7 por cento, decorrente dos efeitos sobre a receita de janeiro de 2013 da antecipação da distribuição de dividendos em dezembro de 2012. No que diz respeito à tributação indireta, é de destacar o aumento homólogo de 4.2 por cento registado em janeiro pela receita do IVA. A receita das contribuições para o Regime Geral da Segurança Social registou em janeiro uma redução homóloga de 1.8 por cento.

A despesa primária das administrações públicas⁴ caiu 2.6 por cento em janeiro de 2014, o que compara com um aumento de 9.3 por cento no mesmo mês de 2013. Esta evolução esteve associada ao comportamento da despesa primária do Estado, que



apresentou uma diminuição homóloga de 28.5 por cento, resultante em larga medida da antecipação da contribuição mensal de fevereiro para o Orçamento da União Europeia em janeiro de 2013. No entanto, a despesa primária dos restantes subsectores das administrações públicas registou aumentos, sendo de destacar a subida de 9.1 por cento face a janeiro de 2013 nos Fundos e Serviços Autónomos. A despesa com remunerações certas e permanentes apresentou uma queda de 6.6 por cento para o total das administrações públicas, resultante de uma variação negativa em todos os subsectores. No que diz respeito às prestações sociais, a despesa com pensões do Regime Geral da Segurança Social aumentou 9.7 por cento, uma vez que o pagamento do primeiro duodécimo do subsídio de Natal ocorreu já em janeiro, o que não tinha acontecido em 2013. A despesa com subsídios de desemprego e apoio ao emprego manteve a tendência de desaceleração, registando uma queda de 14.8 por cento, que compara com um crescimento de 33.2 por cento no mesmo mês de 2013. Os montantes referentes à generalidade dos restantes subsídios mantiveram no essencial as quedas observadas nos últimos meses. A despesa com pensões e abonos da responsabilidade da Caixa Geral de Aposentações apresentou um aumento de 11.8 por cento em janeiro de 2014, refletindo também o efeito do pagamento do primeiro duodécimo do subsídio de Natal.

Em janeiro, a taxa de variação anual do crédito total ao setor privado não financeiro residente concedido por entidades residentes e não residentes manteve-se inalterada (em -2.0 por cento) 5. Esta evolução tem subjacente uma diminuição da taxa de variação anual do crédito total a sociedades não financeiras (de -0.4 para -0.6 por cento) e um aumento da taxa de variação anual do crédito total a particulares (de -4.3 para -4.1 por cento). Relativamente ao crédito a sociedades não financeiras, observou-se um aumento da taxa de variação anual do crédito total a sociedades não financeiras privadas (de -0.7 para -0.5 por cento), enquanto a taxa de variação anual do crédito a sociedades não financeiras públicas que não consolidam nas administrações públicas registou uma diminuição (de 3.5 para -0.6 por cento) 6. No que se refere ao crédito a particulares, observou-se uma manutenção da taxa de variação anual do crédito total para aquisição de habitação (em -3.8 por cento), e um aumento da taxa de variação anual do crédito total para consumo e outros fins (de -5.7 para -5.0 por cento).

Em janeiro, a taxa de variação anual dos empréstimos concedidos ao setor não monetário residente (excluindo administrações públicas) por bancos residentes diminuiu de -4.1 para -4.3 por cento⁷. Esta evolução reflete um aumento da taxa de variação anual dos empréstimos a instituições financeiras não monetárias (de -18.1 para -17.1 por cento) e uma diminuição da taxa de variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro (de -3.6 para -3.9 por cento). A taxa de variação anual dos empréstimos a sociedades não financeiras diminuiu (de -3.0 para -3.8 por cento), enquanto a taxa de variação anual dos empréstimos a particulares estabilizou (em -4.1 por cento). A taxa de variação anual de empréstimos a particulares para aquisição de habitação manteve-se inalterada (em -3.8 por cento), enquanto a taxa de variação anual dos empréstimos a particulares para consumo e outros fins aumentou (de -5.8 para -5.4 por cento).

Em janeiro, a taxa de variação em termos homólogos dos depósitos bancários do setor privado não monetário em bancos residentes diminuiu de 2.0 para 1.9 por cento⁸. A taxa de variação homóloga dos depósitos de particulares em bancos residentes manteve-se inalterada, situando-se em 1.3 por cento.

Em janeiro, registou-se um ligeiro aumento das taxas de juro médias sobre saldos de operações ativas nos empréstimos a sociedades não financeiras (de 4.37 para 4.38 por cento), nos empréstimos a particulares para consumo e outros fins (de 8.29 para 8.31 por cento)⁹, bem como nos empréstimos a particulares para aquisição de habitação (de 1.47 para 1.49 por cento). No que diz respeito às operações passivas, a taxa de juro sobre saldos de depósitos e equiparados com prazo até 2 anos diminuiu 3 p.b. para 2.16 por cento. Por sua vez, a taxa de juro relativa aos depósitos com prazo superior a 2 anos diminuiu ligeiramente (de 3.13 para 3.12 por cento). As taxas de juro médias sobre novas operações de empréstimos a sociedades não financeiras aumentaram no decurso de janeiro (de 5.08 para 5.34 por cento). As taxas de juro médias sobre novas operações para empréstimos a particulares também registaram um aumento, tanto no caso de empréstimos à habitação (de 3.25 para 3.29 por cento) como no caso de empréstimos para consumo e outros fins (de 7.36 para 7.89 por cento). No caso dos depósitos a prazo, também se registou um aumento das taxas de juro (de 1.57 para 1.71 por cento). Em fevereiro, a taxa de rendibilidade das obrigações do Tesouro com maturidade residual de 10 anos diminuiu 16 p.b. face ao nível observado no final do mês anterior, situando-se em 4.86 por cento. No mesmo período, o diferencial face à



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

taxa de rendibilidade das obrigações alemãs de maturidade comparável diminuiu para 324 p.b.. No decurso de março, a taxa de rendibilidade da dívida pública portuguesa diminuiu, situando-se em 4.62 por cento no dia 17 deste mês, enquanto o diferencial entre as taxas de rendibilidade das obrigações do tesouro e as obrigações alemãs diminuiu para 309 p.b. no mesmo período.

Em fevereiro, o índice PSI Geral registou, em valores de fim de período, uma valorização de 7.9 por cento relativamente ao mês anterior, tendo registado uma valorização de 20.8 por cento em termos homólogos. O índice *Dow Jones Euro Stoxx* registou uma valorização de 4.9 por cento relativamente ao mês anterior, tendo registado uma valorização de 21.1 por cento em termos homólogos. Entre o final de fevereiro e o dia 17 de março, o índice bolsista português registou uma variação de - 1.2 por cento.

Notas

1. As hipóteses técnicas para taxas de juro, taxas de câmbio e preços do petróleo e de matérias-primas não energéticas subjacentes a estas projeções têm por base informação até 12 de fevereiro de 2014.
2. As metodologias destes indicadores podem ser consultadas em: "Um novo indicador coincidente para a economia portuguesa", *Boletim Económico Junho 2004* e "Um novo indicador coincidente para o consumo privado em Portugal", *Boletim Económico Outono 2005*. Importa salientar que os indicadores coincidentes mensais calculados pelo Banco de Portugal, por definição, não têm componente irregular pelo que apresentam um perfil alisado e portanto não se destinam a captar em cada momento do tempo a evolução da taxa de variação homóloga da respetiva variável de referência.
3. Não considera as vendas de veículos automóveis e motociclos.
4. Numa ótica consolidada, i.e. excluindo transferências correntes e de capital para outros subsectores.
5. Taxas de variação anual dos saldos em fim de período, numa ótica consolidada, i.e., excluindo operações entre entidades do mesmo setor institucional.
São incluídos empréstimos concedidos, títulos emitidos e créditos comerciais. As séries encontram-se ajustadas de operações de titularização, reclassificações, abatimentos ao ativo e reavaliações cambiais e de preço. Quando relevante, os valores são ajustados do efeito de vendas de carteiras de crédito.
6. As sociedades não financeiras públicas que não consolidam nas administrações públicas estão incluídas no agregado estatístico das sociedades não financeiras e, por conseguinte, no agregado estatístico do setor privado não financeiro.
7. As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos a residentes concedidos por bancos residentes, em fim de mês, ajustados de operações de titularização e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao ativo e reavaliações cambiais e de preço. Quando relevante, os valores são adicionalmente ajustados do efeito de vendas de carteiras de crédito.
8. Inclui depósitos de residentes e de não residentes e exclui depósitos e equiparados com prazo acordado superior a 2 anos de outros intermediários financeiros e auxiliares financeiros residentes.
9. As taxas de juro são calculadas como médias de taxas de juro de empréstimos e depósitos de instituições financeiras monetárias (IFM) denominados em euros, face a residentes da área do euro, para cada setor e/ou finalidade, em cada classe de prazo contratual, ponderadas pelos respetivos montantes em dívida em final de mês.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Amorim', 'Silva', 'H. Silva', and 'B. Silva']

ENQUADRAMENTO DA ECONOMIA PORTUGUESA 2014 - 2016

As projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação gradual da atividade ao longo do horizonte. Para 2014 projeta-se um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1.2 por cento, seguido de uma aceleração para 1.4 por cento em 2015 e 1.7 por cento em 2016. Esta projeção aponta para que, no período 2014-2016, a economia portuguesa volte a apresentar um ritmo de crescimento próximo do projetado para a área do euro.

Inversão da queda da atividade económica e do emprego em 2013

A partir do segundo trimestre de 2013 verificou-se um aumento do nível de atividade económica, interrompendo a tendência de queda verificada desde 2011. Apesar deste aumento, o PIB em 2013 diminuiu 1.4 por cento, em termos médios anuais, refletindo os efeitos resultantes do perfil de queda acentuada verificado em 2012.

A atividade económica em 2013 foi caracterizada por uma recuperação da procura interna a partir do segundo trimestre, em particular do consumo privado e do investimento privado, a par da manutenção de um crescimento robusto das exportações, claramente superior ao da procura externa dirigida à economia portuguesa. O emprego registou uma queda, em termos médios anuais, de 2.8 por cento em 2013, tendo implícito um perfil de recuperação a partir do segundo trimestre. Este perfil refletiu a evolução do emprego no setor privado, tendo o emprego no setor público registado reduções acentuadas ao longo de todo o ano. O saldo da balança corrente e de capital situou-se em 2.6 por cento do PIB em 2013, tendo a balança de bens e serviços registado, pela primeira vez em várias décadas, um saldo positivo (1.7 por cento do PIB).

Recuperação moderada da atividade económica e do emprego ao longo do horizonte de projeção

A projeção para a economia portuguesa considera a informação disponível até meados de março de 2014 e tem subjacente um conjunto de hipóteses sobre a evolução futura do enquadramento da economia portuguesa análogo aos exercícios de projeção do Eurosistema. Pela primeira vez, o Banco de Portugal apresenta projeções para um horizonte de 3 anos, em linha com a decisão adotada no âmbito do Eurosistema.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Amor', 'Rui', 'H', and 'B']

As atuais projeções apontam para um crescimento moderado do PIB ao longo do horizonte, embora a um ritmo crescente. Contudo, o nível do PIB no final do horizonte deverá situar-se ainda abaixo do registado antes do início da crise financeira internacional.

A recuperação da atividade económica deverá ser suportada por uma aceleração da procura interna privada, com um contributo para o crescimento do PIB crescente ao longo do horizonte, passando de -2.6 p.p. em 2013 para 1.5 p.p. em 2016. Num contexto de aceleração do comércio a nível mundial, as exportações deverão manter um crescimento robusto, com um contributo para o crescimento do PIB relativamente estável, ligeiramente acima de 2 p.p.. O elevado nível de endividamento do setor privado deverá continuar a condicionar as decisões de consumo e de investimento das famílias e das empresas ao longo dos próximos anos. No setor público, a atividade deverá continuar a contrair, condicionada pelo processo de consolidação orçamental, embora a um ritmo progressivamente menor. A evolução projetada para a atividade económica tem implícita a manutenção da tendência de recomposição do PIB verificada no período mais recente, caracterizada pela transferência de recursos produtivos dos setores não transacionáveis para os setores transacionáveis. Neste quadro, antecipa-se alguma recuperação do emprego privado e uma redução gradual da taxa de desemprego.

Recuperação sustentada da procura interna e evolução robusta das exportações

A projeção aponta para uma recuperação gradual do consumo privado ao longo do horizonte, tendo implícita a manutenção da taxa de poupança num nível superior aos valores médios observados desde o início da área do euro. O rendimento disponível real deverá apresentar um crescimento marginal em 2014 e uma recuperação moderada em 2015 e 2016. Em termos de composição, projeta-se um aumento gradual do consumo de bens não duradouros, em linha com a evolução projetada para o rendimento disponível real. Para o consumo de bens duradouros, tendo em conta a informação já disponível para o primeiro trimestre, projeta-se um crescimento forte no ano corrente e um crescimento em torno de 2 por cento no período 2015-2016.

A Formação Bruta de Capital Fixo deverá aumentar ao longo do horizonte de projeção, em particular a componente empresarial. A evolução desta componente reflete perspectivas mais favoráveis de procura, quer interna quer externa, conjugada com a



necessidade de renovação do stock de capital, após um longo período de redução do investimento, e com o aumento recente verificado na utilização da capacidade produtiva em alguns setores da economia. Adicionalmente, o aumento da confiança dos agentes económicos e a redução da incerteza, bem como alguma melhoria nas condições de financiamento, deverão também contribuir para aquela recuperação. No entanto, a evolução deste agregado deverá continuar condicionada pela necessidade de reduzir o endividamento das sociedades não financeiras que, em comparação com outros países da área do euro, permanece muito elevado. O investimento residencial deverá apresentar uma trajetória de recuperação moderada ao longo do horizonte de projeção, num quadro de alguma recuperação do rendimento disponível das famílias e de alguma melhoria das condições de financiamento.

As exportações de bens e serviços deverão apresentar um crescimento relativamente estável ao longo do horizonte, ligeiramente acima de 5 por cento. O crescimento robusto das exportações é extensível quer à componente de bens quer à componente de serviços.

A evolução projetada para as exportações reflete, por um lado, a recuperação da procura externa dirigida à economia portuguesa e, por outro, ganhos adicionais de quota de mercado em 2014, embora de magnitude significativamente inferior aos observados em 2013.

Para 2015 e 2016 antecipam-se, em termos médios anuais, ganhos de quota marginalmente positivos, projetando-se, para 2016, uma estabilização da quota em níveis ligeiramente superiores aos observados no início da área do euro. Em 2016, as exportações deverão corresponder a cerca de 45 por cento do PIB (aumento de 13 p.p. em relação a 2008), o que constitui um dos aspetos mais salientes do processo de ajustamento recente da economia portuguesa.

A evolução projetada para as importações traduz a elasticidade habitual desta componente relativamente à evolução da procura global ponderada por conteúdos importados, o que implica um aumento da penetração de importações no horizonte de projeção.

Aumento da capacidade de financiamento da economia

As projeções macroeconómicas descritas anteriormente são consistentes com a continuação do processo de ajustamento dos desequilíbrios externos e, em particular,



com o aumento da capacidade de financiamento da economia. Projeta-se uma melhoria do saldo conjunto da balança corrente e de capital, para 3.3, 3.7 e 4.2 por cento do PIB em 2014, 2015 e 2016, respetivamente. Esta evolução traduz, em larga medida, a conjugação do dinamismo das exportações com uma aceleração das importações, a par de um efeito favorável de termos de troca, num quadro de redução do preço do petróleo em euros, decorrente das hipóteses técnicas deste exercício.

Manutenção da inflação em níveis reduzidos

Ao longo do horizonte de projeção, a inflação deverá permanecer em níveis reduzidos, embora se projete uma aceleração moderada dos preços, em linha com a recuperação da atividade económica. O IHPC deverá registar um crescimento, em termos médios anuais, de 0.5 por cento em 2014 e próximo de 1 por cento nos dois anos seguintes.

A manutenção de pressões inflacionistas internas e externas muito reduzidas, num quadro de recuperação moderada da economia mundial e de continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, deverá determinar um crescimento moderado dos preços dos serviços e dos bens não energéticos. Por seu turno, a componente energética do IHPC deverá apresentar uma redução marginal no período 2014-2016, refletindo, sobretudo, a evolução do preço do petróleo em euros.

Revisão em alta da projeção para a atividade em relação ao Boletim Económico do Inverno

Comparativamente com o anterior Boletim Económico, as projeções atuais implicam uma revisão em alta de 0.1 p.p. da taxa de crescimento anual do PIB em 2013, refletindo uma evolução mais favorável da procura interna, em particular do consumo privado e do investimento. Para 2014, a projeção foi revista em alta 0.4 p.p., refletindo, em larga medida, os efeitos resultantes do comportamento mais favorável da economia no segundo semestre de 2013, em relação ao anteriormente previsto. Para 2015, a revisão é marginalmente positiva e ascende a 0.1 p.p.. A projeção atual incorpora alguma alteração na composição do PIB, no sentido de um maior contributo da procura interna e de um menor contributo das exportações, em linha com a evolução recente da economia portuguesa. As projeções para a inflação foram revistas ligeiramente em baixa, refletindo a incorporação dos valores mais recentes do IHPC, que se revelaram inferiores aos antecipados no Boletim Económico do inverno.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Amor', 'Rui', 'Fl', and 'B']

Riscos equilibrados para a atividade económica e para a inflação

A projeção contempla riscos equilibrados para a atividade económica, sendo identificados riscos externos descendentes e riscos internos globalmente ascendentes. A nível externo, existe um risco associado à possibilidade de uma recuperação mais moderada da atividade mundial. Em particular, existem riscos de recuperação mais lenta da atividade económica na área do euro e nas economias emergentes. A concretização deste risco resultaria num menor crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa em 2014- 2016, com efeitos negativos nas exportações e no investimento. A nível interno, são identificados riscos ascendentes associados a uma recuperação mais acentuada do consumo privado e do investimento privado, decorrente do eventual impacto das reformas estruturais em curso sobre os níveis de produtividade e rendimento, os quais não foram considerados na projeção. Adicionalmente, existem riscos ascendentes associados a um crescimento mais acentuado do consumo privado, num quadro de recuperação do rendimento disponível e da confiança dos consumidores. Neste quadro, os riscos para a inflação são equilibrados.

Níveis mais elevados de crescimento deverão resultar de ganhos adicionais de produtividade

A projeção para o período 2014-2016 aponta para uma recuperação gradual da economia portuguesa, antecipando-se um ritmo de crescimento próximo do projetado para a área do euro. Algumas características da atual fase da economia portuguesa – capacidade líquida de financiamento externo, consolidação orçamental em curso, transferência de recursos do setor não transacionável para o setor transacionável – constituem elementos favoráveis a um processo de crescimento sustentável. Não obstante, o ritmo de recuperação estará sempre dependente da evolução da conjuntura internacional. Adicionalmente, os atuais níveis de endividamento da economia tenderão a condicionar o ritmo de crescimento do produto, que deverá situar-se abaixo do registado noutras fases de recuperação da economia portuguesa. Neste quadro, a materialização de níveis mais elevados de crescimento deverá resultar de ganhos de produtividade decorrentes das reformas estruturais em curso.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

INFORMAÇÃO DE GESTÃO

| RECEITA | PREVISTA ANUAL | LIQUIDADADA | TX.REAL. | RECEBIDA | TX.REAL. |
|--------------|----------------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
| CORRENTE | 5.869.388,00 | 5.949.797,72 | 101,3 | 5.962.284,55 | 101,5 |
| CAPITAL | 4.874.462,87 | 2.433.921,94 | 49,93 | 1.767.869,43 | 36,27 |
| OUTRAS | 2.946.688,06 | 1.020,12 | 0,03 | 1.020,12 | 0,03 |
| TOTAL | 13.690.538,93 | 8.384.739,78 | 64,52 | 7.731.174,10 | 56,47 |

| DESPESA | PREVISTA ANUAL | COMPROMETIDA | TX.REAL. | PAGA | TX.REAL. |
|--------------|----------------------|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
| CORRENTES | 8.475.888,00 | 7.370.113,31 | 86,95 | 7.279.340,80 | 85,88 |
| CAPITAL | 5.214.650,93 | 1.180.351,07 | 22,64 | 912.895,47 | 17,51 |
| TOTAL | 13.690.538,93 | 8.550.464,38 | 62,46 | 8.192.236,27 | 59,84 |

| SALDO DE TESOURARIA ORÇAMENTAL | DO ANO | ACUMULADO |
|--------------------------------|-------------|--------------|
| RECEBIDA - PAGA | -461.062,17 | 2.484.625,89 |

| SALDO CONTABILISTICO | DO ANO | ACUMULADO |
|----------------------------|------------|--------------|
| LIQUIDADADA - COMPROMETIDA | -165.724,6 | 2.779.963,46 |

| | |
|------------------------------------|------------|
| COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NAO PAGOS | 358.228,11 |
|------------------------------------|------------|

| FACT. EM RECEÇÃO E CONFERÊNCIA | DE ANOS ANTERIORES | DO ANO | TOTAL |
|--------------------------------|--------------------|--------|-------|
| | 0 | 0 | 0 |

| TOTAL DE FACTURAS POR PAGAR | DE ANOS ANTERIORES | DO ANO | TOTAL |
|-----------------------------|--------------------|------------|------------|
| | 56.856,16 | 297.441,63 | 354.297,79 |

| TOTAL DE FACTURAS POR VENCIMENTO | VENCIDAS | A 30 DIAS | SUPERIOR |
|----------------------------------|-----------|------------|----------|
| | 56.856,16 | 297.441,63 | 0 |

| EMPRESTIMOS OBTIDOS | SALDO INICAL | DEBITOS DO ANO | CREDITOS DO ANO | SALDO FINAL |
|-----------------------|--------------|----------------|-----------------|-------------|
| A CURTO PRAZO | 0 | 0 | 0 | 0 |
| A LONGO E MEDIO PRAZO | 572.968,83 | 97.728,23 | | 475.240,60 |



Handwritten signatures and initials:
 Rui
 H
 B

ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Prefende-se, neste capítulo proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental e patrimonial de 2013, nomeadamente, no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais variáveis.

Quadro – IV

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
(TRIÉNIO 2011/2013)

Un. Euros

| ANO | NATUREZA a) | RECEITAS | | | DESPESAS | | |
|------|--|-------------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|--------------|
| | | Previstas b) | Cobradas c) | Taxa exec. | Previstas b) | Pagas | Taxa exec. |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5=(4/3*100) | 6 | 7 | 8=(7/6*100) |
| 2011 | Saldo inicial | 3 800 536 | 3 800 536 | 100,00 | | | |
| | Reposições não abatidas nos pagamentos | 1 000 | 905 | 90,50 | | | |
| | Correntes | 6 373 690 | 6 125 795 | 96,11 | 7 921 540 | 7 458 031 | 94,15 |
| | Capital | 6 900 986 | 3 623 086 | 52,50 | 9 154 672 | 3 488 104 | 38,10 |
| | Total | 17 076 212 | 13 550 323 | 79,35 | 17 076 212 | 10 946 135 | 64,10 |
| 2012 | Saldo inicial | 2 613 352 | 2 613 352 | 100,00 | | | |
| | Reposições não abatidas nos pagamentos | 1 000 | 1 020 | 102,00 | | | |
| | Correntes | 6 292 400 | 5 898 196 | 93,74 | 7 915 752 | 6 718 606 | 84,88 |
| | Capital | 5 484 576 | 3 167 916 | 57,76 | 6 475 576 | 2 016 075 | 31,13 |
| | Total | 14 391 328 | 11 680 484 | 81,16 | 14 391 328 | 8 734 681 | 60,69 |
| 2013 | Saldo inicial | 2 945 688 | 2 945 688 | 100,00 | | | |
| | Reposições não abatidas nos pagamentos | 1 000 | 1 020 | 102,01 | | | |
| | Correntes | 5 869 388 | 5 962 285 | 101,58 | 8 475 888 | 7 279 341 | 85,88 |
| | Capital | 4 874 463 | 1 767 869 | 36,27 | 5 214 651 | 912 895 | 17,51 |
| | Total | 13 690 539 | 10 676 862 | 77,99 | 13 690 539 | 8 192 236 | 59,84 |

OBSERVAÇÕES:

- a) As receitas e despesas orçamentais encontram-se desagregadas, nos mapas constantes dos Anexos seguintes, de acordo com os capitulos da classificação económica.
- b) No orçamento final modificado.
- c) Receita cobrada bruta.

RECEITAS

O total geral da receita liquidada pelo Município de Redondo apresenta o montante de 8.525.488,02€ (56,1% de execução), dos quais 6.197.116,86€ correspondem a receitas correntes (72,7% do total da receita), 2.327.351,04€ correspondem a receitas de capital (27,3% do total da receita).

Quadro – V

TAXAS DE EXECUÇÃO ANUAL DA RECEITA NO TRIÉNIO DE 2011/2012

| RUBRICAS | PREVISÃO / EXECUÇÃO | | |
|----------------------------------|---------------------|--------------|--------------|
| | 2011 | 2012 | 2013 |
| Saldo inicial | 100,0% | 100,0% | 100,0% |
| Reposições não Abat. aos Pag.tos | 90,5% | 102,0% | 102,0% |
| Receita Corrente | 96,1% | 93,7% | 101,6% |
| Receita de Capital | 52,5% | 57,8% | 36,3% |
| Receita Total Disponível | 79,4% | 81,2% | 78,0% |

A execução orçamental da receita atingiu os 78,%, relativamente à receita cobrada bruta.

RECEITAS CORRENTES

Para a estrutura das receitas correntes, são as transferências correntes que maior peso detém, com 61,2% (3.805.433,75€), seguindo-se a venda de bens e serviços correntes com 10,5% (897.971,59€), os impostos diretos com 9,8% (840.782,66€) e os rendimentos de propriedade com 5,0%, (424.204,76€).



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RECEITAS DE CAPITAL

No que diz respeito à estrutura das receitas de capital, 1.756.699,88€ correspondem a transferências de capital (99,0%) e 9.338,55€ correspondem a venda de bens de investimento (1,0%).

DESPESA

O total geral da despesa paga pelo Município de Redondo apresenta o montante 8.192.236,27€, dos quais 7.279.340,80€ são despesas correntes (88,9% do total da despesa) e 912.895,€ são despesas de capital (11,1% do total da despesa).

DESPESAS CORRENTES

Para a estrutura das despesas correntes, são as despesas com pessoal que maior peso detém com 56,9% (4.140.296,39€), seguindo-se as despesas com aquisição de bens e serviços com 33,3% (2.422.588,79€).

DESPESAS DE CAPITAL

Para a estrutura das despesas de capital são as aquisições de bens que maior peso detém com 88,3% (806.119,04€) seguindo-se a rubrica de passivos financeiros com 10,7% (97.728,33€).

SALDO ORÇAMENTAL E SALDO DA GERÊNCIA

Do confronto de Receitas e Despesas realizadas, resultou um saldo orçamental de (-461.062,17€) e um saldo de gerência de 2.484.625,89€, que transitará para a gerência seguinte.

**ÓTICA ORÇAMENTAL****DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A execução orçamental da despesa atingiu os 60%.

Quadro – VI

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA MUNICIPAL – TRIÉNIO DE 2011/2013

| RUBRICAS | VALORES ABSOLUTOS (Euros) (execução) | | | TAXA DE VARIAÇÃO (evolução da execução) | |
|---|---|------------|------------|--|---------------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2010/2011 | 2011/2012 |
| 1 - Saldo inicial | 3 800 536 | 2 613 352 | 2 945 688 | -31,24% | 12,72% |
| 2 - Reposições não Abat. aos Pag.tos | 905 | 1 020 | 1 020 | 12,71% | 0,01% |
| 3 - Receita Corrente | 6 125 795 | 5 898 196 | 5 962 285 | -3,72% | 1,09% |
| 4 - Despesa Corrente | 7 458 031 | 6 718 606 | 7 279 341 | -9,91% | 8,35% |
| 5 - Receita de Capital | 3 623 086 | 3 167 916 | 1 767 869 | -12,56% | -44,19% |
| 6 - Despesa de Capital | 3 488 104 | 2 016 075 | 912 895 | -42,20% | -54,72% |
| 7 - Receita Total Disponível (1+2+3+5) | 13 550 323 | 11 680 484 | 10 676 862 | -13,80% | -8,59% |
| 8 - Despesa Total (4+6) | 10 946 135 | 8 734 681 | 8 192 236 | -20,20% | -6,21% |

Gráfico III



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Neste ponto tratamos da execução do Plano Plurianual de Investimentos, que fornece informação sobre a execução financeira dos projetos, reportada a 31 de dezembro de cada ano. O PPI deve ser organizado e estruturado por objetivos, programas, projetos e, eventualmente, ações e elaborado numa base móvel de 4 anos. Assim, O PPI elaborado em 2013 correspondeu ao quadriênio de 2013 a 2016 e reflete os consumos financeiros dos projetos iniciados em 2013, com percussões financeiras e de tesouraria, nesse ano ou em anos subsequentes. Traduzem, ainda, os gastos monetários de projetos iniciados em anos económicos anteriores mas, cuja execução material e ou financeira se projeta em 2013 ou mesmo para além desta data. Com esta informação é possível determinar os projetos/ações que se concluem no ano económico em apreço, e quais os que continuam nos anos seguintes, bem como qual o montante total despendido em cada projeto/ação, já iniciado ou a iniciar, neste caso, em 2013.

Na medida em que o Plano Plurianual de Investimentos é elaborado de acordo com a classificação funcional (Ponto 10.1 do POCAL), isso permite analisar as principais divisões de despesas. Em primeiro lugar, as **funções gerais**, que dizem respeito à administração geral, proteção civil. Em segundo lugar, as **funções sociais** dizem respeito à educação, saúde, ação social, habitação, serviços coletivos (incluindo ordenamento do território, saneamento e abastecimento de água), cultura e desporto. Em terceiro lugar, as **funções económicas** de investimentos em agricultura, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo. Por último, as **outras funções** que agrupam as operações da dívida autárquica e as transferências entre administrações. O Quadro seguinte mostra essa distribuição global, revelando os valores percentuais para apreender a importância relativa de cada uma das quatro grandes categorias.

O quadro abaixo sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI.

Importa enfatizar o desempenho global na ordem dos 12,6% da dotação total com uma despesa correspondente na ordem dos 815 mil de euros, em 2012 o PPI teve uma execução de 1,8 milhões de euros, 28,36% da dotação total.

INVESTIMENTOS POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – VII
(Valores em euros)

| OBJ PROG | DESCRIÇÃO | MONTANTE PREVISTO | | | MONTANTE EXECUTADO | | | EXEC. FINANC ANUAL % (a) | EXEC. FINANC GLOBAL % (b) |
|-------------|---|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-----------------------------------|------------------------------------|
| | | ANO | ANOS SEGUINTE | TOTAL | ANOS ANTERIORES | ANO | TOTAL | | |
| | | | | | | | | | |
| 1.1.1. | ADMINISTRAÇÃO GERAL | 1.050.000,00 | 500.000,00 | 1.550.000,00 | 0 | 423.451,07 | 423.451,07 | 40,33% | 27,32% |
| 1.2.1. | PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS | 50.000,00 | 0 | 50.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0% | 0% |
| 2.1.1. | ENSINO NÃO SUPERIOR | 100.000,00 | 0 | 100.000,00 | 0 | 27.959,52 | 27.959,52 | 27,96% | 27,96% |
| 2.3.2. | AÇÃO SOCIAL | 191.000,00 | 100.000,00 | 291.000,00 | 0 | 206,15 | 206,15 | 0,11% | 0,07% |
| 2.4.1. | HABITAÇÃO | 151.000,00 | 0 | 151.000,00 | 0 | 12.362,06 | 12.362,06 | 8,19% | 8,19% |
| 2.4.2. | ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | 99.000,00 | 0 | 99.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0% | 0% |
| 2.4.3. | SANEAMENTO | 145.000,00 | 150.000,00 | 295.000,00 | 0 | 17.032,37 | 17.032,37 | 11,75% | 5,77% |
| 2.4.4. | ABASTECIMENTO DE ÁGUA | 230.000,00 | 150.000,00 | 380.000,00 | 0 | 21.504,11 | 21.504,11 | 9,35% | 5,66% |
| 2.4.5. | RESÍDUOS SÓLIDOS | 45.000,00 | 0 | 45.000,00 | 0 | 11.070,00 | 11.070,00 | 24,6% | 24,65 |
| 2.4.6. | PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA | 265.000,00 | 0 | 265.000,00 | 0 | 33.245,68 | 33.245,68 | 12,55% | 12,55% |
| 2.5.1. | CULTURA | 325.000,00 | 0 | 325.000,00 | 0 | 6.699,41 | 6.699,41 | 2,06% | 2,065 |
| 2.5.2. | DESPORTO RECREIO E LAZER | 260.000,00 | 50.000,00 | 310.000,00 | 0 | 31.857,60 | 31.857,60 | 12,25% | 10,28% |
| 2.5.3. | OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS | 61.000,00 | 0 | 61.000,00 | 0 | 19.094,87 | 19.094,87 | 31,3% | 31,3% |
| 3.1.1. | CAMINHOS AGRÍCOLAS | 130.000,00 | 0 | 130.000,00 | 0 | 48.518,10 | 48.518,10 | 37,32% | 37,32% |
| 3.2.1. | INDÚSTRIA | 370.000,00 | 0 | 370.000,00 | 0 | 65.583,48 | 65.583,48 | 17,73% | 17,73% |
| 3.2.2. | ENERGIA | 40.000,00 | 0 | 40.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0% | 0% |
| 3.3.1. | TRANSPORTE RODOVIÁRIOS | 1.117.667,45 | 200.000,00 | 1.317.667,45 | 0 | 94.033,22 | 94.033,22 | 8,41% | 7,14% |
| 3.3.4. | SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO | 20.000,00 | 0 | 20.000,00 | 0 | 0 | 0 | 0% | 0% |
| 3.4.1. | MERCADOS E FEIRAS | 96.683,48 | 0 | 96.683,48 | 0 | 0 | 0 | 0% | 0% |
| 3.4.2. | TURISMO | 310.000,00 | 200.000,00 | 510.000,00 | 0 | 375,64 | 375,64 | 0,12% | 0,07% |
| 4.2.1. | RELAÇÕES COM OUTRAS ESTRUTURAS | 60.000,00 | 0 | 60.000,00 | 0 | 2.173,96 | 2.173,96 | 3,62% | 3,62% |
| | TOTAL GERAL ... | 5.116.350,93 | 1.350.000,00 | 6.466.350,93 | 0,00 | 815.167,24 | 815.167,24 | 28,36% | 25,1% |

De seguida, apresenta-se uma análise do investimento de 2011, 2012 e 2013.

Quadro – VIII

(Valores em Euros e arredondados)

| INVESTIMENTOS | | ANOS | | | 11/12 D | 12/13 D |
|-------------------------------|--|------------------|-------------------|-----------------|---------|----------|
| Aquisição de bens de capital | | 2011 | 2012 | 2013 | (%) | (%) |
| 70101 | TERRENOS | 19.820 | 59.400 | 102.356 | 199,70% | 72,32% |
| 70102 | HABITAÇÕES | 591.435 | 223.985 | 12.362 | -62,13% | -94,48% |
| 70103 | EDIFÍCIOS | 1.275.756 | 174.317 | 65.422 | -86,34% | -62,47% |
| 70104 | CONSTRUÇÕES DIVERSAS | 86.447 | 171.563 | 89.454 | 98,46% | -47,86% |
| 70106 | MATERIAL DE TRANSPORTES | 58.459 | 41.768 | 188.977 | -28,55% | 352,44% |
| 70107 | EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA | 19.787 | 21.790 | 22.594 | 10,12% | 3,69% |
| 70108 | SOFTWARE INFORMÁTICO | 135.720 | 55.345 | 85.609 | -59,22% | 54,68% |
| 70109 | EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO | 2.790 | 3.616 | 1.212 | 29,59% | -66,48% |
| 70110 | EQUIPAMENTO BÁSICO | 351.089 | 18.445 | 22.859 | -94,75% | 23,93% |
| 70111 | FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS | 2.791 | 872 | 1.655 | -68,77% | 89,90% |
| 70112 | ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR | 0 | 0 | 4.850 | 0,00% | 48,50% |
| 70113 | INVESTIMENTOS INCORPÓREOS | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 70115 | OUTROS INVESTIMENTOS | 24.271 | 300 | 22.252 | -98,76% | 7317,33% |
| 70205 | MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 70207 | MAQUINARIA E EQUIPAMENTO- LOCAÇÃO FINANCEIRA | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 70301 | TERRENOS E RECURSOS NATURAIS | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 70303 | OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS | 866.600 | 992.597 | 186.517 | 14,54% | -81,21% |
| 70305 | BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| 70306 | OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO | 0 | 0 | 0 | 0,00% | 0,00% |
| TOTAL DA RUBRICA | | 3.818.347 | 1.766.011 | 808.132 | | |
| VARIAÇÃO TOTAL (Euros) | | | -2.052.336 | -957.879 | | |
| VARIAÇÃO TOTAL (%) | | | -116% | -54% | | |

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

Quadro – IX

(Valores em Euros)

| TRANSFERÊNCIAS | TOTAL | | | Δ | Δ |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|----------------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 11/12 | 12/13 |
| Administrações públicas | | | | | |
| <i>Orçamento de Estado</i> | | | | | |
| FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro | | | | | |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente | 2.904.725,00 € | 2.768.249,00 | 2.768.249,00 | -4,70% | 0,00% |
| Fundo de Equilíbrio Financeiro - Capital | 1.564.083,00 € | 1.490.595,00 | 1.490.595,00 | -4,70% | 0,00% |
| Fundo Social Municipal | 111.778,00 € | 106.592,00 | 106.592,00 | -4,64% | 0,00% |
| Participação Fixa no IRS | 168.935,00 € | 119.197,00 | 119.197,00 | -29,44% | 0,00% |
| Outros | 63.017,04 € | 215.808,01 | 175.533,82 | 242,46% | -18,66% |
| Estado-Particip. Comunitária proj. Co-Financiados | 1.977.632,38 € | 1.615.350,43 | 413.993,10 | -18,32% | -74,37% |
| Serviços e fundos autónomos | 228.300,79 € | 170.069,13 | 308.692,85 | -25,51% | 81,51% |
| Administração Local | 25.766,67 € | 81.235,22 | 49.220,69 | 215,27% | -39,41% |
| TOTAIS | 7.044.238 € | 6.567.096 € | 5.432.073 € | -6,77% | -17,28% |

RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS CORRENTES DE CAPITAL

Nos subcapítulos seguintes é feita uma análise da estrutura das receitas e das despesas e, de certa forma, é feita também uma análise da relação entre as despesas e receitas correntes e de capital.

No entanto, para uma melhor leitura dos dados, apresenta-se uma seguinte análise da relação entre receitas e despesas de capital e correntes.





**CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE E EM SENTIDO
SUBSTANCIAL**

Quadro - X

Un. Euros

| ANO | NATUREZA | SALDO ORÇAMENTAL INICIAL/RECEITAS COBRADAS | DESPEAS PAGAS | EQUILIBRIO CORRENTE (execução orçamental) | | OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO a) | EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL SUBSTANCIAL | |
|------|--|--|-------------------|---|----------------|---|--|------------------------------|
| | | | | Valor Absoluto | Valor Relativo | | EXECUÇÃO AUTÓNOMA DO ANO DO ANO b) | EXECUÇÃO GLOBAL NO ANO c) |
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5-3-4 | 6-3/4*100 | 7 | 8-(3) / (4+(7-7 ANO N-1))*100 | 9-(3) / (4+7)*100 |
| 2011 | Saldo orçamental inicial | 2 613 352 | | | | | | |
| | Reposições não abatidas nos pagamentos | 905 | | | | | | |
| | Correntes | 6 125 795 | 7 458 031 | - 1 332 236 | 82,14% | 313 278 | 109,80 | 109,80 |
| | Capital | 3 623 086 | 3 488 104 | | | | | |
| | Total | 12 363 139 | 10 946 135 | | | | | |
| 2012 | Saldo orçamental inicial | 2 945 688 | | | | | | |
| | Reposições não abatidas nos pagamentos | 1 020 | | | | | | |
| | Correntes | 5 898 196 | 6 718 606 | - 820 410 | 87,79% | 287 027 | 137,94 | 133,15 |
| | Capital | 3 167 916 | 2 016 075 | | | | | |
| | Total | 12 012 820 | 8 734 681 | | | | | |
| 2013 | Saldo orçamental inicial | 2 484 626 | | | | | | |
| | Reposições não abatidas nos pagamentos | 1 020 | | | | | | |
| | Correntes | 5 962 285 | 7 279 341 | - 1 317 056 | 81,91% | 239 106 | 125,43 | 121,16 |
| | Capital | 1 767 869 | 912 895 | | | | | |
| | Total | 10 215 800 | 8 192 236 | | | | | |

OBSERVAÇÕES.

- a) Na coluna relativa à "Outras Dívidas a Terceiros de Curto Prazo" não são considerados os valores das operações de tesouraria e as cauções e garantias em numerário de fornecedores.
- b) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais assumidas e realizadas em cada ano pelas receitas disponíveis no mesmo ano. Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + (Diferença entre o valor das "Outras dívidas a terceiros" no fim e início do ano)).

c) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais totais pelas receitas disponíveis no ano. Calcula-se do seguinte modo. (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + Outras dívidas a terceiros no final do exercício)).

Quadro – XI

| RELAÇÃO RECEITA / DESPESA | 2011 | 2012 | 2013 | Δ 11/12 | Δ 12/13 |
|------------------------------|---------------------|--------------------|---------------------|------------|------------|
| Receitas correntes | 6.125.795 € | 5.898.196 € | 5.962.285 € | -3,72% | 1,09% |
| Despesas correntes | 7.458.031 € | 6.718.606 € | 7.279.341 € | -9,91% | 8,35% |
| Saldo Corrente | -1.332.236 € | -820.410 € | -1.317.056 € | 38,42% | -60,54% |
| Receitas de capital | 3.623.086 € | 3.167.916 € | 1.767.869 € | -12,56% | -44,19% |
| Despesas de capital | 3.488.104 € | 2.016.075 € | 912.895 € | -42,20% | -54,72% |
| Saldo Capital | 134.982 € | 1.151.841 € | 854.974 € | 753,33% | -25,77% |
| Outras Receitas | 10.069 € | 501 € | 1.020 € | -95,03% | 103,70% |
| SALDO TOTAL | -1.187.185 € | 331.932 € | -461.062 € | 127,96% | -238,90% |
| Saldo Inicial | 3.800.535 € | 2.613.352 € | 2.945.688 € | -31,24% | 12,72% |
| Saldo Final | 2.613.352 € | 2.945.688 € | 2.484.626 € | 12,72% | -15,65% |

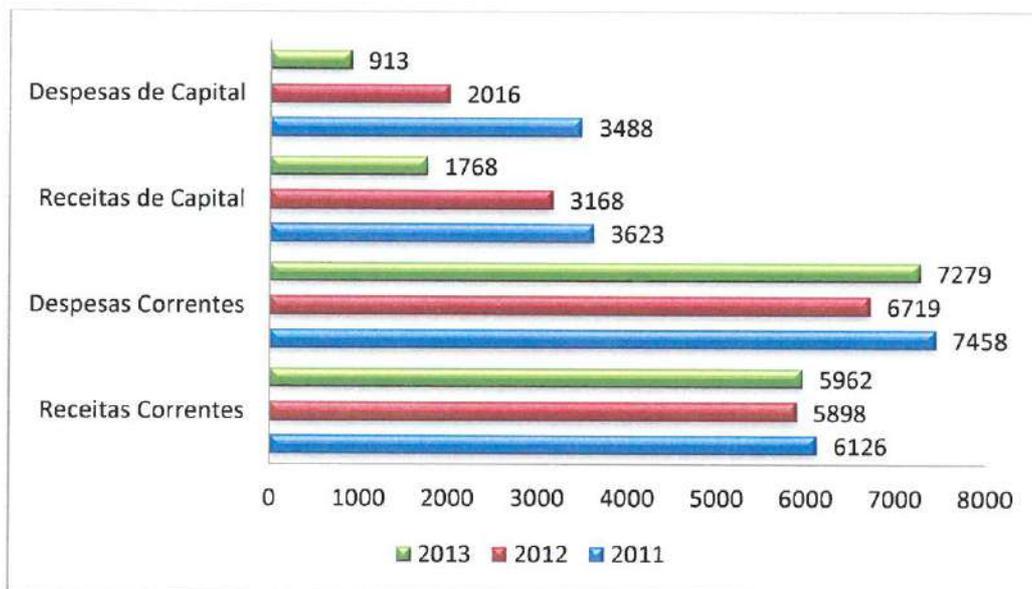
Fonte: Orçamento inicial; Mapa dos fluxos de caixa

Foi, assim, apurado um *défi*ce corrente de 1.317.056€, desrespeitando-se a regra do equilíbrio substancial do orçamento estatuída pela alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL. Quanto ao equilíbrio formal, as despesas orçamentais ultrapassaram as receitas orçamentais em cerca de 461 mil de euros, que, associados ao excedente orçamental transitado da gerência anterior, possibilitaram a obtenção de um saldo de 2.484.626 €, o qual transitou para a gerência de 2014.



Handwritten signatures and notes in blue ink.

Gráfico – IV



Como se pode verificar no quadro abaixo, o aumento das receitas correntes deu-se em apenas em três capítulos, nos impostos directos que aumentaram cerca de 119 mil euros, cerca de 16,52%, e os rendimentos de propriedade que aumentaram cerca de 68 mil euros, cerca de 19,2%, em relação ao ano anterior, e por ultimo nas transferências correntes com cerca de 68 mil euros, aumento de 1,88€ em relação ao ano anterior.

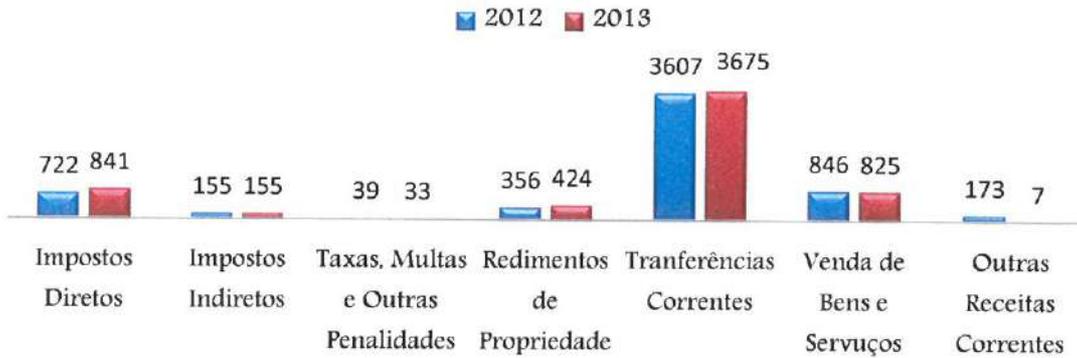
Quadro – XII

| RECEITAS CORRENTES | 2011 | 2012 | 2013 | D 11/12 | D 12/13 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------|--------------|
| IMPOSTOS DIRECTOS | 640.054,00 € | 721.593,81 € | 840.782,66 € | 12,74% | 16,52% |
| IMPOSTOS INDIRECTOS | 206.696,00 € | 154.823,66 € | 155.489,01 € | -25,10% | 0,43% |
| TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 52.178,00 € | 39.070,76 € | 33.940,15 € | -25,12% | -13,13% |
| RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 420.900,00 € | 355.869,46 € | 424.204,76 € | -15,45% | 19,20% |
| TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 3.508.773,00 € | 3.607.425,77 € | 3.675.373,58 € | 2,81% | 1,88% |
| VENDA DE BENS E SERVIÇOS | 1.236.942,00 € | 846.026,24 € | 825.450,05 € | -31,60% | -2,43% |
| OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 35.588,00 € | 173.385,93 € | 7.044,34 € | 387,20% | -95,94% |
| TOTAL | 6.101.131 € | 5.898.196 € | 5.962.285 € | -3,33% | 1,09% |



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Gráfico – V



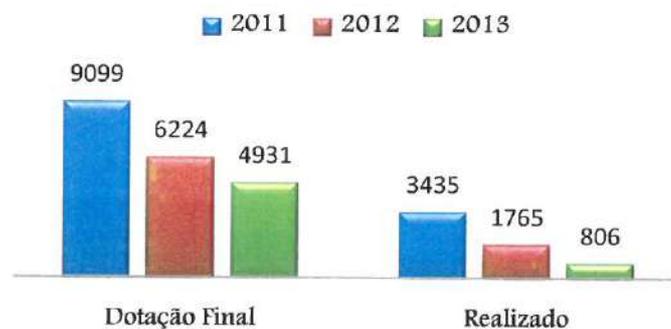
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO

Quadro – XIII

| Designação | 2011 | 2012 | 2013 |
|----------------|-------------|-------------|-------------|
| Dotação Final | 9.099.019 € | 6.224.076 € | 4.931.351 € |
| Realizado | 3.434.964 € | 1.765.364 € | 806.000 € |
| Tx. Realização | 37,75% | 28,36% | 16,34% |

Verifica-se uma diminuição no investimento realizado face a 2012 de cerca de 54%, com um montante de 959 mil euros.

Gráfico – VI





Handwritten signatures and initials in blue ink.

PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

O PAM teve uma execução na ordem dos 73,3% da despesa definida. Esta execução corresponde a cerca de 2 milhões de euros de despesa.

DESPESA POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – XIV

| Obj | Descrição | 2012 | | Execução | 2013 | | Execução |
|--------------|---|---------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------------|---------------|
| | | Montante Previsto | Montante Exe. | Financeira | Montante Previsto | Montante Exe. | Financeira |
| | | Ano | Total | Anual (a) | Ano | Total | Anual (a) |
| 1.1.1. | Administração geral | 94.600,00 | 71.510,93 | 75,59% | 380.500,00 | 271.042,38 | 71,23% |
| 1.2.1. | Proteção civil e luta contra incêndios | 4.900,00 | 0 | 0,00% | 6.100,00 | 1.335,56 | 21,89% |
| 2.1.1. | Ensino não superior | 150.500,00 | 130.474,79 | 86,69% | 181.500,00 | 126.997,43 | 69,97% |
| 2.1.2. | Serviços auxiliares de ensino | 0,00 | 0 | 0,00% | 10.500,00 | 1.803,90 | 17,18% |
| 2.2.1. | Serviços individuais de saúde | 1.500,00 | 0,00 | 0,00% | 0 | 0 | 0 |
| 2.3.2. | Ação social | 38.500,00 | 32334,83 | 83,99% | 59.500,00 | 28.605,82 | 48,08% |
| 2.4.1. | Habitação | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0 | 0 | 0 |
| 2.4.3. | Saneamento | 289.000,00 | 288.218,44 | 99,73% | 390.000,00 | 368.053,79 | 94,37% |
| 2.4.4. | Abastecimento de água | 445.500,00 | 414.158,96 | 92,96% | 449.500,00 | 417.970,08 | 92,99% |
| 2.4.5. | Resíduos sólidos | 173.500,00 | 155.326,37 | 89,53% | 182.000,00 | 151.753,25 | 83,38% |
| 2.4.6. | Proteção do meio ambiente e conservação da natureza | 2.500,00 | 0,00 | 0,00% | 3.000,00 | 0 | 0 |
| 2.5.1. | Cultura | 422.500,00 | 328.159,91 | 77,67% | 517.500,00 | 432.963,45 | 83,66% |
| 2.5.2. | Desporto, recreio e lazer | 122.500,00 | 115.487,59 | 94,28% | 147.500,00 | 128.416,29 | 87,06% |
| 2.5.3. | Outras atividades cívicas e religiosas | 1.000,00 | 793,35 | 79,34% | 1.000,00 | 419,43 | 41,94% |
| 3.2.2. | Energia | 500,00 | 0,00 | 0,00% | 500 | 0 | 0 |
| 3.3.4. | Sistemas de informação | 0,00 | 0,00 | 0,00% | 0 | 0 | 0 |
| 3.4.1. | Mercados e feiras | 1.500,00 | 76,88 | 5,13% | 2.500,00 | 500 | 20% |
| 3.4.2. | Turismo | 9.000,00 | 6502,76 | 72,25% | 18.000,00 | 0 | 0 |
| 3.4.3. | Agenda local XXI | 500,00 | 0 | 0,00% | 500 | 0 | 0 |
| 3.4.4. | Geminação | 500,00 | 0,00 | 0,00% | 500 | 0 | 0 |
| 3.5.1. | Equipamento rural e urbano | 3.000,00 | 0,00 | 0,00% | 7.000,00 | 459,04 | 6,56% |
| 4.2.1. | Relações com outras estruturas | 134.650,00 | 117.827,62 | 87,51% | 154.000,00 | 96.156,59 | 62,44% |
| TOTAL | | 1.896.150,00 | 1.660.872,43 | 87,59% | 2.511.600,00 | 2.026.477,01 | 80,68% |

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + PAM)

No final de 2013 a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), na ótica da despesa realizada (faturada), tinham-se aproximado dos 37,25% do financiamento definido. Esta execução corresponde a 3,4 milhões de euros de despesa.

DESPESA REALIZADA COM AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Quadro – XV

| Proj. | Designação | Dotação Inicial | Dotação Atual | Compromissos | Pagamento | Exec. Anual |
|--------------|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| 1.1.1. | Administração Geral | 1.430.500,00 | 2.058.950,00 | 711.470,14 | 694.493,45 | 48,55% |
| 1.2.1. | Proteção Civil e Luta Contra Incêndios | 56.100,00 | 56.100,00 | 1.335,56 | 1.335,56 | 2,38% |
| 2.1.1. | Ensino não Superior | 281.500,00 | 318.500,00 | 176.453,46 | 154.956,95 | 55,05% |
| 2.2.1. | Serviços Individuais de Saúde | 10.500,00 | 10.500,00 | 8.545,25 | 1.803,90 | 17,18% |
| 2.3.2. | Ação social | 250.500,00 | 400.500,00 | 28.811,97 | 28.811,97 | 11,5% |
| 2.4.1. | Habituação | 151.000,00 | 151.000,00 | 12.362,06 | 12.362,06 | 8,19% |
| 2.4.2. | Ordenamento do Território | 99.000,00 | 99.000,00 | 0 | 0 | % |
| 2.4.3. | Saneamento | 535.000,00 | 685.000,00 | 385.086,16 | 385.086,16 | 71,98% |
| 2.4.4. | Água | 679.500,00 | 829.500,00 | 440.012,25 | 439.474,19 | 64,68% |
| 2.4.5. | Resíduos Sólidos | 227.000,00 | 227.000,00 | 162.823,25 | 162.823,25 | 71,73% |
| 2.4.6. | Proteção do Meio Ambiente e Conservação | 268.000,00 | 268.000,00 | 35.010,92 | 33.245,68 | 12,41% |
| 2.5.1. | Cultura | 842.500,00 | 842.500,00 | 443.747,48 | 439.662,86 | 52,19% |
| 2.5.2. | Desporto, Recreio e Lazer | 407.500,00 | 492.500,00 | 161.402,68 | 160.273,89 | 39,33% |
| 2.5.3. | Outras Atividades Cívicas e Religiosas | 62.000,00 | 62.000,00 | 19.558,96 | 19.514,30 | 31,47% |
| 3.1.1. | Caminhos Agrícolas | 130.000,00 | 130.000,00 | 80.874,79 | 48.518,10 | 37,32% |
| 3.2.1. | Indústria | 370.000,00 | 370.000,00 | 290.049,95 | 65.583,48 | 17,73% |
| 3.2.2. | Energia | 40.500,00 | 40.500,00 | 0 | 0 | % |
| 3.3.1. | Transportes Rodoviários | 1.117.667,45 | 1.317.667,45 | 100.236,47 | 94.033,22 | 8,41% |
| 3.3.4. | Sistemas de Informação | 20.000,00 | 20.000,00 | 0 | 0 | % |
| 3.4.1. | Mercados e Feiras | 99.183,48 | 99.183,48 | 500 | 500 | 0,5% |
| 3.4.2. | Turismo | 328.000,00 | 528.000,00 | 375,64 | 375,64 | 0,11% |
| 3.4.3. | Agenda Local XXI | 500 | 500 | 0 | 0 | % |
| 3.4.4. | Geminação | 500 | 500 | 0 | 0 | % |
| 3.5.1. | Equipamento Rural e Urbano | 7.000,00 | 7.000,00 | 459,04 | 459,04 | 6,56% |
| 4.2.1. | Transferências | 214.000,00 | 214.000,00 | 105.691,78 | 98.330,55 | 45,95% |
| TOTAL | | 7.627.950,93 | 9.228.400,93 | 3.164.807,81 | 2.841.644,25 | 37,25% |



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Amor', 'H.W.', and 'BB'.

ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se os mapas seguintes.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As disponibilidades financeiras do Município de Redondo, na Gerência de 2013, da conta de execução orçamental foram as seguintes.

Quadro – XVI

| | 2011 | 2012 | 2013 |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|
| Saldo da Gerência Anterior (2010/2011/2012) | 3.800.535,89 € | 2.613.352,01 € | 2.945.688,06 € |
| Receita cobrada na Gerência | 9.758.951,08 € | 9.067.016,45 € | 7.731.174,10 € |
| Total | 13.559.486,97 € | 11.680.368,46 € | 10.676.862,16 € |
| Despesa efetuada na Gerência | 10.946.134,96 € | 8.734.680,40 € | 8.192.236,27 € |
| Saldo para a Gerência seguinte (2012/2013/2014) | 2.613.352,01 € | 2.945.688,06 € | 2.484.625,89 € |

ORÇAMENTO DA RECEITA

O orçamento da receita foi inferior ao do ano de 2012 em cerca de 1,3 milhões de euros. A taxa de execução foi de 56,1%.

Uma análise mais pormenorizada da composição da receita arrecadada pelo Município de Redondo, encontra-se refletida no quadro XVII.

As fontes de financiamento municipal que, em 2013, assumiram maior relevância no Município de Redondo foram as transferências, quer correntes quer de capital, com



uma importância de 65% e as vendas de bens e serviços que pesaram 10%. Também os impostos diretos e os rendimentos de propriedade se destacaram no cômputo da receita total, embora de forma bastante menos pronunciada do que as rubricas anteriormente mencionadas, já que representava 9% e 5% da receita global arrecadada.

Nas rubricas de transferências encontram-se os montantes transferidos através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), dos fundos comunitários e ainda outras transferências. O FEF, verba proveniente do Orçamento de Estado, e que corresponde à participação dos municípios nos impostos do Estado, constituiu a fonte de receita mais relevante do total das receitas com origem em transferências correntes e de capital, representando 74,3% destas. O FEF foi igualmente, de forma isolada, a receita com maior peso relativo no total das receitas municipais, tendo atingido 55%.

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS RECEITAS: RECEITAS CORRENTES E RECEITAS DE CAPITAL

A inscrição contabilística da receita autárquica obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos económicos a receita é ainda classificada em capítulos como a seguir se apresenta.

RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia. Embora numa execução inferior à dotação inicial, os cerca de 5,9 milhões de euros representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, e as participações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes



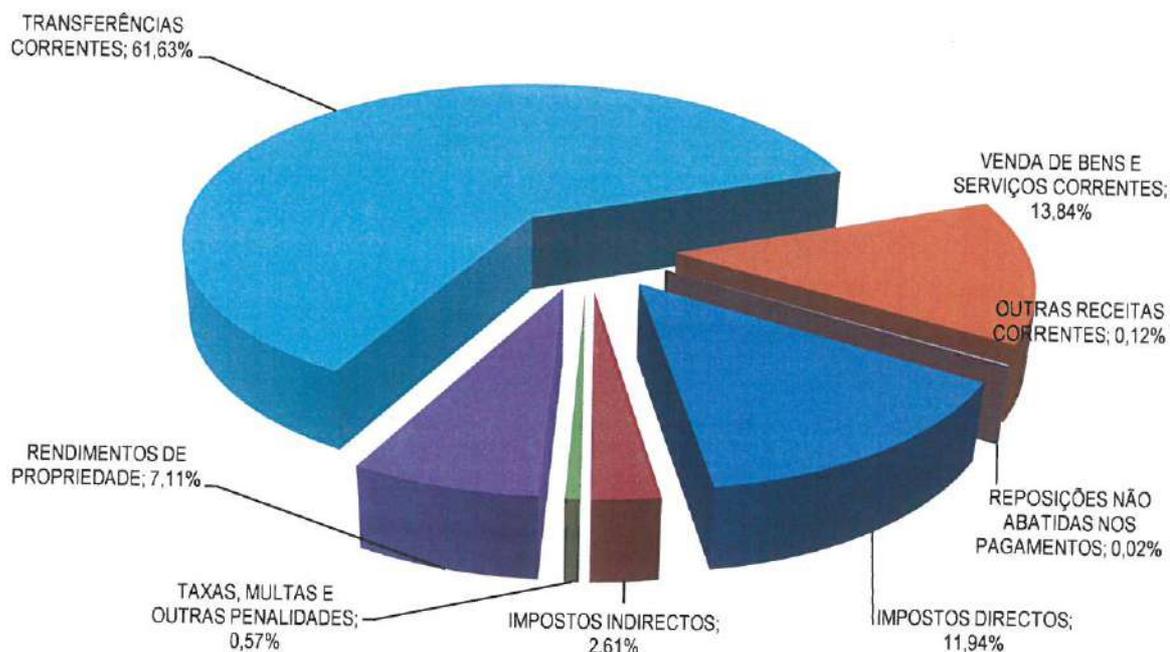
Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'HWD', 'D. Silva', and 'BB'.

dos contratos-programa assinados com a Direção Regional de Educação do Alentejo (DREA), para apoio ao programa de “Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico” e de “Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo”.

Como se pode observar as receitas mais relevantes advêm dos impostos diretos (IMT, IMI, IMV, e Derrama), das transferências correntes da Administração Central – Orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS), e da venda de bens e serviços. Nesta rubrica assume maior expressão a receita com a distribuição de água.

Quadro – XVII

| Código | Descrição | Dotação | Execução | Peso da Rubrica | Execução |
|---|--|-----------------------|-----------------------|-----------------|----------------|
| 1 | IMPOSTOS DIRECTOS | 790.200,00 € | 840.782,66 € | 14,10% | 106,40% |
| 2 | IMPOSTOS INDIRECTOS | 203.500,00 € | 155.489,01 € | 2,61% | 76,41% |
| 4 | TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES | 61.750,00 € | 33.940,15 € | 0,57% | 54,96% |
| 5 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 372.200,00 € | 424.204,76 € | 7,11% | 113,97% |
| 6 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 3.454.338,00 € | 3.675.373,58 € | 61,63% | 106,40% |
| 7 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 936.800,00 € | 825.450,05 € | 13,84% | 88,11% |
| 8 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 50.600,00 € | 7.044,34 € | 0,12% | 13,92% |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 1.000,00 € | 1.020,12 € | 0,02% | 102,01% |
| Total da Receitas Correntes Cobradas | | 5.870.388,00 € | 5.963.304,67 € | 100,00% | 101,58% |

Gráfico – VII
Peso da Rubrica / Receita Corrente

RECEITAS DE CAPITAL

Em relação às receitas de capital, o Município de Redondo continua, inevitavelmente, muito dependente das transferências provenientes de terceiros. Como se pode constatar, as transferências de capital representam cerca de 99% do total da Receita de Capital. Nestes 1,7 milhões de euros estão as transferências do Orçamento do Estado e a transferências provenientes de fundos comunitários de projetos cofinanciados.

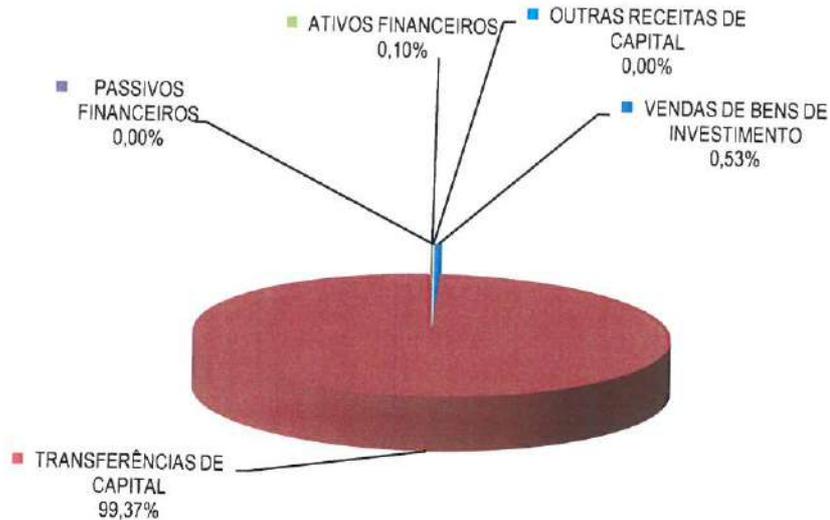
Quadro – XVIII

| Código | Descrição | Dotação | Execução | Peso da Rubrica | Execução |
|---|--------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------|---------------|
| 9 | VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO | 1.581.300,00 € | 9.338,55 € | 0,53% | 0,59% |
| 10 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 3.289.862,87 € | 1.756.699,88 € | 99,37% | 53,40% |
| 11 | ACTIVOS FINANCEIROS | 3.100,00 € | 1.831,00 € | 0,10% | 59,06% |
| 12 | PASSIVOS FINANCEIROS | 0€ | 0€ | 0,00% | 0,00% |
| 13 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 200,00 € | 0€ | 0,00% | 0,00% |
| Total da Receitas Correntes Cobradas | | 4.874.462,87 | 1.767.869,43 | 100,00% | 36,27% |



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

Gráfico – VIII
Receitas de Capital / Receita Capital
Peso da rubrica



ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

A receita global arrecadada no exercício económico ascende a 7,7 milhões de euros. Se lhe somarmos o saldo da Gerência anterior atinge os 10,6 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução na ordem dos 78%.

A taxa de execução da receita de capital ficou nos 536,3%. Esta situação é essencialmente originada pela dificuldade que os organismos gestores dos fundos comunitários têm na transferência atempada dos montantes correspondentes à despesa justificada apresentada e também ao atraso na realização de algumas obras comparticipadas.

EVOLUÇÃO DA RECEITA 2009/2013

Quadro – XIX

Evolução da Distribuição da Receita – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

| DESIGNAÇÃO/ANOS | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|----------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|------------------|
| RECEITAS CORRENTES | 5.588.842 | 6.003.041 | 6.125.795 | 5.898.196 | 5.963.305 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 3.338.841 | 5.460.742 | 3.633.156 | 3.168.821 | 1.767.869 |
| RECEITA TOTAL | 8.929.692 | 11.465.793 | 9.760.962 | 9.069.028 | 7.733.187 |

Quadro – XX

Evolução das Receitas em % (Receitas Correntes / Receitas Totais e Receitas Capital / Receitas Totais)

(Valores percentuais)

| DESIGNAÇÃO/ANOS | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | 62,6% | 52,4% | 62,8% | 65,0% | 77,1% |
| RECEITAS DE CAPITAL | 37,4% | 47,6% | 37,2% | 34,9% | 22,9% |
| RECEITA TOTAL | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Quadro – XXI

Evolução das Receitas – Variação Anual em % (n / n-1)

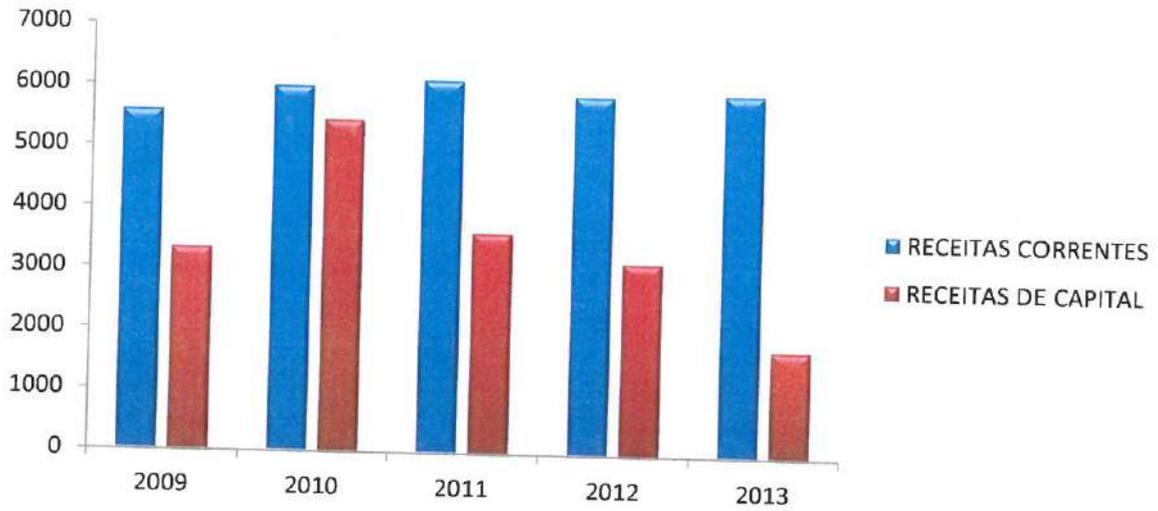
(Valores percentuais)

| DESIGNAÇÃO/ANOS | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|----------------------|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| RECEITAS CORRENTES | 2,6% | 7,4% | 2,0% | -3,7% | 1,1% |
| RECEITAS DE CAPITAL | 26,1% | 63,6% | -33,5% | -12,8% | -44,2% |
| RECEITA TOTAL | 11,4% | 28,4% | -14,9% | -7,1% | -14,7% |

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

EVOLUÇÃO DA RECEITA EM PERCENTAGEM

Gráfico – IX



EVOLUÇÃO DA RECEITA - VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico – X



Do ponto de vista das componentes mais significativas na Estrutura da Receita de 2013, não considerando o Saldo da Gerência, destacam-se:

- Verbas provenientes do Orçamento do Estado (OE) com um peso de 64% na receita total - um claro sintoma da dependência do Município face ao Estado e também reflexo de uma interioridade territorial;
- Verbas provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) com um peso de 5% na receita, evidência clara do bom aproveitamento dos fundos comunitários efetuados neste exercício.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Quadro - XXII

| Rubricas/anos | 2011 | | 2012 | | 2013 | |
|----------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|-----------------------|----------------|
| | Valor € | % da | Valor € | % da | Valor € | % da |
| | | Receita | | Receita | | Receita |
| FEF | 4.468.808,00 € | 45,79% | 4.258.844,00 € | 46,97% | 4.258.844,00 € | 55,09% |
| Águas | 602.348,27 € | 6,17% | 388.550,84 € | 4,29% | 353.748,50 € | 4,58% |
| Contrib. Autárquica/IMI | 382.630,96 € | 3,92% | 442.788,91 € | 4,88% | 594.798,81 € | 7,69% |
| Derrama | - € | 0,00% | - € | 0,00% | - € | 0,00% |
| Sisa/IMT | 185.701,74 € | 1,90% | 182.112,91 € | 2,01% | 110.423,66 € | 1,43% |
| Taxas multas outras penal. | 52.178,16 € | 0,53% | 39.070,76 € | 0,43% | 33.940,15 € | 0,44% |
| Loteamentos e obras | 67.205,62 € | 0,69% | 8.124,77 € | 0,09% | 5.610,62 € | 0,07% |
| Restantes rubricas | 4.000.078,33 € | 40,99% | 3.747.524,26 € | 41,33% | 2.373.808,36 € | 30,70% |
| Total Receita | 9.758.951,08 € | 100,00% | 9.067.016,45 € | 100,00% | 7.731.174,10 € | 100,00% |



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'H. A.', 'Luís', and 'B.B.'.

Gráfico – XI

Evolução da Receita Total



ORÇAMENTO DA DESPESA

A taxonomia das despesas públicas para todo o sector da Administração esta definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei no 26/2002, de 14 de Fevereiro). As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada nos quadros abaixo.

O orçamento de 2013, inferior ao do ano transato em cerca de 701 mil de euros, teve compromissos que representaram 64,5% do orçamento e uma realização de 59,8%. Por sua vez as despesas correntes pagas representaram 88,9% do total executado e as despesas de capital 10,0%, os restantes 1,2% dizem respeito aos passivos financeiros.

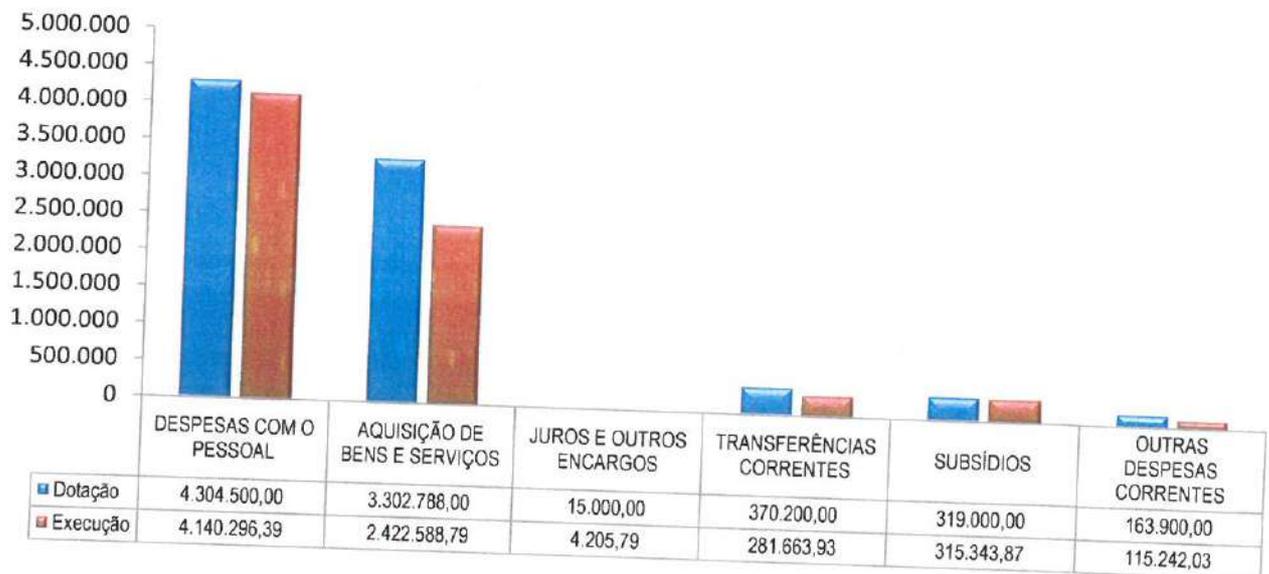
DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes, com uma execução de 85,88%, representam cerca de 7,2 milhões de euros. Na sua composição é notório o peso da rubrica “Despesas com pessoal” e a de “Aquisição de Bens e Serviços”. Estas duas rubricas representam 86,4% da despesa total. Porém, o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver uma estratégia de contenção da despesa com estas duas rubricas, (menos 3,6% que em 2012) procurando contudo, não diminuir a qualidade dos serviços prestados à população, bem pelo contrário, procura melhorar essa prestação através da reafecção dos recursos existentes e de uma melhor gestão e controlo das aquisições.

Quadro – XXIII

| Designação | Dotação | Execução | Peso da Rubrica | Tx. Exec.. | % GLOBAL |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|-----------------|---------------|---------------|
| 1 DESPESAS COM O PESSOAL | 4.304.500,00 | 4.140.296,39 | 56,88% | 96,19% | 50,54% |
| 2 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS | 3.302.788,00 | 2.422.588,79 | 33,28% | 73,35% | 29,57% |
| 3 JUROS E OUTROS ENCARGOS | 15.500,00 | 4.205,79 | 0,06% | 27,13% | 0,05% |
| 4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 370.200,00 | 281.663,93 | 3,87% | 76,08% | 3,44% |
| 5 SUBSÍDIOS | 319.000,00 | 315.343,87 | 4,33% | 98,85% | 3,85% |
| 6 OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 163.900,00 | 115.242,03 | 1,58% | 70,31% | 1,41% |
| TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES | 8.475.888,00 | 7.279.340,80 | 100,00% | 85,88% | 88,86% |

Gráfico – XII





Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Hara', 'Amey', and 'B'.

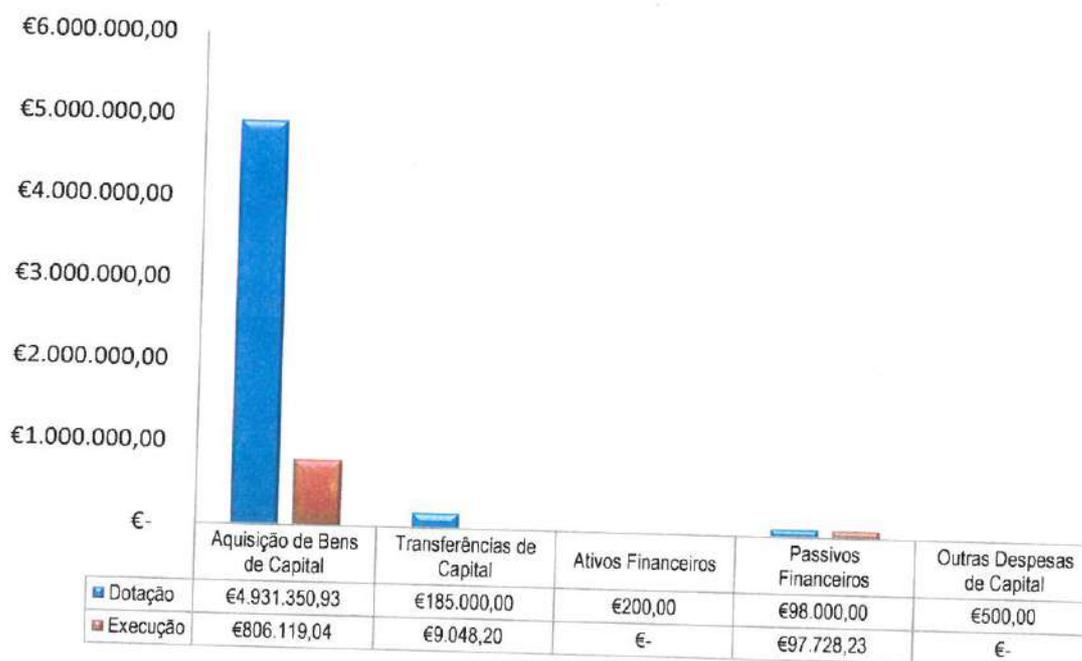
DESPESAS DE CAPITAL

O investimento direto do Município de Redondo, inicialmente previsto com 5,2 milhões de euros na rubrica de aquisição de bens de capital teve uma taxa de execução de 17,51%.

Quadro – XXIV

| Designação | Dotação | Execução | Peso da Rubrica | Tx. Exec.. | % GLOBAL |
|--------------------------------------|---------------------|-------------------|-----------------|---------------|---------------|
| 7 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL | 4.931.350,93 | 806.119,04 | 88,30% | 16,35% | 9,84% |
| 8 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 185.000,00 | 9.048,20 | 0,99% | 4,89% | 0,11% |
| 9 ACTIVOS FINANCEIROS | 200,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| 10 PASSIVOS FINANCEIROS | 98.000,00 | 97.728,23 | 10,71% | 99,72% | 1,19% |
| 11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 500,00 | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL | 5.215.050,93 | 912.895,47 | 100,00% | 17,51% | 11,14% |

Gráfico – XIII



ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Quadro – XXV
Exercício Económico de 2013

| Despesas | Dotação | Execução | Peso da Rubrica | % de Execução |
|--------------------|------------------------|-----------------------|-----------------|---------------|
| Correntes | 8.475.888,00 € | 7.279.340,80 € | 88,86% | 85,88% |
| Capital | 5.215.050,93 € | 912.895,47 € | 11,14% | 17,51% |
| Total Geral | 13.690.938,93 € | 8.192.236,27 € | 100,00% | 59,84% |

Com base no quadro abaixo, podemos verificar que a evolução da despesa corrente tem sido de alguma forma contida, tendo aumentado 8,3% face a 2012. Já, a despesa de capital registou uma diminuição de 54,7% face a 2012.

EVOLUÇÃO DA DESPESA 2009/2013

Quadro – XXVI
Evolução da Distribuição da Despesa – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

| DESIGNAÇÃO/ANOS | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|----------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------------|------------------|
| DESPESAS CORRENTES | 6.654.298 | 6.884.841 | 7.458.031 | 6.718.606 | 7.279.341 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 3.818.347 | 3.009.041 | 3.488.104 | 2.016.075 | 912.895 |
| DESPESA TOTAL | 10.472.645 | 9.893.882 | 10.946.135 | 8.734.681 | 8.192.236 |

Quadro – XXVII

Evolução das Despesas em % (Despesas Correntes / Despesas Totais e Despesas Capital / Despesas Totais)

(Valores percentuais)

| DESIGNAÇÃO/ANOS | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| DESPESAS CORRENTES | 63,54% | 69,59% | 68,13% | 76,92% | 88,86% |
| DESPESAS DE CAPITAL | 36,46% | 30,41% | 31,87% | 23,08% | 11,14% |
| DESPEZA TOTAL | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

Quadro – XXVIII

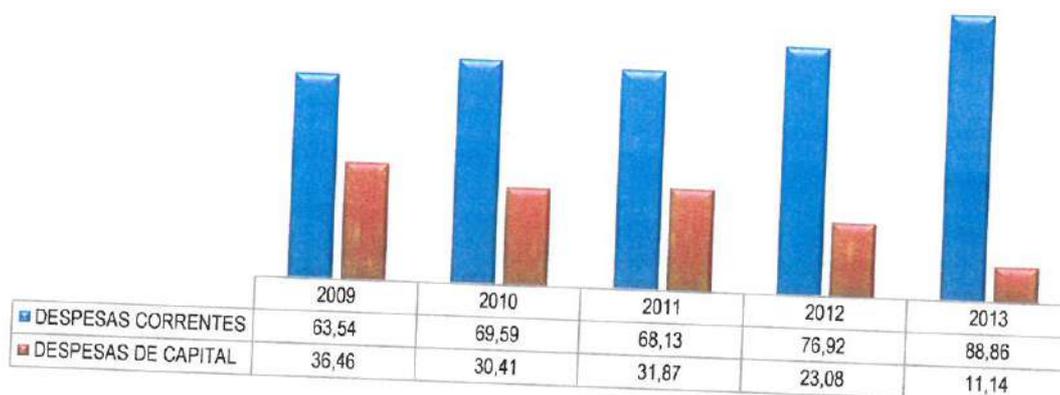
Evolução das Despesas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

| DESIGNAÇÃO/ANOS | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---------------------|-------|--------|-------|--------|--------|
| DESPESAS CORRENTES | 1,9% | 3,5% | 8,3% | -9,9% | 8,3% |
| DESPESAS DE CAPITAL | 67,7% | -21,2% | 15,9% | -42,2% | -54,7% |
| DESPEZA TOTAL | 18,9% | -5,5% | 10,6% | -20,2% | -6,2% |

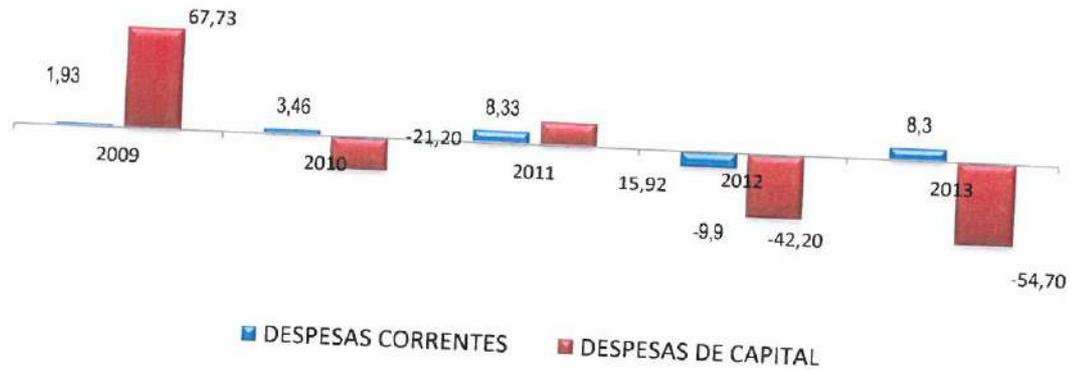
EVOLUÇÃO DA DESPESA EM PERCENTAGEM

Gráfico – XIV



EVOLUÇÃO DA DESPESA – VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico - XV



Do ponto de vista das componentes mais significativas na estrutura da despesa destacam-se:

- As despesas com pessoal - que representam 50,5% da despesa total e 56,9% da despesa corrente;
- As aquisições de bens e serviços correntes - com um peso de 29,6% sobre o total da despesa e 33,3% da despesa corrente.

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO FATURADOS OU COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR FATURAR

Quadro - XXIX

| DESCRIÇÃO | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|--|--------------------|------------------|------------------|------------------|
| 1 - Compromissos totais assumidos | 12.920.442 € | 11.781.166 € | 9.649.502 € | 8.830.430 € |
| 2 - Despesas totais pagas | 9.893.881 € | 10.946.135 € | 8.734.680 € | 8.192.236 € |
| 3 - Outras dívidas a terceiros (curto prazo) | 457.860 € | 192.886 € | 163.863 € | 157.053 € |
| Diferença [1- (2+3)] | 2.568.701 € | 642.145 € | 750.959 € | 481.141 € |



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Na análise do quadro apresentado conclui-se que os compromissos assumidos no exercício, são superiores às despesas totais realizadas, o que demonstra que a despesa é comprometida antes de ser faturada.

FLUXOS DE CAIXA

Neste mapa devem ser discriminados as importâncias relativas a todos os pagamentos e recebimentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria ou contas de ordem.

Nele se evidenciam também os saldos de operações orçamentais, de operações de tesouraria e de contas de ordem da gerência anterior e para a gerência seguinte.

Articula-se com os mapas de execução orçamental, relativos à despesa e à receita, bem como com os mapas de operações de tesouraria e de contas de ordem.

Quadro - XXX

| RECEBIMENTOS | | | Δ 12/13 | PAGAMENTOS | | | Δ 12/13 |
|--------------------------------|--------------|----------------------|---------------|-----------------------------------|--------------|----------------------|---------------|
| Saldo da gerência anterior.... | | 3.115.703,07 | 12,05% | Despesas orçamentais.... | | 8.192.236,27 | -6,21% |
| Execução orçamental.... | 2.945.688,06 | | 12,72% | Correntes.... | 7.279.340,80 | | 8,35% |
| Operações de tesouraria... | 170.015,01 | | 1,60% | Capital... | 912.895,47 | | -54,72% |
| Receitas orçamentais.... | | 7.731.174,10 | -14,73% | Operações de tesouraria... | | 778.522,78 | 5,41% |
| Correntes..... | 5.962.284,55 | | 1,09% | Saldo para a gerência seguinte... | | 2.607.493,97 | -16,31% |
| Capital..... | 1.767.869,43 | | -44,19% | Execução orçamental... | 2.484.625,89 | | -15,65% |
| Outras..... | 1.020,12 | | 12,76% | Operações de tesouraria... | 122.868,08 | | -27,73% |
| Operações de tesouraria.... | | 731.375,85 | -1,33% | | | | |
| Total.... | | 11.578.253,02 | -8,03% | Total... | | 11.578.253,02 | -8,03% |

As receitas totalizaram cerca de 7,7 milhões de euros, 77% dos quais de correntes e 22,9% de capital. Durante o mesmo período as despesas situaram-se nos cerca de 8,2 milhões de euros. Desta forma o saldo de gerência sofreu uma diminuição de 2,9 milhões de euros para 2,5 milhões de euros.

MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro – XXXI

| Resumo da Conta de Gerência do ano de 2013 | | | |
|--|-----------------------|-------------------------|---------------------|
| Designação | Operações Orçamentais | Operações de Tesouraria | Total |
| (1) Saldo transitado de 2013 a) | 2.945.688,06 | 170.015,01 | 3.115.703,07 |
| (2) Receitas arrecadadas | 7.731.174,10 | 731.375,85 | 8.462.549,95 |
| (3) Despesas pagas | 8.192.236,27 | 778.522,78 | 8.970.759,05 |
| Saldo a transitar para 2013 (1+2-3) | 2.484.625,89 | 122.868,08 | 2.607.493,97 |

a) Incorporado em 2013

INDICADORES ORÇAMENTAIS

Quadro - XXXII

| INDICADORES | 2011 | | 2012 | | 2013 | | VARIÇÃO (pontos percentuais) | | | |
|-------------|--|------------|---------|------------|---------|------------|------------------------------|-----------|-----------|-------|
| | | | | | | | 2011/2012 | 2012/2013 | 2011/2013 | |
| 1 | Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) | 13 550 323 | | 11 680 484 | | 10 676 862 | | | | |
| | Despesa Total Paga | 10 946 135 | 123,79% | 8 734 681 | 133,73% | 8 192 236 | 130,33% | 9,93 | -3,40 | 6,54 |
| 2 | Receita Corrente Cobrada | 6 125 795 | | 5 898 196 | | 5 962 285 | | | | |
| | Despesa Corrente Paga | 7 458 031 | 82,14% | 6 718 606 | 87,79% | 7 279 341 | 81,91% | 5,65 | -5,88 | -0,23 |
| 3 | Receita Corrente Cobrada | 6 125 795 | | 5 898 196 | | 5 962 285 | | | | |
| | Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial) | 9 749 787 | 62,83% | 9 067 132 | 65,05% | 7 730 154 | 77,13% | 2,22 | 12,08 | 14,30 |
| 4 | Despesa Corrente Paga | 7 458 031 | | 6 718 606 | | 7 279 341 | | | | |
| | Despesa Total Paga | 10 946 135 | 68,13% | 8 734 681 | 76,92% | 8 192 236 | 88,86% | 8,78 | 11,94 | 20,72 |
| 5 | Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados | 13 550 323 | | 11 680 484 | | 10 676 862 | | | | |
| | Despesa Total Paga | 10 946 135 | 123,79% | 8 734 681 | 133,73% | 8 192 236 | 130,33% | 9,93 | -3,40 | 6,54 |
| 6 | Receitas Próprias Cobradas | 2 690 244 | | 2 352 741 | | 2 298 081 | | | | |
| | Despesa Total Paga | 10 946 135 | 24,58% | 8 734 681 | 26,94% | 8 192 236 | 28,05% | 2,36 | 1,12 | 3,47 |
| 7 | Fundos Municipais | 1 844 796 | | 1 716 384 | | 2 768 249 | | | | |
| | Despesa Total Paga | 10 946 135 | 16,85% | 8 734 681 | 19,65% | 8 192 236 | 33,79% | 2,80 | 14,14 | 16,94 |
| 8 | Receita Corrente Cobrada Localmente | 1 746 297 | | 1 414 352 | | 1 290 639 | | | | |
| | Despesa Total Paga | 10 946 135 | 15,95% | 8 734 681 | 16,19% | 8 192 236 | 15,75% | 0,24 | -0,44 | -0,20 |
| 9 | Passivos Financeiros Cobrados (Receita) | | | | | | | | | |
| | Receita Total Disponível | 13 550 323 | 0,00% | 11 680 484 | 0,00% | 10 676 862 | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 10 | Passivos Financeiros Cobrados (Receita) | | | | | | | | | |
| | Despesa Total Paga | 10 946 135 | 0,00% | 8 734 681 | 0,00% | 8 192 236 | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 11 | Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) | | | | | | | | | |
| | Investimento (PPI) | 3 434 964 | 0,00% | 1 763 999 | 0,00% | 806 119 | 0,00% | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 12 | Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP | 64 420 | | 264 889 | | 101 934 | | | | |
| | Despesa Total Paga | 10 946 135 | 0,59% | 8 734 681 | 3,03% | 8 192 236 | 1,24% | 2,44 | -1,79 | 0,66 |

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

| | | | | | | | | | | | |
|----|--|------------|----------|------------|----------|------------|----------|---------|--------|--------|--|
| 13 | Amortização de Empréstimos de MLP | 26 570 | | 250 711 | | 97 728 | | | | | |
| | Despesa Total Paga | 10 946 135 | 0,24% | 8 734 681 | 2,87% | 8 192 236 | 1,19% | 2,63 | -1,68 | 0,95 | |
| 14 | Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP | 64 420 | | 264 889 | | 101 934 | | | | | |
| | Receita Total Disponível | 13 550 323 | 0,48% | 11 680 484 | 2,27% | 10 676 862 | 0,95% | 1,79 | -1,31 | 0,48 | |
| 15 | Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP | 64 420 | | 264 889 | | 101 934 | | | | | |
| | População | 7 288 | 9 | 7 288 | 36 | 7 031 | 14 | 27,51 | -21,85 | 5,66 | |
| 16 | Compromissos Assumidos para o Exercício | 11 965 383 | | 9 649 502 | | 8 830 430 | | | | | |
| | Despesas totais realizadas e faturadas | 11 139 020 | 107,42% | 8 898 544 | 108,44% | 8 349 289 | 105,76% | 1,02 | -2,68 | -1,66 | |
| 17 | Despesa Total Paga | 10 946 135 | | 8 734 681 | | 8 192 236 | | | | | |
| | Compromissos Assumidos para o Exercício | 11 965 383 | 91,48% | 9 649 502 | 90,52% | 8 830 430 | 92,77% | -0,96 | 2,25 | 1,29 | |
| 18 | Saldo Final Orçamental da Gerência | 2 613 352 | | 2 945 688 | | 2 945 688 | | | | | |
| | Outras dívidas a terceiros de curto prazo (excepto OT) | 192 886 | 1354,87% | 163 863 | 1797,65% | 157 053 | 1875,60% | 442,78 | 77,95 | 520,73 | |
| 19 | Outras dívidas a terceiros de curto prazo (excepto OT) | 192 886 | | 192 886 | | 157 053 | | | | | |
| | Despesas totais realizadas e faturadas | 11 139 020 | 1,73% | 8 898 544 | 2,17% | 8 349 289 | 1,88% | 0,44 | -0,29 | 0,15 | |
| 20 | Receita Total Disponível | 13 550 323 | | 11 680 484 | | 10 676 862 | | | | | |
| | Dívida Municipal em sentido lato | 1 069 707 | 1266,73% | 1 016 566 | 1149,01% | 730 022 | 1462,54% | -117,72 | 313,53 | 195,81 | |
| 21 | Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) | 13 550 323 | | 11 680 484 | | 10 676 862 | | | | | |
| | Dívida Municipal em sentido lato | 1 069 707 | 1266,73% | 1 016 566 | 1149,01% | 730 022 | 1462,54% | -117,72 | 313,53 | 195,81 | |
| 22 | Dívida financeira de MLP | 876 821 | | 823 680 | | 572 969 | | | | | |
| | Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) | 13 550 323 | 6,47% | 11 680 484 | 7,05% | 10 676 862 | 5,37% | 0,58 | -1,69 | -1,10 | |
| 23 | Dívida Municipal em sentido lato | 1 069 707 | | 1 016 566 | | 730 022 | | | | | |
| | População | 7 288 | 147 | 7 288 | 139 | 7 031 | 104 | -7 | -36 | -43 | |



Handwritten signatures and initials in blue ink.

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

Modificações ao Orçamento Inicial

Verificaram-se diversas modificações/alterações e revisões aos instrumentos previsionais (Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos) relacionadas, no essencial, com uma deficiente previsão de receitas e despesas de capital/correntes.

Quadro – XXXIII

| Constantes da Contabilidade | | | | |
|------------------------------------|------------|---------|---------------------|------------|
| Lançamento Orçamento: | 1 | | Ano Contabilístico: | 2013 |
| Data de Deliberação: | 12-12-2012 | | Data trabalho: | 30-12-2013 |
| Alterações e Revisões ao orçamento | | | | |
| Total Modificações: 28 | | | | |
| | Despesa | Receita | PPI | PAM |
| Alteração | 29 | 0 | 5 | 16 |
| Revisão | 2 | 1 | 1 | 1 |

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, foram efetuadas 5 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações.

Quadro – XXXIV

(Valores em Euros)

| Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos / 2013 | | | | |
|--|-------------------|------------------------|-------------------|----------------------------------|
| Financiamento total | | Financiamento Definido | | Total da Modificação (diferença) |
| Dotação inicial | Dotação corrigida | Dotação inicial | Dotação corrigida | |
| 4.820.163€ | 5.116.351€ | 4.820.163€ | 5.116.351€ | 296.188€ |

Handwritten signatures and initials in blue ink.

MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES

Em relação ao Plano de Atividades, foram efetuadas 16 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro – XXXV

(Valores em Euros)

| Modificações ao Plano Atividades / 2013 | | |
|---|-------------------|----------------------------------|
| Financiamento total | | Total da Modificação (diferença) |
| Dotação inicial | Dotação corrigida | |
| 1.603.100€ | 2.511.600€ | 908.500€ |

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Em relação ao Orçamento da Receita para 2013, foi efetuada 1 revisão orçamental, para inclusão do saldo da gerência anterior.

Quadro – XXXVI

(Valores em Euros)

| Modificações ao Orçamento da Receita / 2013 | | |
|---|-------------------|----------------------------------|
| Financiamento total | | Total da Modificação (diferença) |
| Dotação inicial | Dotação corrigida | |
| 10.744.851€ | 13.690.539€ | 2.945.688 € |

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Em relação ao Orçamento para 2013, foram efetuadas 2 revisão orçamental, uma para inclusão do saldo da gerência anterior e outar para inscrição de rubricas não previstas, e 27 alterações ao orçamento da despesa.

O resumo do total das alterações aos orçamentos da receita e da despesa apresenta-se de seguida.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Quadro – XXXVII

(Valores em Euros)

| Modificações ao Orçamento da Despesa / 2013 | |
|---|---------------------|
| Dotações iniciais | 10.744.851 € |
| Reforços/Inscrições | 4.258.513 € |
| Saldo da Gerência Anterior | 2.945.688 € |
| Diminuições/Anulações | 1.312.825 € |
| Dotação após alterações | 13.690.539 € |
| Reposições abatidas nos pagamentos | - € |
| Dotações corrigidas | 13.690.539 € |

Tal como foi anteriormente mencionado, as alterações verificadas aos orçamentos da receita e da despesa destinaram-se a:

- No caso das receitas, incluir o saldo da gerência anterior e outras receitas não previstas;
- No caso das despesas, utilizar o saldo da gerência anterior e reforçar e/ou anular despesas não previstas inicialmente.

ÓTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo FOCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º1/2004 inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica, muito similar a apresentada pelas empresas públicas e privadas. O balanço e a demonstração dos resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas

do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia na base do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente capítulo tem por objetivo proceder a uma avaliação económica dos resultados alcançados pelo Município de Redondo ao longo do exercício de 2013, bem como da sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro do mesmo ano.

BALANÇO

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a atividade do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

Reflete a situação financeira e patrimonial de uma determinada pessoa jurídica num dado momento, ou seja, compara-se (balanceia-se) o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos fundos próprios (ou situação líquida).

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2013.

ANÁLISE DO BALANÇO NO ÚLTIMO TRIÊNIO

Quadro - XXXVIII

| CONTAS DOS BALANÇOS | BALANÇOS | | | | | |
|---|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
| | 2011 | | 2012 | | 2013 | |
| | MONTANTE | % | MONTANTE | % | MONTANTE | % |
| Ativo | | | | | | |
| Imobilizado: | | | | | | |
| Bens de domínio público | 24 104 401,11 | 48,8% | 24 413 138,80 | 50,0% | 24 821 159,07 | 51,0% |
| Imobilizações incorpóreas | 84 939,09 | 0,2% | 39 517,04 | 0,1% | 17 343,43 | 0,0% |
| Imobilizações corpóreas | 20 021 719,08 | 40,5% | 18 763 541,90 | 38,4% | 18 397 463,17 | 37,8% |
| Investimentos financeiros, dos quais: | 1 095 034,12 | 2,2% | 1 023 426,72 | 2,1% | 949 388,25 | 2,0% |
| Circulante: | | | | | | |
| Existências | 268 510,47 | 0,5% | 298 309,53 | 0,6% | 146 233,43 | 0,3% |
| Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% |
| Dívidas de Terceiros - Curto prazo | 1 046 529,87 | 2,1% | 1 139 600,69 | 2,3% | 1 578 861,06 | 3,2% |
| Títulos negociáveis | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% |
| Depósitos e caixa | 2 780 695,97 | 5,6% | 3 115 703,07 | 6,4% | 2 607 493,97 | 5,4% |
| Acréscimos e diferimentos | 14 982,05 | 0,0% | 17 004,78 | 0,0% | 107 617,75 | 0,2% |
| Total do Ativo | 49 416 811,76 | 100% | 48 810 242,53 | 100% | 48 625 560,13 | 100% |
| Fundos próprios | | | | | | |
| Patrimônio | 45 445 042,79 | 125,0% | 45 445 042,79 | 130,5% | 45 445 042,79 | 130,9% |
| Ações PP + Prest. Supl. + Prêmios | | 0,0% | | 0,0% | | 0,0% |
| Ajustamentos de partes de capital em empresas | - 71 608,20 | -0,2% | - 72 549,09 | -0,2% | - 75 921,06 | -0,2% |
| Reservas, Subsídios e Doações | - 196 996,38 | -0,5% | - 196 996,38 | -0,6% | 1 491 637,28 | 4,3% |
| Resultados transitados | -7 025 190,92 | -19,3% | - 8 889 464,55 | -25,5% | -10 436 325,25 | -30,1% |
| Resultado Líquido do exercício | - 1 808 664,18 | -5,0% | - 1 466 961,58 | -4,2% | -1 695 258,37 | -4,9% |
| Total dos Fundos Próprios | 36 342 583,11 | 100% | 34 819 071,19 | 100% | 34 729 175,39 | 100% |
| Passivo | | | | | | |
| Provisões | | 0,0% | | 0,0% | | 0,0% |
| Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo: | 823 680,04 | 6,3% | 572 968,83 | 4,1% | 475 240,60 | 3,4% |
| Dívidas a terceiros - Curto prazo | 313 277,85 | 2,4% | 287 026,61 | 2,1% | 239 105,71 | 1,7% |
| Acréscimos e diferimentos | 11 937 270,76 | 91,3% | 13 131 175,90 | 93,9% | 13 182 038,43 | 94,9% |
| Total do Passivo | 13 074 228,65 | 100% | 13 991 171,34 | 100% | 13 896 384,74 | 100% |
| Total dos Fundos Próprios e do Passivo | 49 416 811,76 | | 48 810 242,53 | | 48 625 560,13 | |

| | | | | |
|---|-------------------------------------|------|------|------|
| Procedimento de Controlo (Total Ativo/Total Fundos Próprios + Passivo) | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PESO NO ATIVO DOS: | Fundos próprios | 74% | 71% | 71% |
| | Passivo - total | 26% | 29% | 29% |
| | Passivo - Acréscimos e diferimentos | 24% | 27% | 27% |

Balanco Sintético

Quadro - XXXIX

| ACTIVO | | | | | PASSIVO | | | | |
|--|---------------------|--------------|---------------------|--------------|---|---------------------|--------------|---------------------|--------------|
| | 2012 | | 2013 | | | 2012 | | 2013 | |
| Imobilizado: | 44.239.625 € | 90,6% | 44.185.354 € | 90,9% | Fundos Próprios: | 34.819.070 € | 71,3% | 34.729.175 € | 71,4% |
| Bens de domínio público | 24.413.139 € | 50,0% | 24.821.159 € | 51,0% | Património | 45.445.043 € | 93,1% | 45.445.043 € | 93,5% |
| Imobilizações incorpóreas | 39.517 € | 0,1% | 17.343 € | 0,0% | Ajustamentos de partes de capital em empresas | -72.549 € | -0,1% | -75.921 € | -0,2% |
| Imobilizações corpóreas | 18.763.542 € | 38,4% | 18.397.463 € | 37,8% | Reservas de reavaliação | 31.550 € | 0,1% | 31.550 € | 0,1% |
| Investimentos Financeiros | 1.023.427 € | 2,1% | 949.388 € | 2,0% | Reservas legais | -345.307 € | -0,7% | 1.343.327 € | 2,8% |
| | | | | | Subsídios | 115.225 € | 0,2% | 115.225 € | 0,2% |
| | | | | | Resultados transitados | -8.889.465 € | -18,2% | -10.436.325 € | - |
| | | | | | Resultados líquidos do exercício | -1.466.962 € | -3,0% | -1.695.258 € | 21,5% |
| | | | | | Doações | 1.535 € | 0,0% | 1.535 € | -3,5% |
| Circulante: | 4.570.619 € | 9,4% | 4.440.206 € | 9,1% | Passivo: | 13.991.172 € | 28,7% | 13.896.385 € | 28,6% |
| Existências | 298.310 € | 0,6% | 146.233 € | 0,3% | Dívidas a terceiros - M/L Prazo | 572.969 € | 1,2% | 475.241 € | 1,0% |
| Dívidas de Terceiros - Curto prazo: | 1.139.601 € | 2,3% | 1.578.861 € | 3,2% | Dívidas a terceiros - Curto Prazo | 287.027 € | 0,6% | 239.106 € | 0,5% |
| Depósitos em instituições financeiras e Caixa: | 3.115.703 € | 6,4% | 2.607.494 € | 5,4% | Acréscimos e diferimentos | 13.131.176 € | 26,9% | 13.182.038 € | 27,1% |
| Acréscimos e diferimentos: | 17.005 € | 0,0% | 107.618 € | 0,2% | | | | | |
| Total do Ativo | 48.810.244 € | 100% | 48.625.560 € | 100% | Total dos Fundos Próprios + Passivo | 48.810.242 € | 100% | 48.625.560 € | 100% |

- Analisando o Balanço sintético acima apresentado, constatamos que o Ativo é composto quase na sua totalidade por imobilizado (90,9%).
- O Passivo reparte-se em exigível a curto, médio e longo prazos. As dívidas a terceiros de médio/longo prazo fixaram-se em 475 241€, representando 1, % dos Fundos Próprios e Passivo, e as dívidas de curto prazo em 239 106€, e que representam 0,5% dos Fundos Próprios e Passivo.
- Relativamente aos Fundos Próprios, representam 71,4% do total do Ativo e fixaram-se, em 2013, em 34.729 milhões de euros.

Finalidade

Normalmente reportado ao encerramento do exercício económico reflete a posição financeira e patrimonial da autarquia, apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da autarquia.

Informação prestada

Aspetos a considerar na elaboração do Balanço:

- Em cada conta devem figurar, além dos valores do exercício que se encerra, os correspondentes ao exercício anterior;
- Não se podem modificar os critérios de contabilização de um exercício para o outro, a não ser em casos quais se indicam e justificam nas notas ao balanço;
- Não é obrigatória a apresentação de contas com saldos nulos quer no exercício, quer no exercício antecedente;
- Pode fazer-se uma desagregação mais detalhada das contas que aparecem no modelo;
- A separação das dívidas entre curto e médio/longo prazos têm em conta o prazo previsto para o vencimento, considerando-se médio/longo prazos quando for superior a um ano (contado a partir da data de encerramento do exercício).

Observações

Ativo – inclui os bens e direitos da entidade, assim como os acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e está estruturado em três grandes grupos:

A) **Ativo imobilizado** – composto pelos elementos do património da autarquia que têm carácter permanente e que não são destinados a venda. O imobilizado é desagregado nos seguintes elementos:

- Bens de domínio público;
- Imobilizações incorpóreas;
- Imobilizações corpóreas;
- Investimentos financeiros.

B) *Ativo circulante* – representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto pelos seguintes grupos.

- Existências;
- Dívidas a receber;
- Disponibilidades.

C) *Acréscimos e diferimentos* – acréscimos de proveitos e custos diferidos.

Passivo – representa as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados, e é constituído por:

- Dívidas a terceiros a médio e longo prazo;
- Dívidas a terceiros a curto prazo;
- Acréscimos e diferimentos.

Fundos Próprios – medida residual na demonstração da posição financeira (ativos menos passivos) podendo ser positivo ou negativo. Os Fundos Próprios englobam o património, bem como as reservas e os resultados da autarquia e desagregam-se nas seguintes contas:

- a) Património;
- b) Reservas;
- c) Resultados transitados;
- d) Resultado líquido do exercício.

Nestes termos, da análise do balanço e dos indicadores financeiros anexos a este relatório, destaca-se o seguinte:

- O imobilizado líquido total ascende a 44.185.354€, o que significa que, comparativamente a 2012, diminuiu cerca de 54 mil euros;
- O rácio que mede o grau de cobertura deste imobilizado por capitais permanentes é próximo de 49,84%, o que revela uma cobertura adequada, este indicador avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo;

- A liquidez geral é adequada, revelando um rácio de 1.857%;
- A autonomia financeira é atipicamente elevada, com um rácio de 71%.

Face a estes indicadores, facilmente se conclui que o município continua a possuir uma inegável robustez financeira.

Em relação aos equilíbrios das contas do município, nas perspetivas de curto ou médio e longo prazo, e face à boa evolução registada há vários anos, pode afirmar-se que as questões de ordem financeira não comprometem a sua atividade futura.

IMOBILIZADO

Quadro – XL

| RÚBRICAS | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|------------------------|------------------------|------------------------|
| Bens de domínio público | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 271.938,99 € | 271.938,99 € | 1.177.615,93 € |
| | 0,00 € | 0,00 € | 69.641,81 € |
| Outras construções e infraestruturas | 23.500.007,53 € | 23.385.207,13 € | 23.375.542,81 € |
| Imobilizações em curso | 332.454,59 € | 755.992,68 € | 198.358,52 € |
| Imobilizações Incorpóreas | | | |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | 84.939,09 € | 39.517,04 € | 17.343,43 € |
| Imobilizações Corpóreas | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 2.119.224,36 € | 2.153.149,36 € | 2.250.288,15 € |
| Edifícios e outras construções | 15.757.056,92 € | 15.394.982,41 € | 15.038.964,50 € |
| Equipamento básico | 789.250,04 € | 602.063,96 € | 477.005,26 € |
| Equipamento de transporte | 453.332,19 € | 382.334,47 € | 455.731,08 € |
| Ferramentas e utensílios | 9.962,85 € | 6.602,12 € | 4.919,35 € |
| Equipamento administrativo | 115.516,96 € | 102.193,36 € | 123.365,97 € |
| Outras imobilizações corpóreas | 28.304,00 € | 24.081,24 € | 47.188,86 € |
| Imobilizações em curso | 749.071,76 € | 98.134,88 € | 0,00 € |
| Investimentos financeiros | | | |
| Obrigações e títulos de participação | 80.796,80 € | 79.855,91 € | 76.483,94 € |
| Investimentos em imóveis | 1.014.237,32 € | 943.570,81 € | 872.904,31 € |
| TOTAL | 45.306.093,40 € | 44.239.624,36 € | 44.185.353,92 € |

O ativo imobilizado é constituído, em larga medida, por Edifícios e Outras Construções integrados quer no domínio público, quer no domínio privado municipal. No âmbito das operações de investimento/(des)investimento municipal, revela o elevado esforço efetuado pelo Município.

Quadro – XLI

EVOLUÇÃO DO ATIVO DO MUNICÍPIO

Un: Euros

| DESCRIÇÃO | 2011 | 2012 | 2013 | VARIAÇÃO NO TRIÉNIO |
|---------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|
| Acréscimos e Diferimentos | 14.982,05 € | 17.004,78 € | 107.617,75 € | 92.635,70 € |
| Restante Ativo | 494.401.829,71 € | 48.793.237,75 € | 48.517.942,38 € | - 883.887,33 € |
| ATIVO TOTAL | 494.416.811,76 € | 48.810.242,53 € | 48.625.560,13 € | - 791.251,63 € |

Quadro – XLII

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO

Un: Euros

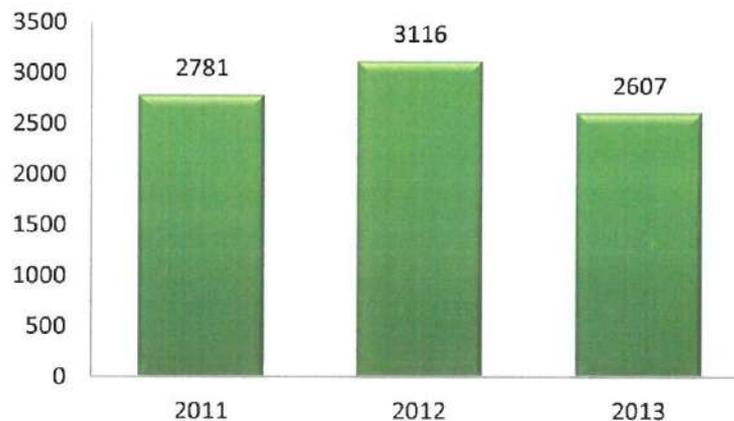
| DESCRIÇÃO | 2011 | 2012 | 2013 | VARIAÇÃO NO TRIÉNIO |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|------------------------|
| Património | 45.445.042,79€ | 45.445.042,79€ | 45.445.042,79€ | 0,00€ |
| Restantes Fundos Próprios | - 9.102.459,79€ | - 10.625.971,60€ | - 10.715.867,40€ | - 1.613.407,72€ |
| FUND. PRÓPRIOS TOTAIS | 36.342.583,11€ | 34.819.071,19€ | 34.729.175,39 | - 1.613.407,72€ |

DISPONIBILIDADES (ORÇAMENTAIS)

Quadro – XLIII

| | 2011 | 2012 | 2013 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| CAIXA | | | |
| CAIXA TESOURARIA | 1.552,20 € | 2.152,88 € | 2.453,92 |
| DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | | | |
| CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS | 484.428,08 € | 1.325.863,07 € | 895.401,68 € |
| BANCO BPI, SA | 299.921,55 € | 24.222,93 € | 11.683,99 € |
| CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO | 77.004,12 € | 76.413,41 € | 70.567,17 € |
| BANCO ESPÍRITO SANTO | 1.104.805,39 € | 864.393,99 € | 787.791,78 € |
| MILLENIUM BCP | 812.984,63 € | 822.679,83 € | 839.595,43 € |
| TOTAL GERAL | 2.780.695,97 € | 3.115.726,11 € | 2.607.493,97 € |

Gráfico – XVI



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (POR NATUREZA)

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2013.

O Município de Redondo encerrou as suas contas relativas ao exercício económico de 2013 com um resultado líquido de (-1.695.258,37€), fundamentado pelo desempenho nos resultados operacionais.

Para a formação do resultado líquido do exercício contribuíram os seguintes componentes:

Quadro – XLIV

| RESULTADOS | 2011 | 2012 | 2013 | Crescimento | % Cresc. |
|--------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|---------------|----------|
| | | | | (2012-2013) | |
| Resultados Operacionais | -2.467.601,19 € | -2.467.601,19 € | -2.679.110,22 | 211.509,03 € | -7,89% |
| Resultados Financeiros | 266.767,48 € | 266.767,48 € | 436.288,82 | 169.521,34 € | 38,86% |
| Resultados Correntes | -2.200.833,71 € | -2.200.833,71 € | -2.242.821,40 | -41.987,69 € | -1,87% |
| Resultado Líquido do Exercício | -1.466.961,58 € | -1.466.961,58 € | -1.695.258,37 | -228.296,79 € | -13,47% |

Finalidade

A demonstração de resultados por natureza é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) de uma autarquia ou entidade equiparada, durante um determinado período (normalmente um ano) e que serve para avaliar a aplicação dos recursos utilizados. A demonstração de resultados tem por objetivo apresentar o resultado do exercício, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Quadro – XLV

| PROVEITOS OPERACIONAIS | 2010 | 2011 | 2012 | Crescimento | % Cresc. |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|---------------|
| | | | | (2011-2012) | |
| Venda e Prestação de Serviços | 1.092.950,70 € | 1.051.590,32 € | 924.932,41 € | -126.657,91 € | -13,69% |
| Impostos e taxas | 782.162,86 € | 768.200,05 € | 833.823,77 € | 65.623,72 € | 7,87% |
| Transf. e Sub. Obtidos | 5.050.956,00 € | 5.177.441,98 € | 5.117.008,95 € | -60.433,03 € | -1,18% |
| Trabalhos Própria Entidade | 156.533,16 € | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | % |
| Proveitos Suplementares | 13.178,39 | 306,00 | 3.900,00 | 3.594,00 € | 92,15% |
| TOTAL | 7.227.572,35 € | 7.095.781,11 € | 6.879.665,13 € | -117.873,22 € | -1,71% |

CUSTOS OPERACIONAIS

Quadro – XLVI

| CUSTOS OPERACIONAIS | 2011 | 2012 | 2013 | Crescimento | % Cresc. |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|--------------|
| | | | | (20012-2013) | |
| CMVMC | 998.461,14 € | 956.778,46 € | 945.351,31 € | -11.427,15 € | -1,21% |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 1.816.485,95 € | 1.760.826,36 € | 1.940.993,53 € | 180.167,17 € | 9,28% |
| Custos com Pessoal | 4.193.453,23 € | 3.933.449,05 € | 4.146.506,87 € | 213.057,82 € | 5,14% |
| Amortizações do exercício | 2.392.369,00 € | 2.425.944,22 € | 2.204.853,38 € | -221.090,84 € | -10,03% |
| Transf. e Sub. Correntes Concedidos | 324.202,56 € | 332.034,50 € | 269.989,93 € | -62.044,57 € | -22,98% |
| Outros Custos Operacionais | 60.762,46 € | 56.106,95 € | 51.080,33 € | -5.026,62 € | -9,84% |
| TOTAL | 9.785.734,34 € | 9.465.139,54 € | 9.558.775,35 € | 93.635,81 € | 0,98% |

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2013, os Resultados Financeiros apresentam um valor positivo de 512.554€. Os Proveitos Financeiros são essencialmente provenientes da concessão da exploração da rede elétrica em baixa e complementarmente de juros obtidos de depósitos à ordem, a prazo e de aplicações de curto prazo, sendo suficientes para cobrirem os Custos Financeiros que são originados pelos juros suportados com os empréstimos de Médio/Longo Prazo.

Quadro – XLVII

VALOR €

| PROVEITOS FINANCEIROS | 2011 | 2012 | 2013 | CUSTOS FINANCEIROS | 2011 | 2012 | 2013 |
|--------------------------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------------------|-----------------|-----------------|----------------|
| Proveitos e Ganhos Financeiros | 419.857 € | 354.016 € | 512.554€ | Custos e Perdas Financeiras | 84.495 € | 87.249 € | 76.265€ |
| TOTAL | 419.857 € | 354.016 € | 512.554€ | TOTAL | 84.495 € | 87.249 € | 76.265€ |

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente de “diferimentos” dos subsídios obtidos para financiamento de investimento, ao ritmo das

amortizações do exercício dos bens financiados. Os custos e perdas extraordinários dizem respeito, fundamentalmente, à correção de dívidas por cobrar que influenciaram em igual valor os proveitos.

Quadro – XLVIII

| PROVEITOS EXTRAORDINARIOS | 2011 | 2012 | 2013 | CUSTOS EXTRAORDINARIOS | 2011 | 2012 | 2013 |
|------------------------------|---------------------------------------|------------------|-----------------|---------------------------|------------------|------------------------------------|-----------------|
| | Proveitos e Ganhos Extraordinários | 907.269 € | 758.896 € | | 713.606€ | Custos e Perdas Extraordinários | 361.342 € |
| TOTAL | 907.269 € | 758.896 € | 713.606€ | TOTAL | 361.342 € | 25.024 € | 166.043€ |

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Apresentando-se resultado com um valor negativo, embora resulte das explicações anteriormente apresentadas, propõe-se que seja transferido para resultados transitados.

Quadro – XLIX

| PROVEITOS TOTAIS | 2011 | 2012 | 2013 | CUSTOS E PERDAS | 2011 | 2012 | 2013 |
|------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|---------------------|------------------------------------|-------------------|
| | Proveitos Totais | 8.422.908 € | 8.110.451 € | | 8.105.825€ | Custos e Perdas do Exercício | 10.231.572 € |
| TOTAL | 8.422.908 € | 8.110.451 € | 8.105.825€ | TOTAL | 10.231.572 € | 9.577.413 € | 9.801.083€ |

INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAS

Da análise do Balanço, facilmente se verifica a saudável situação financeira do Município, como se demonstrou na análise orçamental atrás ilustrada.

No entanto, para melhor comprovar esta situação apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no exercício económico findo.

A elaboração de indicadores de gestão deve ter em consideração a natureza da pessoa coletiva que é a autarquia, nomeadamente, quanto à composição do seu ativo, onde preponderam os bens de investimento de natureza pública. Considerou-se útil recorrer a um conjunto de indicadores clássicos na análise económica e financeira, de forma a possibilitar uma análise tão completa quanto possível da situação patrimonial e financeira do Município de Redondo, na medida em que a mesma pode e deve constituir um elemento de apoio à gestão.

Quadro – L
Sustentabilidade a médio e longo prazos

| INDICADORES | | | 2011 | | 2012 | | 2013 | |
|-------------|------------------------|--|------------|---------|------------|--------|------------|--------|
| 1 | Solvabilidade I | Fundo Patrimonial | 36 342 583 | | 34 819 071 | | 34 729 175 | |
| | | Passivo | 13 074 229 | 277,97% | 13 991 171 | 248,8% | 13 896 385 | 249,9% |
| 2 | Solvabilidade II | Ativo Líquido | 49 416 812 | | 48 810 243 | | 48 625 560 | |
| | | Passivo | 13 074 229 | 377,97% | 13 991 171 | 348,8% | 13 896 385 | 349,9% |
| 3 | Solvabilidade Adaptado | Ativo Líquido Total - Bens do Domínio Público Líquidos | 25 312 411 | | 24 397 104 | | 23 804 401 | |
| | | Passivo | 13 074 229 | 193,61% | 13 991 171 | 174,3% | 13 896 385 | 171,3% |
| 4 | Autonomia Financeira | Fundo Patrimonial | 36 342 583 | 73,54% | 34 819 071 | 71,34% | 34 729 175 | 71,42% |



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AB' and 'H'.

| | | | | | | | | | |
|----|---------------------------------|--|--|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| | | Ativo Líquido | 49 416 812 | | 48 810 243 | | 48 625 560 | | |
| 5 | EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO | Liquidez Geral | Ativo Circulante | 4 110 718 | 781,36% | 4 570 618 | 1592, % | 4 440 206 | 1857, % |
| | | | Passivo Circulante | 526 095 | | 287 027 | | 239 106 | |
| 6 | | Liquidez Imediata | Disponibilidades | 2 780 696 | 528,55% | 3 115 703 | 1085, % | 2 607 494 | 1090, % |
| | | | | Passivo Circulante | 526 095 | | 287 027 | | 239 106 |
| 7 | EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO | Prazo médio de Pagamento | Dívida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos+OT+Cauc. e gar. de fornec. em dinheiro) x | 82 096 | 5 | 119 683 | 8 | 69 091 | 6 |
| | | | | Aquisição de Bens e Serviços/Transferências e subsídios no ano | 5 561 216 | | 5 654 736 | | 4 150 686 |
| 8 | EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO | Prazo médio de Pagamento - imobilizado | Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12 x | 104 483 | 13 | 104 483 | 12 | 100 182 | 19 |
| | | | | Aquisição de Imobilizado no ano | 2 917 263 | | 3 215 738 | | 1 911 592 |
| 9 | IMOBILIZAÇÕES | Indicador das imobilizações I | Capitais Permanentes | 25 441 809 | 56,16% | 22 260 864 | 50,32% | 22 022 378 | 49,84% |
| | | | | Imobilizado Líquido | 45 306 093 | | 44 239 624 | | 44 185 354 |
| 10 | | Indicador das imobilizações II | Fundo Patrimonial | 36 342 583 | 80,22% | 34 819 071 | 78,71% | 34 729 175 | 78,60% |
| | | | Imobilizado Líquido | 45 306 093 | | 44 239 624 | | 44 185 354 | |
| 11 | Indicador das imobilizações III | Capitais Alheios de MLP | 12 548 134 | 27,70% | 13 704 145 | 30,98% | 13 657 279 | 30,91% | |
| | | | Imobilizado Líquido | 45 306 093 | | 44 239 624 | | 44 185 354 | |
| 12 | Indicador das imobilizações IV | Capitais Alheios de Curto Prazo | 526 095 | 1,16% | 287 027 | 0,65% | 239 106 | 0,54% | |

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

| | | | | | | | | |
|----------------------|---|--|------------|--------|------------|--------|------------|--------|
| | | Imobilizado Líquido | 45 306 093 | | 44 239 624 | | 44 185 354 | |
| 13 | Percentagem de imobilizado líquido total | Imobilizado Líquido | 45 306 093 | 91,68% | 44 239 624 | 90,64% | 44 185 354 | 90,87% |
| | | Ativo Líquido | 49 416 812 | | 48 810 243 | | 48 625 560 | |
| 14 | Percentagem de imobilizado líquido de BDP | Imobilizado de Domínio Público Líquido | 24 104 401 | 48,78% | 24 413 139 | 50,02% | 24 821 159 | 51,05% |
| | | Ativo Líquido | 49 416 812 | | 48 810 243 | | 48 625 560 | |
| ENDIVIDAMENTO | | | | | | | | |
| 15 | Endividamento | Passivo | 13 074 229 | 26,46% | 13 991 171 | 28,68% | 13 896 385 | 28,58% |
| | | Ativo Líquido | 49 416 812 | | 48 810 243 | | 48 625 560 | |
| 16 | Endividamento de MLP | Dívidas de MLP | 475 241 | 0,96% | 475 241 | 0,97% | 475 241 | 0,98% |
| | | Ativo Líquido | 49 416 812 | | 48 810 243 | | 48 625 560 | |
| 17 | Endividamento - Empréstimos de MLP | Empréstimos de MLP | 475 241 | 0,96% | 475 241 | 0,97% | 475 241 | 0,98% |
| | | Ativo Líquido | 49 416 812 | | 48 810 243 | | 48 625 560 | |
| 18 | Endividamento de CP | Dívidas de Curto Prazo | 313 278 | 0,63% | 287 027 | 0,59% | 239 106 | 0,49% |
| | | Ativo Líquido | 49 416 812 | | 48 810 243 | | 48 625 560 | |
| 19 | Endividamento - Empréstimos de CP | Empréstimos de Curto Prazo | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00 | 0,00% |
| | | Ativo Líquido | 49 416 812 | | 48 810 243 | | 48 625 560 | |
| 20 | Estrutura de Endividamento I | Dívidas de MLP | 475 241 | 3,63% | 475 241 | 3,40% | 475 241 | 3,42% |
| | | Passivo | 13 074 229 | | 13 991 171 | | 13 896 385 | |

| | | | | | | | | |
|----|-------------------------------|------------------------|------------|-------|------------|-------|------------|-------|
| 21 | Estrutura de Endividamento II | Dividas de Curto Prazo | 313 278 | 2,40% | 287 027 | 2,05% | 239 106 | 1,72% |
| | | Passivo | 13 074 229 | | 13 991 171 | | 13 896 385 | |

Quadro – LI
Indicadores de equilíbrio de MLP do Município

| INDICADORES | 2011 | 2012 | 2013 | VARIAÇÃO NO TRIÊNIO |
|------------------------|------|------|------|---------------------|
| Solvabilidade I | 278% | 249% | 250% | -28,06 |
| Solvabilidade II | 378% | 349% | 350% | -28,06 |
| Solvabilidade Adaptado | 194% | 174% | 171% | -22,31 |
| Autonomia Financeira | 74% | 71% | 71% | -2,12 |

Quadro – LII
Indicadores de equilíbrio de CP do Município

| INDICADORES | 2011 | 2012 | 2013 | VARIAÇÃO NO TRIÊNIO |
|--|-------|-------|-------|---------------------|
| Liquidez Geral | 1312% | 1592% | 1857% | 1075,64 |
| Liquidez Imediata | 888% | 1086% | 1091% | 561,96 |
| Prazo médio de Pagamento | 9 | 10 | 6 | 1 |
| Prazo médio de Pagamento - imobilizado | 12 | 20 | 19 | 6 |

Quadro – LIII
Indicadores de imobilizações Município

| INDICADORES | 2011 | 2012 | 2013 | VARIAÇÃO NO TRIÉNIO |
|---|------|------|------|---------------------|
| Indicador das imobilizações I | 56% | 50% | 50% | -6,31 |
| Indicador das imobilizações II | 80% | 79% | 79% | -1,62 |
| Indicador das imobilizações III | 28% | 31% | 31% | 3,21 |
| Indicador das imobilizações IV | 1% | 1% | 1% | -0,62 |
| Percentagem de imobilizado líquido total | 92% | 91% | 91% | -0,81 |
| Percentagem de imobilizado líquido de BDP | 49% | 50% | 51% | 2,27 |

Quadro – LIV
Indicadores de endividamento Município

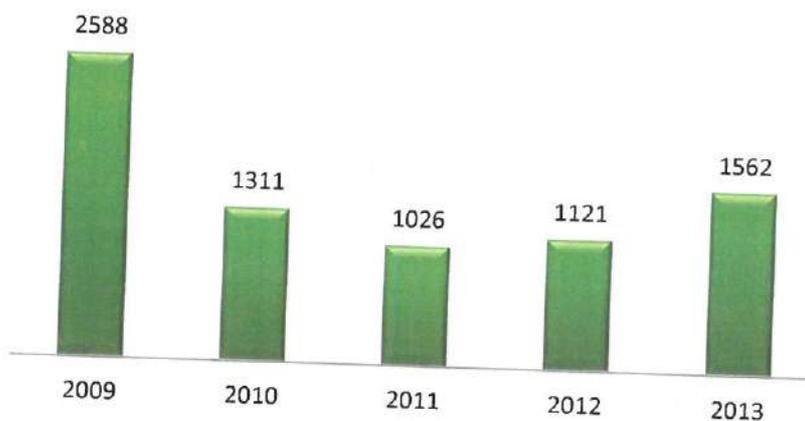
| INDICADORES | 2010 | 2011 | 2013 | VARIAÇÃO NO TRIÉNIO |
|------------------------------------|------|------|------|---------------------|
| Endividamento | 26% | 29% | 29% | 2,12 |
| Endividamento de MLP | 1% | 1% | 1% | 0,02 |
| Endividamento - Empréstimos de MLP | 1% | 1% | 1% | 0,02 |
| Endividamento de CP | 1% | 1% | 0% | -0,14 |
| Endividamento - Empréstimos de CP | 0% | 0% | 0% | 0,00 |
| Estrutura de Endividamento I | 4% | 4% | 3% | -0,22 |
| Estrutura de Endividamento II | 2% | 2% | 2% | -0,68 |

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Quadro – LV

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Contribuintes c/c | 11.693 € | 3.399 € | 4.053 € | 6.735 € | 13.429 € |
| Utentes c/c | 972.291 € | 1.036.354 € | 778.244 € | 870.481 € | 861.625 € |
| Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa | 1.132.786 € | 107.609 € | 107.609 € | 107.609 € | 104.684 € |
| Estado e outros entes públicos | 124.860 € | 128.545 € | 122.452 € | 0 € | 840,49 € |
| Administração autárquica | 58.875 € | 0 € | 0 € | 28.000 € | 98.525 € |
| Outros devedores | 287.967 € | 34.922 € | 13.819 € | 108.261 € | 483.074 € |
| TOTAL | 2.588.471 € | 1.310.828 € | 1.026.177 € | 1.121.085 € | 1.562.176 € |

Dívidas de Terceiros



DÍVIDAS A TERCEIROS (EXCLUINDO A BANCA)

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), embora se verifique um decréscimo em valores absolutos, em termos relativos no último ano, a dívida a terceiros assume um peso de 2,9% no total da despesa paga.

Quadro – LVI

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Dívidas a Terceiros | 592.993,98 € | 595.239,51 € | 313.277,85 € | 287.026,61 € | 239.105,71 € |
| TOTAL | 592.993,98 € | 595.239,51 € | 313.277,85 € | 287.026,61 € | 239.105,71 € |

A composição desta dívida de 239.105,71€, é a seguinte:

- 58.361,97€, dizem respeito a valores retidos para entrega a terceiros (Estado e outras entidades);
- 23.690,63€, dizem respeito a valores de clientes e utentes com cauções;
- 157.053,11€, correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado, com faturas em conferência, a maioria delas emitidas no

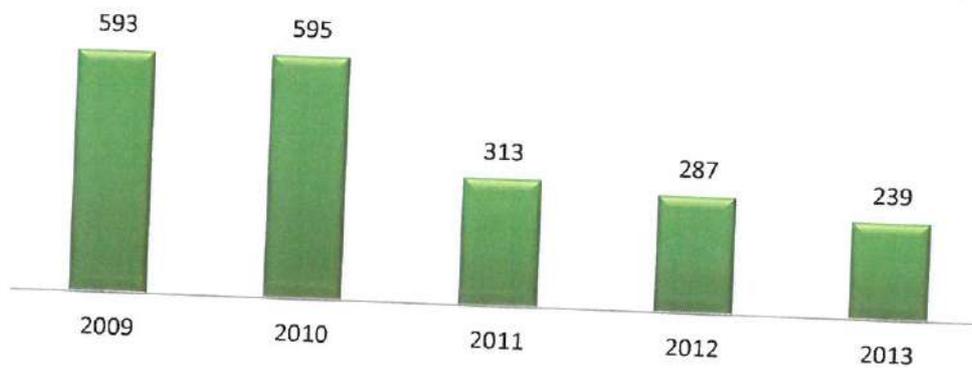


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

final do ano económico mas com entrada na autarquia depois de 31 de Dezembro, motivo pelo qual nunca poderiam ter sido pagas até ao final do ano, ainda a abater o valor de 56.856,16€, referente a faturas que se encontram em contencioso (Divida não reconhecida) pela CMR.

- Apenas 100.196,95€ correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado refletida orçamentalmente, que já se encontrava lançada na contabilidade até 31 de Dezembro;

Gráfico – XVIII
Divida a Terceiros



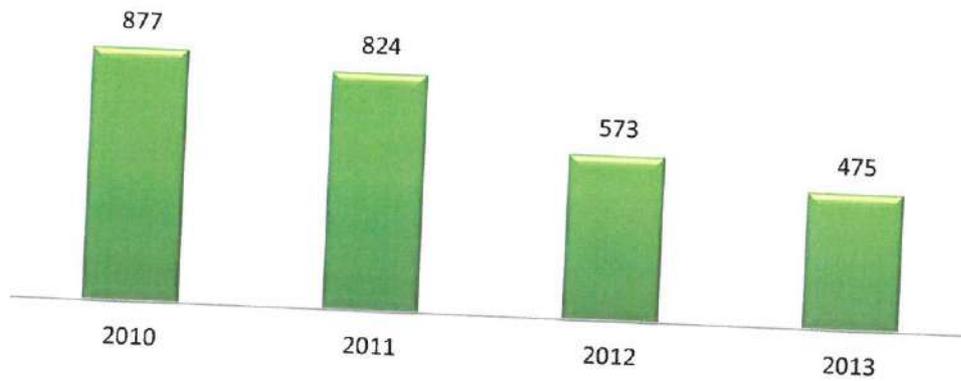
DÍVIDAS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS (em 31 de Dezembro)

Quadro – LVII

| Empréstimo a Médio e Longo Prazo | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Divida a 31 de Dezembro | 876.820,68 € | 823.680,04 € | 572.968,83 € | 475.240,60 € |
| TOTAL | 876.820,68 € | 823.680,04 € | 572.968,83 € | 475.240,60 € |



Gráfico – XIX



O montante dos empréstimos e o endividamento líquido municipal estão sujeitos a limites, fixados em função de uma percentagem da soma de um conjunto de receitas municipais:

Em 2013, releva a soma das receitas provenientes das participações do município no FEF, no FSM e no IRS, no ano, bem como dos impostos municipais, e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local relativos ao ano anterior.

CÁLCULO DO LIMITE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO

Quadro – LVIII
Endividamento – Valores de referência

| Endividamento Municipal | | | | | |
|-------------------------|--|----------|-------------|----------|-----------------|
| 1 | Impostos Municipais: | 840.783€ | | | |
| | IMI _ ano n-1 | 442.789€ | IMT ano n-1 | 182.113€ | IUC/IMV ano n-1 |
| 2 | Derrama _ ano n-1 | - € | | | 96.691€ |
| 3 | Participação nos resultados do SEL _ ano n-1 | - € | | | |
| 4 | FEF _ ano n1 + IRS _ ano n | 425.884€ | | | |

| Limites ao endividamento no âmbito da Lei das Finanças Locais | | |
|---|--|-------------|
| Limite Endividamento: | Curto Prazo $[(1+2+3+4)*10\% \text{ LFL}]$ | 582.122 € |
| | Médio e Longo Prazo $(1+2+3+4)$ | 5.821.221 € |
| | Endividamento Líquido $[(1+2+3+4)*125\%]$ | 7.276.526 € |

Para efeitos de cálculo do endividamento líquido e dos empréstimos do Município soma-se o endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município, assim como das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do sector empresarial local.

Quanto ao limite geral dos empréstimos, o Município não recorreu a empréstimos de curto prazo, em 2013.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O executivo municipal desenvolveu importante esforço, recorrendo a todos os mecanismos legais, económico-financeiros, técnicos e administrativos ao seu alcance, para que se concretizassem, tanto quanto possível, as atividades previstas, tendo procurado atingir os melhores resultados possíveis, na prossecução dos objetivos definidos.

Não é demais referir que esse quadro referencial foi delineado aquando da definição das prioridades para o quadriénio de 2009/2013, apontando para sete vetores de atuação ou objetivos estratégicos a desenvolver numa perspetiva de curto e/ou médio prazo e que são:

APOIO JURÍDICO

Das competências do Apoio Jurídico destacam-se as seguintes: elaboração de informações, emissão pareceres técnico – jurídicos, acompanhamento de processos gratuitos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre as petições diversas, reclamações, recursos, sindicâncias, inquéritos e estatuto disciplinar, acompanhamento de processos litigiosos, elaboração de regulamentos, posturas, contratos e outros instrumentos jurídicos, no âmbito das competências de todos os serviços camarários e com vista à prossecução das atribuições do Município de Redondo, bem como o apoio jurídico nessas matérias e em processos de parcerias. Assim e nesta conformidade, as competências do Apoio Jurídico foram desenvolvidas pelas Técnicas Superiores Juristas afetas a este serviço no ano de 2013, cujas tarefas abrangeram toda a vasta gama de matérias da competência deste Município, designadamente:

- Apoio jurídico na área das contraordenações, que se traduziu em especial na instrução e elaboração de propostas de decisões;
- Acompanhamento da elaboração e alteração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, designadamente dos planos de pormenor e urbanização em curso;
- Elaboração de Regulamentos Municipais;
- Elaboração de respostas e fornecimento de elementos solicitados pelos Tribunais;
- Elaboração de informações e despachos no âmbito de processos de queixa e reclamações apresentadas à autarquia, tendo em vista a notificação dos particulares e entidades externas de que se destaca a Inspeção-geral da Administração Local;
- Elaboração de informações e despachos no domínio de processos de licenciamento de obras particulares;
- Emissão de informações na área da contratação pública;
- Elaboração e colaboração de protocolos e contratos;
- Apoio e acompanhamento de procedimentos na área de aquisição de bens e serviços e empreitadas;
- Colaboração na elaboração de programas e cadernos de encargos de concursos;
- Apoio jurídico ao Executivo Municipal;
- Apoio Jurídico às Juntas de Freguesia;

- Prestação de apoio a todos os serviços municipais.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Redondo, desenvolveu em 2013 as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas enquanto estrutura responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal. De entre estas tarefas destaca-se a revisão para o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PME) de Redondo.

Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de todas estas entidades, e outras não representadas na CMPC mas com intervenção prevista no que à proteção civil diz respeito, que se procedeu à:

- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;
- Acompanhamento do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, nas ações de sensibilização, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa;
- Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico florestal intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Florestal Contra Incêndios.

Atividades realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal.

- Realização de relatórios referentes aos trabalhos realizados pela Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz (Planos de Ação, relatórios semestrais e relatórios anual);
- Atualização de toda a atividade da Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz, na plataforma SGIF;
- Orientação de Estágios;
- Elaboração do *Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*;
- *Elaboração/atualização dos Planos Operacionais Municipais* para os quatro Municípios pertencentes ao GTFI;
- Atualização e validação no terreno, de SIG's de Defesa da Floresta, nomeadamente Rede Viária, Rede de Pontos de Água, Faixas de Gestão de Combustível, Cartografia de Risco de Incêndio e Silvicultura no âmbito DFCI efetuada em cada Município;

- Tratamento de dados cartográficos em articulação com a Universidade de Évora e com o ICNF;
- Participação em reuniões no CDOS Évora (Briefings semanais);
- Participações em reuniões de planeamento de DFCI, promovidas pelo CDOS, GNR e ICNF;
- Realização de pareceres e enquadramentos, relativamente a pedidos de construção em zonas florestais, no Município de Vila Viçosa;
- Colaboração com o Gabinete de Proteção civil do Município de Alandroal para a realização do programa de "Vigilância Florestal", durante o Período crítico;
- Colaboração com o ICNF na "Amostragem de Nemátodo", nos concelhos de Vila Viçosa e Redondo;
- Enquadramentos de Planos de Gestão Florestal, na cartografia dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Ações de coordenação com a EDP, REN, ICNF e Soporcel, na realização de Faixas de Gestão Combustível;
- Realização e implementação de um regulamento Municipal do uso do fogo, uniforme para os quatro Municípios.

SERVIÇO DE INFORMÁTICA

Durante o ano de 2013 o Gabinete de Informática desenvolveu tarefas de gestão e manutenção de todo o parque informático do Município e apoio à manutenção do parque tecnológico, centros escolares de Redondo e Montoito.

Atividades mais relevantes:

- Manutenção, gestão e administração de toda a infraestrutura tecnológica (Rede e Sistemas);
- Conceção, administração, manutenção e exploração dos sistemas informáticos centrais, redes de comunicações, site, intranet e bases de dados instalados, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acessos;
- Supervisionamento técnico de todos os processos de contratação de equipamento, mantendo um registo atualizado dos equipamentos e sistema central instalado;
- Conservação e segurança ativa e passiva dos equipamentos informáticos;
- Gestão e manutenção de todo o parque informático;

- Gestão e manutenção da aplicação de “workflow” existente;
- Elaboração das necessidades de recursos, equipamentos e suportes lógicos;
- Levantamento de necessidades e desenvolvimento de aplicações internas que visam facilitar tarefas/rotinas diárias dos utilizadores;
- Acompanhamento de estágios e integração de jovens recém-formados no contexto profissional e institucional aplicado às tecnologias de Informação;
- Garantir o help-desk diário a todos os utilizadores dos diversos serviços do Município de Redondo.
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento contante de aplicações internas recorrendo a tecnologias “Open Source” para a sua implementação (PHP, MYSQL, etc.);
- Autoformação diária, como requisito de uma carreira que exige uma adaptação permanente a novos conteúdos.
- Estudo e acompanhamento da migração do sistema de Gestão da Base de Dados Bibliográfica da Biblioteca Municipal e Escolar.
- Manutenção do parque tecnológico dos novos centros escolares de Redondo e Montoito (infraestrutura tecnológica, quadros interativos, video vigilância, etc.).

GABINETE DE INFORMAÇÃO

Apesar da sua existência recente, o Gabinete de Informação (GINFO) é hoje em dia uma valência perfeitamente integrada no contexto da orgânica do Município de Redondo. Tem, entre outras competências, a função de agilizar a comunicação, quer ao nível interno quer ao nível externo, procurando assim potenciar e divulgar ao máximo a atividade municipal tendo sempre em linha de conta a valorização da autarquia e a informação do munícipe. Cumpridos sete anos desde a sua fundação, este serviço do Município de Redondo continua a otimizar e refinar as suas estratégias de trabalho de forma a amplificar os seus resultados sendo que para isso se faz valer dos seguintes instrumentos.

- Agenda Cultural;
- Cartazes A3 e A4;
- Flyers;
- Folheto de cinema;
- Folheto de exposição;
- Folhas de sala;

- Notas de imprensa;
- Mailing list;
- Site da Câmara Municipal;
- Imprensa Regional
- Facebook

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Naquelas que são as suas competências, a Divisão Administrativa e Financeira coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial de acordo com os recursos existentes, nomeadamente, na elaboração dos projetos dos documentos de gestão previsionais, no controlo e execução dos mesmos, e na elaboração e apresentação da prestação de contas e do relatório de gestão, coligindo todos os documentos facultados pelos restantes Departamentos e demais Serviços Municipais.

É também a Divisão de apoio técnico e instrumental do Município e procura avaliar a conformidade do desempenho com os planos previamente definidos, nomeadamente com o Orçamento e com o Plano de Atividades, discriminando os objetivos atingidos, bem como o grau de execução dos projetos/atividades.

SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são imprescindíveis para o normal funcionamento da autarquia. Por um lado, o peso da despesa com pessoal representado na despesa total obriga a que a administração autárquica tenha um cuidado redobrado na sua gestão. Por outro, tratando-se de um dos ativos mais importantes, deve fazer-se uma afetação eficaz e eficiente desse recurso.

A Câmara Municipal, à data de 31 de dezembro, dispunha, no seu mapa de pessoal de 220 trabalhadores, dos quais 206 se integravam em regime de contrato de trabalho em função pública por tempo indeterminado (incluindo 3 comissões de serviço) e 31 trabalhadores em regime de CTFP a termo resolutivo certo.

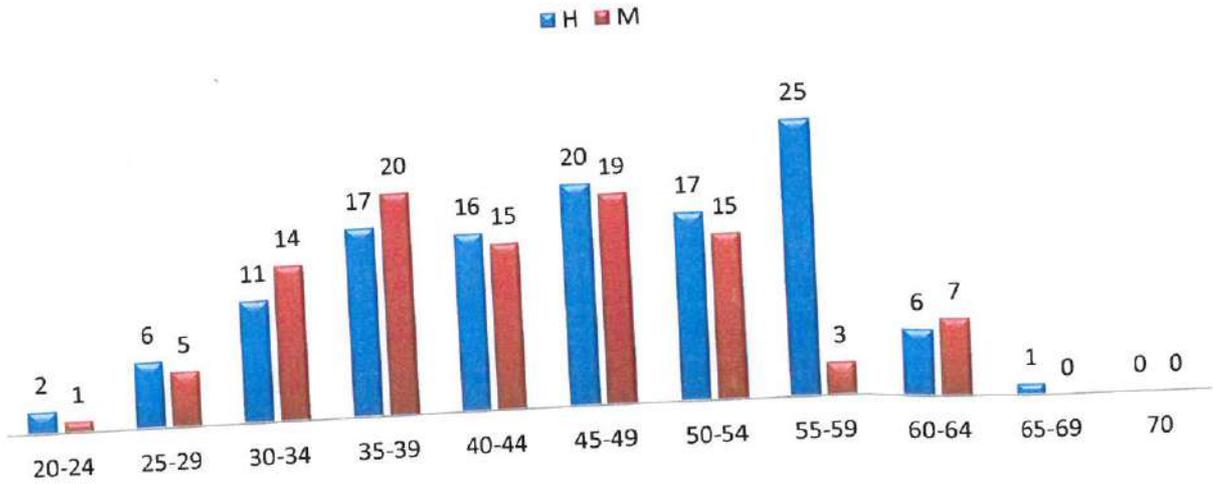
Quadro – LIX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género, em 31/12-
2013

| Faixa Etária | Sexo | Dirigente Superior | Dirigente Intermédio | Técnico Superior | Informática | Assistente Técnico | Assistente Operacional | Bombeiros | Policia Municipal | Outros Grupos | Total Geral | Total % |
|------------------|----------|--------------------|----------------------|------------------|-------------|--------------------|------------------------|-----------|-------------------|---------------|-------------|---------------|
| Menos de 20 anos | H | | | | | | | | | | 0 | |
| | M | | | | | | | | | | 0 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% |
| 20-24 | H | | | 1 | | 0 | 1 | | | | 2 | |
| | M | | | 0 | | 1 | 0 | | | | 1 | |
| | T | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1,36% |
| 25-29 | H | | 0 | 1 | 0 | 3 | 2 | | | 0 | 6 | |
| | M | | | 2 | 0 | 2 | 1 | | | 0 | 5 | |
| | T | 0 | 0 | 3 | 0 | 5 | 3 | 0 | 0 | 0 | 11 | 5,00% |
| 30-34 | H | | 0 | 3 | 1 | 3 | 4 | | | 0 | 11 | |
| | M | | | 4 | | 2 | 8 | | | 0 | 14 | |
| | T | 0 | 0 | 7 | 1 | 2 | 12 | 0 | 0 | 0 | 25 | 11,36% |
| 35-39 | H | | 1 | 3 | 1 | 2 | 10 | | | | 17 | |
| | M | | | 8 | | 5 | 7 | | | | 20 | |
| | T | 0 | 1 | 11 | 1 | 7 | 17 | 0 | 0 | 0 | 37 | 16,82% |
| 40-44 | H | | 0 | 4 | 1 | 2 | 9 | | | 0 | 16 | |
| | M | | | 2 | | 8 | 5 | | | | 15 | |
| | T | 0 | 0 | 6 | 1 | 10 | 21 | 0 | 0 | 0 | 31 | 14,09% |
| 45-49 | H | | | 2 | 0 | 3 | 15 | | | 0 | 20 | |
| | M | | 0 | 2 | | 6 | 11 | | | 0 | 19 | |
| | T | 0 | 0 | 4 | 0 | 9 | 26 | 0 | 0 | 0 | 39 | 17,73% |
| 50-54 | H | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 | 12 | | | | 17 | |
| | M | | | 2 | | 2 | 11 | | | | 15 | |
| | T | 0 | 1 | 2 | 1 | 5 | 23 | 0 | 0 | 0 | 32 | 14,55% |
| 55-59 | H | 0 | | 0 | | 2 | 23 | | | 0 | 25 | |
| | M | | | 0 | | 0 | 3 | | | 0 | 3 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 26 | 0 | 0 | 0 | 28 | 12,73% |
| 60-64 | H | 0 | | 0 | | 0 | 6 | | | | 6 | |
| | M | | | 1 | | 0 | 6 | | | | 7 | |
| | T | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 | 13 | 5,91% |
| 65-69 | H | | | | | 0 | 1 | | | | 1 | |
| | M | | | | | 0 | 0 | | | | 0 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0,45% |
| 70 ou mais | H | | | | | | 0 | | | | 0 | |
| | M | | | | | | | | | | 0 | |
| | T | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% |
| Total | H | | 2 | 14 | 4 | 18 | 83 | 0 | 0 | 0 | 121 | 55,00% |

| | | | | | | | | | | | | | |
|----------|---|---|----|---|----|-----|---|---|---|-----|--------|--|--|
| de | | | | | | | | | | | | | |
| Efetivos | M | 0 | 21 | 0 | 26 | 52 | 0 | 0 | 0 | 99 | 45,00% | | |
| | T | 2 | 35 | 4 | 41 | 143 | 0 | 0 | 0 | 220 | | | |

Gráfico - XX



A nível de estrutura etária, verificamos que 17,73% dos trabalhadores tem entre os 45-49 anos, 16,82% situa-se na faixa etária dos 35-39 anos e 14,55% tem entre os 50-54 anos.

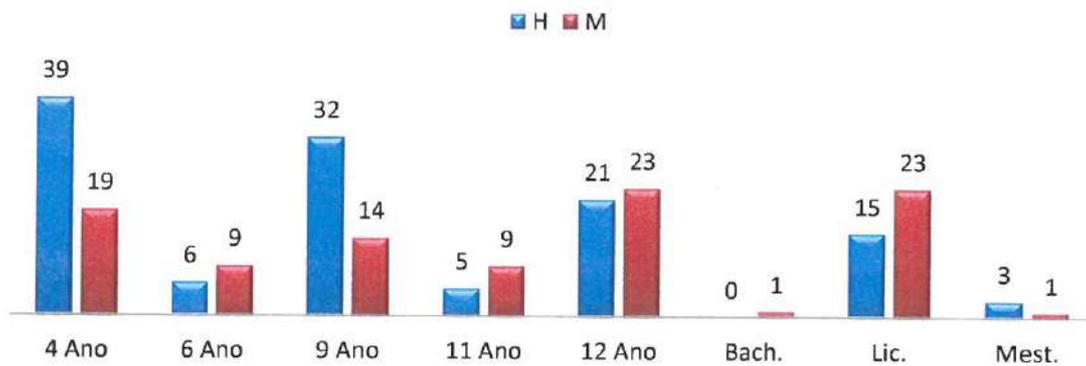
Quadro - LX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género, em

31-12-2013

| Nível de Escolaridade | Sexo | Dirigente Superior | Dirigente Intermediário | Técnico superior | Informática | Ass. Técnico | A.op. | Bombeiros | Policia Municipal | Outros Grupos | Total Geral | Total % |
|----------------------------|------|--------------------|-------------------------|------------------|-------------|--------------|-------|-----------|-------------------|---------------|-------------|---------|
| 4 Anos de esc. (4ª classe) | H | 0 | | | | | 39 | | | | 39 | |
| | M | | | | | | 19 | | | | 19 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 58 | 0 | 0 | 0 | 58 | 26,36% |
| 6 Anos de escolaridade | H | 0 | | | | 2 | 4 | | | | 6 | |
| | M | | | | | | 9 | | | | 9 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 13 | 0 | 0 | 0 | 15 | 6,82% |
| 9 Anos de escolaridade | H | | | | 0 | 1 | 31 | | | | 32 | |
| | M | | | | | 2 | 12 | | | | 14 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 43 | 0 | 0 | 0 | 46 | 20,91% |
| 11 Anos de escolaridade | H | | | | | 2 | 3 | | | | 5 | |
| | M | | | | | 5 | 4 | | | | 9 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 17 | 0 | 0 | 0 | 14 | 6,36% |
| 12 Anos de escolaridade | H | | | | 2 | 14 | 5 | | | 0 | 21 | |
| | M | | | | | 17 | 6 | | | | 23 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 2 | 31 | 11 | 0 | 0 | 0 | 44 | 20,00% |
| Bacharelato | H | | | | | | | | | | 0 | |
| | M | | | 1 | | | | | | | 1 | |
| | T | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0,45% |
| Licenciatura | H | 0 | 3 | 11 | 1 | 0 | | | | 0 | 15 | |
| | M | 0 | 0 | 19 | | 2 | 2 | | | 0 | 23 | |
| | T | 0 | 3 | 30 | 1 | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 38 | 17,27% |
| Mestrado | H | | | 3 | | | | | | | 3 | |
| | M | | | 1 | | | | | | | 1 | |
| | T | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 1,82% |
| Doutoramento | H | | | | | | | | | | 0 | |
| | M | | | | | | | | | | 0 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0,00% |
| Total de efetivos | H | 0 | 3 | 14 | 3 | 19 | 82 | 0 | 0 | 0 | 121 | 55,00% |
| | M | 0 | 0 | 21 | 0 | 26 | 52 | 0 | 0 | 0 | 99 | 45,00% |
| | T | 0 | 3 | 35 | 3 | 45 | 144 | 0 | 0 | 0 | 220 | |

Gráfico – XXI



Relativamente às habilitações literárias, 47,27% dos trabalhadores tem o 4.º e 9.º ano de escolaridade, 20,0% tem o 12.º ano de escolaridade, 17,27% tem licenciatura e 15,5% estão distribuídos pelos restantes níveis de escolaridade.

Quadro – LXI

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género, em 31-12-2013

| Relação Jurídica | Sexo | Dirigente superior | Dirigente | Técnico Superior | Informática | Ass. Técnico | Ass. Operário | Bombeiros | Pessoal Apoio Educativo | Outros Grupos (b) | Total Geral | Total % |
|-------------------------------|------|--------------------|-----------|------------------|-------------|--------------|---------------|-----------|-------------------------|-------------------|-------------|---------|
| Comissão de serviço | H | | 3 | | | | | | | 0 | 3 | 1,36% |
| | M | | | | | | | | | 0 | 0 | |
| | T | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | |
| CTFP por tempo indeterminado | H | | 0 | 13 | 3 | 16 | 82 | | | | 114 | 93,64% |
| | M | | 0 | 19 | | 23 | 50 | | | | 92 | |
| | T | 0 | 0 | 32 | 3 | 39 | 132 | 0 | 0 | 0 | 206 | |
| CTFP a termo resolutivo certo | H | | | 1 | | 3 | 0 | | | 0 | 4 | 5,00% |
| | M | | | 2 | 0 | 3 | 2 | | | 0 | 7 | |
| | T | 0 | 0 | 3 | 0 | 6 | 2 | 0 | 0 | 0 | 11 | |
| Total de efectivos | H | 0 | 0 | 14 | 3 | 19 | 82 | 0 | 0 | 3 | 121 | 55,00% |
| | M | 0 | 0 | 21 | 0 | 26 | 52 | 0 | 0 | 0 | 99 | 45,00% |
| | T | 0 | 0 | 35 | 3 | 45 | 134 | 0 | 0 | 0 | 220 | |

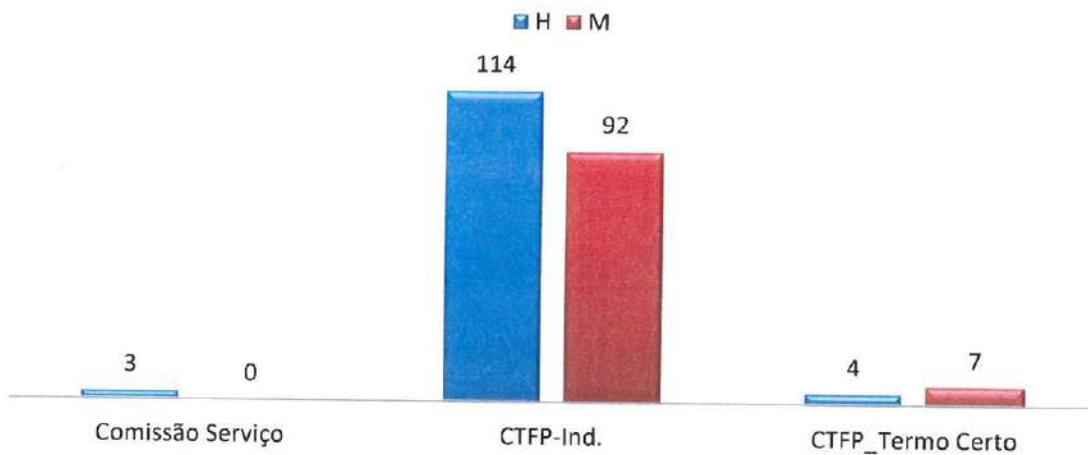
(a) Inclui pessoal de chefia

(b) Inclui todos os outros grupos profissionais

(c) Considera apenas os funcionários provenientes de outros serviços

(d) Outras situações não contempladas nos agrupamentos principais

Gráfico - XXII



Da análise do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

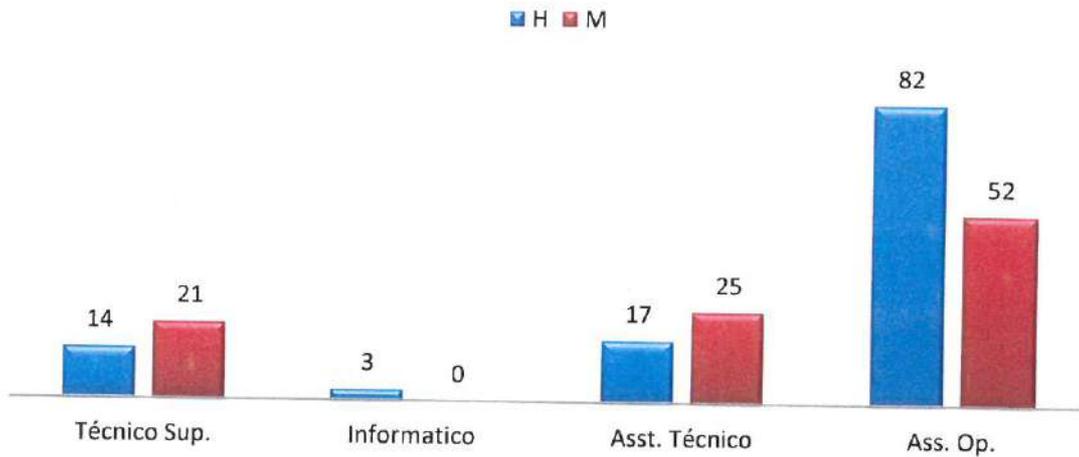
- Dos 220 funcionários do Município, 55,0% são do sexo masculino e 45,0% do sexo feminino;
- O grupo de pessoal com maior relevância é o dos Assistentes Operacionais, com 134 elementos (dos quais 38,81% são do sexo feminino e 61,19% do sexo masculino), que representam 60,91% do efetivo;

Quadro – LXII

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e género, em
31-12-2013

| Ag. Antiguidade | Sexo | Dig. Superior | Dirigente Intermediários | Técnico Superior | Informática | Ass. Técnico | Ass.Op. | Bombeiros | Policia Municipal | Outros Grupos | Total Geral | Total % |
|--------------------|------|---------------|--------------------------|------------------|-------------|--------------|---------|-----------|-------------------|---------------|-------------|---------|
| até 5 anos | H | | | 3 | 1 | 3 | 16 | | | 0 | 23 | |
| | M | | | 3 | | 0 | 16 | | | 0 | 19 | |
| | T | 0 | 0 | 6 | 1 | 3 | 32 | 0 | 0 | 0 | 42 | 19,09% |
| 5 a 9 | H | 0 | 0 | 5 | 1 | 6 | 17 | | | 0 | 29 | |
| | M | | | 12 | | 2 | 14 | | | | 28 | |
| | T | 0 | 0 | 17 | 1 | 8 | 31 | 0 | 0 | 0 | 57 | 25,91% |
| 10 a 14 | H | | 1 | 3 | 1 | 3 | 20 | | | | 28 | |
| | M | | | 2 | 0 | 14 | 17 | | | | 33 | |
| | T | 0 | 1 | 5 | 1 | 17 | 37 | 0 | 0 | 0 | 61 | 27,73% |
| 15 a 19 | H | | 1 | 2 | | 1 | 13 | | | 0 | 17 | |
| | M | | | 1 | | 6 | 3 | | | | 10 | |
| | T | 0 | 1 | 3 | 0 | 7 | 16 | 0 | 0 | 0 | 27 | 12,27% |
| 20 a 24 | H | | 0 | 0 | | 1 | 0 | | | 0 | 1 | |
| | M | | 0 | 0 | | 0 | 0 | | | | 0 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0,45% |
| 25 a 29 | H | 0 | 1 | 1 | | 1 | 10 | | | | 13 | |
| | M | | | 3 | | 3 | 2 | | | | 8 | |
| | T | 0 | 1 | 4 | 0 | 4 | 12 | 0 | 0 | 0 | 21 | 9,55% |
| 30 a 34 | H | | | | | 1 | 5 | | | | 6 | |
| | M | | | | | | 0 | | | | 0 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 0 | 0 | 0 | 6 | 2,73% |
| 35 a 39 | H | | | | | 1 | 1 | | | | 2 | |
| | M | | | 0 | | 0 | | | | | 0 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0,91% |
| 40 ou mais anos | H | | | | | 2 | | | | | 2 | |
| | M | | | 0 | | 1 | | | | | 1 | |
| | T | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 1,36% |
| Total de efectivos | H | 0 | 3 | 14 | 3 | 17 | 82 | 0 | 0 | 0 | 121 | 55,00% |
| | M | 0 | 0 | 21 | 0 | 25 | 52 | 0 | 0 | 0 | 99 | 45,00% |
| | T | | 3 | 35 | 3 | 42 | 134 | 0 | 0 | 0 | 220 | |

Gráfico – XXIII



Assim, pode-se concluir que, dos 220 funcionários com vínculo à Administração Local, 19,9% tem menos de 5 anos de antiguidade, enquanto no termo oposto, apenas 1,36% conta já com mais de 40 anos de antiguidade.

Após análise dos recursos existentes, podemos passar às principais atividades emanadas pela Secção de Pessoal:

1. Admissões

- No ano 2013 não houve abertura de procedimentos concursais para admissão contratados por tempo indeterminado e determinado;
- Execução de todas as ações administrativas necessárias ao bom funcionamento do sector;
- Atualização do Mapa de Pessoal;
- Atendimento ao público sobre pedidos de emprego, concursos, contratos, transferências, requisições e demais assuntos;
- Procedimentos concursais para admissão de AEC's – 2 lugares;
- Organização, preparação e conclusão de projetos, no âmbito da Iniciativa Emprego 2013, de candidaturas relativas a programa Contrato Emprego Inserção (subsídio de desemprego);
- Organização, preparação e conclusão, no âmbito da Iniciativa Emprego 2013, de candidaturas relativas ao Programa Inserção+ (subsídio rendimento mínimo de inserção).
- Organização, preparação e conclusão, no âmbito candidaturas relativas a Estágios Profissionais e Passaporte Emprego 2013.

2. Formação /Avaliação

- Em execução de despacho superior procedeu-se à inscrição de funcionários, agentes e trabalhadores, em ações de formação.

3. Cadastro e Remunerações

- Organização e atualização dos processos individuais dos trabalhadores;
- Organização e tratamento de todo o expediente relativo a processos de contagem de tempo, de aposentação, de acidentes em serviço e de doenças profissionais;
- Instrução dos processos referentes à atribuição de abono de família para crianças e jovens e outras prestações familiares;
- Inscrições/reinscrições de trabalhadores na A.D.S.E., Caixa Geral de Aposentações, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, bem como a elaboração dos respetivos mapas de entrega de descontos;
- Elaboração e entrega de mapas de descontos do pessoal inscrito na Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Redondo;
- Elaboração de listagens de remunerações para efeitos de seguro de acidentes em serviço, bem como da relação de descontos para seguros de grupo efetuados nas remunerações de alguns trabalhadores;
- Elaboração e entrega mensal à Direcção-Geral dos Impostos, modelo 10, de ficheiro em formato oficial, referente a rendimentos e respetivas retenções, de todos os trabalhadores do Município;
- Elaboração e entrega à Direcção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de fevereiro, de um ficheiro de formato oficial, referente a rendimentos e respetivas retenções, relativos ao ano anterior;
- Recolha e tratamento dos dados para fins estatísticos e de gestão, designadamente quanto à assiduidade, trabalho extraordinário, ajudas de custo, comparticipação na doença, acidentes em serviço, entre outros;
- Controle da assiduidade dos trabalhadores através da verificação de todos os tipos de faltas e licenças e organização dos pedidos de submissão a Juntas Médicas da A.D.S.E. e C.G.A.;

- Processamento através de meios informáticos, das remunerações, comparticipações da A.D.S.E., horas extraordinárias, ajudas de custo, abono de família para crianças e jovens e demais prestações familiares, pensões e outros abonos;
- Elaboração de estimativa das importâncias para despesas com pessoal efetuada nos termos do POCAL, destinada ao Orçamento Municipal;
- Recolha e tratamento informático do cadastro do pessoal, assiduidade, quadro de pessoal, dados relativos a abonos auferidos para efeitos de liquidação de I.R.S., etc.;
- Assegurar o expediente e arquivo de documentos e de processos;
- Conferência e elaboração do mapa de férias;
- Informar e submeter a despacho superior, requerimentos e demais petições dos trabalhadores e todos os assuntos com eles relacionados;
- Levantamento de dados para elaboração do Balanço Social e proceder à sua entrega até 1 de abril;
- Controlo dos descontos das pensões de alimentos, judiciais e das penhoras, ordenadas pelas entidades competentes, informando a Secção de Contabilidade para proceder à sua entrega mensal. Proceder às atualizações decorrentes das mudanças remuneratórias dando conhecimento aos vários intervenientes das alterações efetuadas;
- Atendimento dos trabalhadores sobre os diversos assuntos tratados no Sector.

4. Higiene e Segurança no Trabalho (HST)

Relativamente à HST, os recursos humanos têm como principal objetivo apoiar toda a estrutura que constitui a Câmara Municipal de Redondo no que concerne à melhoria das condições de segurança e de higiene no trabalho. Enquadrado nestas atribuições tem-se vindo a desenvolver esforços para implementar um sistema de medicina no trabalho para dar resposta às necessidades nesta matéria. Atendendo à inexistência de Recursos Humanos para implementar e desenvolver esta área, foram adquiridos serviços a empresa especializada na área.

- No ano de 2013 ocorreram 3 acidentes de trabalho.

ATENDIMENTO E GESTÃO DOCUMENTAL

O Serviço de Atendimento e Gestão Documental no desempenho das suas funções deu o apoio administrativo necessário ao funcionamento dos órgãos autárquicos, designadamente na preparação das reuniões da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, procedendo à elaboração das convocatórias e à organização da documentação respectiva, elaborando editais de modo a publicitar as reuniões, elaborando as folhas de presença e folhas de votação dos pontos da ordem de trabalhos das reuniões, elaboração de toda a documentação necessária ao pagamento das senhas de presença dos membros eleitos.

No decorrer dos trabalhos de funcionamento da Assembleia Municipal foi efetuado o registo de entrada de 35 documentos, foram expedidos 105 ofícios e foram elaboradas 5 atas, resultantes das 5 reuniões realizadas no ano de 2013.

Para funcionamento do órgão executivo, Câmara Municipal, foi dado o apoio administrativo na organização da documentação necessária à realização das reuniões, foram secretariadas as 20 reuniões realizadas no ano de 2013, das quais resultou a elaboração de 20 atas. As deliberações tomadas nas reuniões foram encaminhadas para os respetivos serviços de modo a serem desenvolvidos os procedimentos tidos por conveniente e foram publicitadas nos lugares públicos, as atas foram publicitadas no site oficial da Câmara Municipal. Foi ainda dado apoio administrativo aos membros eleitos dos órgãos autárquicos sempre que solicitado.

No âmbito do Atendimento e Gestão Documental foram desempenhadas as funções tendo como principal objetivo dar resposta rápida e eficaz às solicitações do cidadão / munícipe, articular a sua ação com as diferentes áreas dos serviços municipais, nomeadamente, no registo e tramitação de toda a documentação apresentada no serviço; arrecadar receitas provenientes dos serviços prestados no balcão único municipal e receita proveniente do fornecimento de água; fazer o atendimento telefónico e encaminhamento das chamadas recebidas, efetuar ligações telefónicas para o exterior a pedido dos serviços;

Procedeu-se à organização, instrução e emissão dos respetivos documentos de autorização referente aos processos adstritos ao serviço, nomeadamente, 33 processos de licenciamento de festas e divertimentos, 19 processo de licenciamento de queimadas; 19 processos de carta de caçador (concessão, renovação e pedido de exame); 4 processos de ocupação da via pública com esplanadas; 10 processos de

ocupação de via pública / publicidade; 99 processos referentes ao serviço de cemitério (70 inumações, 2 trasladações, 13 embelezamentos de sepulturas, 13 processos de aquisição de sepultura e 1 diversos); 596 processos de água (170 contratos de fornecimento de água, 141 denúncias de contrato, 34 ramais de água e esgoto e 251 processos diversos, nomeadamente pedidos de vistorias aos contadores, mudança de sítio de contador e pedidos de pagamento de água em prestações);

Foram emitidos pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental, no âmbito da colaboração com o serviço de administração urbanística, 21 alvarás de licença de construção e 64 alvarás de licença de utilização;

Prestou-se apoio ao Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo, através do fornecimento imediato, pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental, de plantas de localização;

Foram emitidos pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental 4245 documentos de receita individual dos quais foram recebidos 3995, foram ainda emitidos e recebidos pelo serviço 312 documentos de receita coletivos;

Foram registados no Serviço de Atendimento e Gestão Documental 10.655 documentos e foram expedidos 6.320 documentos;

Foram recebidas, registadas e tramitadas para o serviço de desporto, 111 inscrições para utilização da piscina coberta de Redondo e emitidos mensalmente os documentos de cobrança da mensalidade devida pelos utilizadores;

Foi dada colaboração ao gabinete de inserção profissional através do controlo das apresentações periódicas dos beneficiários das prestações de desemprego;

Foi dado apoio à secção de pessoal, no atendimento e encaminhamento de desempregados que se apresentam com oferta de emprego.

Procedeu-se à elaboração de mapas, ordens de pagamento, guias de receita, e outros documentos necessários para a entrega de verbas de operações de tesouraria às entidades competentes, nomeadamente, dos descontos de funcionários e contribuições da entidade, à Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social, Autoridade Tributária e Aduaneira, entre outras.

Foram emitidos e renovados Registos de Certificados de Cidadão da União Europeia e enviada a informação mensal ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

Procedeu-se à emissão e renovação de registos de promotor público de espetáculos, emissão de licenças de representação e envio mensal da respectiva informação à Inspeção-geral de Atividades Culturais;

Foram executadas as mais diversas funções inerentes ao serviço e outras que se mostraram necessárias em articulação com os restantes serviços municipais.

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

O serviço de contabilidade coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial.

Organizacionalmente, a atividade desenvolvida é dividida em 3 sectores.

1. Contabilidade

Além de executar e participar na organização dos processos inerentes à eficiente execução orçamental, de preparar os registos e apuramentos referentes aos valores arrecadados a entregar a outras entidades, realizou as ações e demais procedimentos que se enunciam:

- Ao nível do funcionamento da aplicação informática de contabilidade, promoveu-se a manutenção da mesma, com o respetivo acompanhamento técnico e apoio do Gabinete de Informática, tendo em vista a contínua melhoria das funcionalidades da aplicação na elaboração das tarefas diárias;
- Com o objetivo de atingir uma crescente otimização das ferramentas da aplicação informática e procedimentos internos, com celeridade e diminuição de custos com o consumo de material de escritório, no processamento de faturas e respetivas autorizações de pagamento procedeu-se à reunião de vários documentos de forma a reduzir substancialmente a emissão de ordens de pagamento e ainda progrediu-se no sentido de se reunir despesas em ordens de pagamento coletivas, resultando num menor número de registos;
- Atualização e controlo dos processos de empréstimos a médio e longo prazo;
- No âmbito da prestação de informação, segundo o disposto no n.º3 do Artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, remeteu à Direção Geral das Autarquias Locais, informação respeitante ao endividamento municipal, nos 30 dias subsequentes ao trimestre a que respeitam, através da aplicação informática disponibilizada para o efeito;
- Prestou informação, segundo o disposto do n.º1 no Artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei da Finanças Locais, remetendo à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) as contas trimestrais e a conta anual, nos 30 dias subsequentes, respetivamente, ao período a que respeitam e à sua aprovação, tendo sido a

informação remetida por ficheiro constante da aplicação informática definida e fornecida por esta entidade aos municípios;

- Deu resposta aos inquéritos das Despesas com o Pessoal – Informação trimestral prestada à DGAL e prevista no Artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais;

- Remeteu os mapas de “Despesas com o Pessoal” e “Pessoal ao Serviço”, mensalmente à DGAL, através do Sistema Integrado de Informação da Administração Local, a informação prevista no n.º5 do Artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais, nos termos do disposto no n.º6 do Artigo 10.º da Lei 12-A/2010, de 30 de Junho;

- As contas da execução orçamental da receita e da despesa;
- Endividamento líquido municipal.

A Contabilidade efetuou registos diários que podem ser traduzidos em número de documentos processados.

| Documentos de Despesa | 2013 |
|--------------------------------|------|
| Propostas de Cabimento | 1752 |
| Requisições Externas | 1911 |
| Faturas | 2542 |
| Movimento de Estorno | 157 |
| Ordens de Pagamento | 3090 |
| Ordens de Pagamento Tesouraria | 360 |
| Recibos | 1 |
| Reposições de Pagamentos | 15 |
| Documentos de Receita | 2013 |
| Guias de Receita | 81 |
| Guias de Faturas | 466 |
| Guias Individuais | 4519 |

| | |
|--------------------------------|-------------|
| Documentos Coletivos | 1322 |
| Guias de Recebimento | 4779 |
| Recebimento de Guias Coletivos | 1525 |
| Anulação de Receita | 1322 |
| Estorno de Receita | 1 |
| Diversos | 2013 |
| Num. de Terceiro | 4337 |
| Movimentos Bancários | 5607 |
| Notas de Lançamento | 11971 |
| N. Pendentes WF | 1 |
| Caderneta Bancos | 300 |
| Afetação de Custos | 44534 |
| Pedidos Aut. Despesa | 1 |

2. Patrimônio

Apurar o Ativo Bruto, nomeadamente, o Imobilizado, que compreende os investimentos financeiros, as imobilizações corpóreas e incorpóreas e os bens de domínio público, para elaboração do Balanço, que para além de obrigatório é um mapa que agrega informação financeira importante, nomeadamente, para a análise da situação Patrimonial, na medida em que se obtém informação não só das transações passadas que envolveram pagamentos no exercício, como de obrigações e direitos a pagar e a receber relativos a exercícios futuros é da competência anual do Patrimônio.

Igualmente importante e também da competência anual do Patrimônio é apurar as Amortizações do Exercício, para o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (Custos e Proveitos) e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados, a Demonstração de Resultados.

Nesta conformidade, no âmbito das suas competências, foram desenvolvidas as diligências infra mencionadas e no que concerne à classificação patrimonial, para elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados, procedeu-se à classificação de faturas e reconciliação entre os registos destas na classe 4- Imobilizado, do Ativo por parte da Contabilidade e os valores inventariados na mesma classe por parte dos seus serviços, de forma a apurar-se inequivocamente os bens novos que integram a referida classe e a fazer corresponder os

valores das alterações patrimoniais (beneficiações, depreciações, amortizações, etc.) aos bens que já se encontram em cadastro.

Foram inventariados, durante o ano de 2013.

- 9 Bens Imóveis de Domínio Privado;
- 40 Bens Imóveis de Domínio Público;
- 132 Bens Móveis;
- 3 Viatura;
- 0 Imobilizações incorpóreas;
- 3 Abates de Bens Imóveis;
- 263 Abates de Bens Móveis;
- 53 Valorizações;
- 3 Desvalorizações.



3. Tesouraria

A Tesouraria procedeu à cobrança e arrecadação de receitas e ao pagamento de despesas, devidamente autorizadas, e após verificação das normas legais em vigor.

A Tesouraria, registou todos os movimentos oriundos de cada um dos serviços emissores de documentos de receita e despesa.

SECÇÃO DE APROVISIONAMENTO

A secção de Aprovisionamento, no ano em apreço realizou, as ações e demais procedimentos que seguidamente se referem.

- Após instrução dos respetivos processos, procedeu-se às aquisições necessárias para todos os serviços municipais, procedendo-se à abertura de concursos relativos a procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços, respeitando todos os preceitos legais aplicáveis;
- Procedeu-se à elaboração de anúncios, programas de concurso e cadernos de encargos, bem como se asseguraram a tramitação dos processos, sob o ponto de vista legal e administrativo;
- No âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, que aprova o CCP, foram elaborados 31 processos de Ajuste Direto do Regime Geral e 2 processos de Concurso público;

- No decorrer do ano, foi sendo efetuada, diariamente, a atualização das fichas de existências através do registo dos documentos e movimentação de stocks na aplicação informática de armazéns;
- Efetuou-se a gestão de stocks e encomendas de materiais;
- Procedeu-se à distribuição, pelos diversos serviços, dos bens objeto de requisição;
- Movimentos e registos diários traduzidos em número/volume de documentos tratados e processados.

Documentos Emitidos na Aplicação de Armazém

Requisições Internas - 8743

Pedidos de Aquisição - 1515

Notas de Encomenda - 1466

Processos de Consulta - 31

Pedidos de Fornecimento - 66

- Para atualização dos ficheiros de consumos anuais e a fim de evitar eventuais roturas de stock, no decorrer do ano foram solicitadas distintas estatísticas de consumos de artigos necessários ao normal funcionamento das diversas unidades orgânicas do Município, para comparativamente e de harmonia com os ficheiros que integram a aplicação armazém/aprovisionamento proceder à abertura dos respetivos processos de aquisição;
- Efetuou-se o atendimento personalizado a fornecedores com contratos a decorrer, bem como a receção àqueles que pretendiam apresentar os seus produtos ou que simplesmente pretendiam inscrever-se como tal, efetuando-se desde logo a atualização dos ficheiros relativos ao mercado fornecedor, para apresentação de propostas em futuras consultas;
- Efetuaram-se consultas periódicas ao mercado, para seleccionar as entidades com melhores e mais favoráveis condições para a autarquia;
- Em conjunto com a Contabilidade, foi efetuado um controlo das notas de encomenda por movimentar/requisições externas emitidas e a aguardar faturação, contactando quer o fornecedor quer o serviço requisitante, para apurar as respetivas causas, procedendo-se quando foi caso disso às respetivas inutilizações e estornos;
- Foram também executados variados procedimentos necessários à integração e interligação das aplicações de aprovisionamento e contabilidade (POCAL), no que respeita à atualização da codificação de artigos, terceiros (fornecedores), tipos de despesa, classificação orçamental, requisições internas, pedidos de aquisição, propostas

de cabimento, notas de encomenda, requisições externas a fornecedores ou prestadores de serviços, entre outras;

- Ao longo do ano, procedeu-se à manutenção e arquivo dos processos e demais documentos que decorreram pelo aprovisionamento.

NOTARIADO

Foram contabilizados pelos Serviços de Notariado e Sector de Apoio à Contratação Pública.

CONTRATOS

- Empreitada - 2
- Fornecimento - 18
- Prestação de Serviços - 41

DPD – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Na Divisão de Planeamento e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Redondo, destacam-se os seguintes serviços: Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), Sistema de Informação Geográfica de Redondo (SIGRED), Gabinete de Ação Social (GAS) e Gabinete de Intervenção Ambiental (GIA).

GADE

O Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE) tem como principal objetivo apoiar a instalação de novas empresas bem como acompanhar e incentivar as empresas já existentes. Assim, no ano de 2012 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atendimento aos agentes económicos (empresas e instituições particulares de solidariedade social) e municipais com iniciativas empreendedoras, bem como fornecimento da informação disponível relativa aos apoios em vigor;

- FAME – Fundo de Apoio às Micro Empresas do Concelho de Redondo;
- QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional;
- PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural;
- Porta 65 – Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem;
- Programas ILE – Iniciativa Local de Emprego;

- Linhas de Crédito PME Investe;
- Microcrédito.
- Organização de evento direcionado para os produtores de vinho do concelho durante as Ruas Floridas 2013;
- Candidaturas a diversos programas nacionais e comunitários de projetos a desenvolver/desenvolvidos pelo Município.
 - Requalificação Urbana da Zona do Calvário;
 - Beneficiação do Caminho Municipal 1095.
- Acompanhamento da execução financeira e gestão das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários.
 - Zona Verde e de Lazer do Rossio de Cima, em Montoito;
 - Zona Verde de Lazer e Recreio do Freixo;
 - Requalificação da Estrada Municipal 534;
 - A Descoberta de Redondo;
 - Rede Cultural "Terras de Sol";
 - Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase;
 - Construção da Via Circular Poente – 3.ª fase;
 - Requalificação Urbana da Zona do Calvário;
 - Requalificação da Estrada Municipal 534;
 - GIP – Gabinete de Inserção Profissional;
 - Requalificação Urbana de Redondo;
 - Centro Escolar de Redondo;
 - Centro Escolar de Montoito;
 - Fórum de Eventos Promocionais – Coliseu de Redondo;
 - Arrelvamento e Beneficiação do Campo do Calvário;
 - Festival Terras de Sol;
 - Teias;
 - Parque Ambiental de Redondo;
 - Modernização, Qualificação e Simplificação do Atendimento aos Cidadãos.
- Candidaturas a diversos programas nacionais e comunitários de projetos a desenvolver/desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos do concelho.
 - Centro de Dia e Apoio Domiciliário de Santa Susana (Santa Casa da Misericórdia de Redondo);
 - Filarmónica Redondense – Novos Vãos (Sociedade Filarmónica Municipal Redondense).

SIGRED

O Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo (SIGRED) tem como função capturar, armazenar, verificar, integrar, manipular, analisar e visualizar dados georreferenciados de todo o concelho. Esta ferramenta tem permitido uma melhoria na qualidade da decisão, respostas mais céleres e transparentes e um melhor conhecimento do território.

Assim, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

- Atualização da Cartografia Existente consoante os pedidos de enquadramento realizados e pela informação que os requerentes fornecem;
- Cadastro Rústico e Urbano do Concelho de Redondo;
- Realização de Análises – Espaciais;
- Georreferenciação das habitações licenciadas na Câmara Municipal, no período de Janeiro a Dezembro;
- Georreferenciação do Património Municipal;
- Importação dos dados definitivos dos Censos disponibilizados no site do INE e organização da informação em tabelas de Excel. Atualização da informação com os dados definitivos e publicação dos mesmos no site do Município;
- Georreferenciação e atualização da base referente aos idosos que solicitaram o cartão do idoso;
- Estudo da População do Concelho de Redondo com base nos Censos 2011 e publicação da mesma informação no site do Município;
- Acompanhamento dos projetos SIGREDES e SIGMA, tal como envio da cartografia e elementos necessários para o seguimento dos projetos;
- Envio da cartografia atualizada para a CIMAC de modo a ser disponível no site das Plantas de Localização e Enquadramentos em PDM;
- Organização do Gabinete SIGRED;
- Georreferenciação dos prédios urbanos e preenchimento da respectiva base de dados com base nas cadernetas prediais fornecidas pelas finanças através do SPA – projeto em desenvolvimento;
- Atualização dos pontos de amostragem de água para 2013, segundo dados fornecidos pelo Gabinete de Intervenção Ambiental;
- Realização de vários mapas temáticos para apoio ao GADE e aos vários gabinetes internos;

Número de Plantas requeridas pelos Municípios.

Foram fornecidas em formato analógico.

- 6 Enquadramentos em Ortofotomapa;
- 7 Enquadramentos em Carta Militar;
- 0 Enquadramentos em Levantamento Topográfico;
- 9 Enquadramentos em PDM (Condicionantes);
- 0 Enquadramentos em PDM (Ordenamentos);
- 1 Enquadramentos em PU;
- 1 Enquadramento em Planta Cadastral;
- 1 Outros Enquadramentos

Somando um total de 25 plantas fornecidas.

- Não foi fornecida cartografia em formato digital.

SMPC

O Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) de Redondo, desenvolveu em 2013 as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas enquanto estrutura responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal. De entre estas tarefas destaca-se a revisão para o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PME) de Redondo.

Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de todas estas entidades, e outras não representadas na CMPC mas com intervenção prevista no que à proteção civil diz respeito, que se procedeu à:

- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;
- Acompanhamento do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, nas ações de sensibilização, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa;
- Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico florestal intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Florestal Contra Incêndios.

Atividades realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal.

- Realização de relatórios referentes aos trabalhos realizados pela Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz (Planos de Ação, relatórios semestrais e relatórios anual);
- Atualização de toda a atividade da Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz, na plataforma SGIF;
- Orientação de Estágios;
- Elaboração do *Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*;
- *Elaboração/atualização dos Planos Operacionais Municipais* para os quatro Municípios pertencentes ao GTFI;
- Atualização e validação no terreno, de SIG's de Defesa da Floresta, nomeadamente Rede Viária, Rede de Pontos de Água, Faixas de Gestão de Combustível, Cartografia de Risco de Incêndio e Silvicultura no âmbito DFCI efetuada em cada Município;
- Tratamento de dados cartográficos em articulação com a Universidade de Évora e com o ICNF;
- Participação em reuniões no CDOS Évora (Briefings semanais);
- Participações em reuniões de planeamento de DFCI, promovidas pelo CDOS, GNR e ICNF;
- Realização de pareceres e enquadramentos, relativamente a pedidos de construção em zonas florestais, no Município de Vila Viçosa;
- Colaboração com o Gabinete de Proteção civil do Município de Alandroal para a realização do programa de "Vigilância Florestal", durante o Período crítico;
- Colaboração com o ICNF na "Amostragem de Nemátodo", nos concelhos de Vila Viçosa e Redondo;
- Enquadramentos de Planos de Gestão Florestal, na cartografia dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Ações de coordenação com a EDP, REN, ICNF e Soporcel, na realização de Faixas de Gestão Combustível;
- Realização e implementação de um regulamento Municipal do uso do fogo, uniforme para os quatro Municípios.

GIA

No âmbito das competências atribuídas ao gabinete, foram realizadas as seguintes atividades:

- Dar cumprimento às obrigações para com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

- Elaboração do Plano de Controlo de Qualidade da Água 2014, o qual é aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Monitorização da qualidade da água para consumo humano, por forma a cumprir o Plano de Controlo de Qualidade da Água 2013, efetuar a comunicação de incumprimentos aos valores paramétricos e solicitação da dispensa do controlo analítico de parâmetros conservativos;
- Introdução dos dados de qualidade da água (IDQA) 2012.
- Articulação com a Autoridade de Saúde Pública a investigação das causas, adoção de medidas corretivas com o objetivo de resolução os incumprimentos registados;
- Elaboração e publicitação dos editais trimestrais da qualidade da água, disponíveis na página de Internet da câmara;
- Envio trimestral para todos os agentes económicos, que os solicitem, os relatórios da qualidade da água necessário no âmbito da implementação do HACCP;
- Elaboração dos seguintes regulamentos.
 - Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água;
 - Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais e Pluviais Urbanas;
 - Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Higiene Urbana.
- Colaboração com a entidade gestora da qualidade da água em alta, Águas do Centro Alentejo;
 - Monitorização da qualidade das águas das piscinas, através das análises físico-químicas, microbiológicas e biológicas;
 - Implementação do livro de registo sanitário com o objetivo de facilitar o controlo da qualidade da água, pelos funcionários da piscina, e confirmar a honestidade dos responsáveis perante uma inspeção sanitária, os resultados das análises devem ser sempre registados em livro ou arquivados em dossier específico. Todas as ocorrências e aspetos técnicos importantes (número de banhistas entrados diariamente, quantidade de água renovada, lavagens de filtros, verificações técnicas, etc.).
- Colaboração na gestão dos resíduos sólidos urbanos e não urbanos.
 - Recolha seletiva de 56.05t de vidro;
 - Recolha seletiva de 40.83t de papel/cartão;
 - Recolha seletiva de 37.60t de plástico/metálico;
 - Recolha seletiva de 0,02t de óleos alimentares usados;
 - Recolha seletiva de 0.12t de pilhas e Acumuladores;

- Mistura de resíduos urbanos e equiparados - recolha de 3389t - devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
 - Monstros não ferrosos - recolha de 26t - devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
 - Mistura de embalagens - recolha de 0.5t - devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
 - Embalagens de vidro - recolha de 0.6t - devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
 - Papel e cartão - recolha de 0.6t - devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
 - Lamas de fossas sépticas - recolha de 3691.72t - devidamente encaminhadas para a ETAR de Redondo e que correspondeu à limpeza de 538 fossas sépticas;
 - Pneus - recolha de 5.24t - devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;
 - Resíduos verdes - recolha de 103.24t - devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
 - Equipamentos Elétricos e Eletrónicos - recolha de 0.06t - devidamente encaminhados para o Centro de Triagem da Gesamb;
 - Componentes retirados de equipamentos fora de uso - recolha de 0.07t - devidamente encaminhadas para a empresa Biorecuperação Sistemas Ecológicos, Lda.;
 - Óleos usados - recolha de 0,445t - devidamente encaminhadas para a empresa Carmona SLTC, SA;
- Colaboração com a GESAMB, entidade responsável pela gestão dos resíduos Sólidos Urbanos diferenciados;
- Preenchimento e submissão do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), referente ao ano de 2012.
- Informação aos munícipes sobre os resíduos sólidos não urbanos e aos agentes económicos, nomeadamente sobre resíduos industriais, carros em fim de vida, com vista à preservação e melhoria da qualidade de vida e património ambiental;
- Informação aos construtores civis sobre os resíduos de construção e demolição e o destino mais adequado para os mesmos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 11 de Março;
- Acompanhamento e controlo da qualidade ambiental através de fiscalização preventiva e vistorias.

- Acompanhamento do processo de Avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores referente ao ano de 2012.
- Organização do evento RE-PLANTA, inserido numa campanha de sensibilização e promoção destinadas aos 25 concelhos abrangidos pela GESAMB, com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos orgânicos presentes nos contentores do lixo dos lares e organizações e aumentar a prática da compostagem doméstica e comunitária, associada à criação de hortas e jardins em modo biológico. Neste evento estiveram presentes cerca de 40 participantes, distribuídos em 2 sessões, no Ecomuseu de Redondo e Centro Lúdico de Montoito. Cada participante recebeu um compostor.

SERVIÇO TÉCNICO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

É o serviço que abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades imediatas dos munícipes. Necessidades como a educação, a saúde, a segurança e a ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, abastecimento de água, resíduos sólidos entre outras.

Gabinete Técnico

- Elaboração de Projetos

Beneficiação do Caminho Municipal CM1095

Requalificação da Circulação Pedonal em Falcoeiras

Centro de Apoio às Micro Empresas

Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção C – 1ª Fase

- Fiscalização das Seguintes Obras

Loteamento da Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase

Construção da Casa Paroquial de Redondo

Garagem para a Paroquia.

Remodelação do Bar das Piscinas de Redondo

Casa na Rua do Castelo nº 40 – Redondo

Parque Infantil de Montoito

Zona verde/lazer no Rossio de Cima, em Montoito

Posto Médico de Montoito
Intervenção no Ribeiro das Vinhas – Redondo

Sector de Obras e Sector de Prestação de Serviços Urbanos

1. Apoio aos Municípes

- Programa Casa Caiada (18 idosos e municípes com necessidades);
- Melhorias Habitacionais (7 idosos e municípes com necessidades);
- Arranjo de coberturas (5 idosos e municípes com necessidades);

2. Apoio a Associações / Instituições

- Redondense Futebol Clube;
- Fábrica Paroquial de Redondo;
- Igreja da Piedade;
- Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Santa Susana;
- Obra S. José Operário;
- Associação de Moradores das Falcoeiras;
- Casa do Povo do Freixo;
- Aldeense Futebol club.

3. Obras

- Loteamento da Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase
- Construção da Casa Paroquial de Redondo
- Garagem para a Paroquia.
- Remodelação do Bar das Piscinas de Redondo
- Casa na Rua do Castelo nº 40 – Redondo
- Parque Infantil de Montoito
- Zona verde/lazer no Rossio de Cima, em Montoito
- Posto Médico de Montoito
- Intervenção no Ribeiro das Vinhas – Redondo
- Remodelação dos Acessos à Escola Hernâni Cidade

- Ampliação do Cemitério de Redondo;

4. Arruamentos

- Arranjo de Sesmos e Caminhos Agrícolas – Colocação de Tout – Venant – Acesso à Herdade de Santa Teresinha, Herdade da Aroeira, Monte do Gordês, Estrada Real, Monte do Fidalgo, Monte dos Bispos, sesmos dos Piteiras, Vinhas, acesso à Herdade das Paredes, Courelas do Monte Branco, Santa Susana, Valdanta, zona da Arnalha, acesso à Herdade do Pedrão, zona do Zambujeirinho, acesso à Herdade da Brandoa, acesso à Herdade da Amoreira, zona da Amendoeira e acesso à Herdade da Navancha.
- Conservação de Estradas Municipais – Limpeza de Valetas e bermas;
- Pavimentação e Conservação de Ruas em Redondo.
 - Trabalhos de Calçada: Rua Manuel da Fonseca, Av. Dinis Miranda, Rua D. Arnilda Eliezer Kamenesky, Rua 5 de Outubro, Rua da Faia, Rua de Montoito, Rua Maria Elisa da Silva Queimado, Rua de Olivença, Rua Padre Manuel Granja, Rua Cândido Reis, Rua Eça de Queiroz, Rua Almeida Garret, Rua Anastácio da Rosa, Praça da República, Rua 1.º de Dezembro, travessa do Falé;
- Requalificação da ER381, Aldeia da Serra, Bairro António Festas, Rua de S. João, Rua de S. Pedro e Rua Sacadura Cabral;
- Pavimentação de acesso a habitações em betaminoso – Foros da fonte Seca;
- Requalificação da Rua Bento Jesus Caraça em Aldeias de Montoito;
- Requalificação em Foros da Fonte Seca.

5. Infraestruturas

- Prolongamento e Conservação da Rede de Águas;
- Prolongamento e Conservação da Rede de Esgotos;
- Substituição de sarjetas por sumidores – Redondo;
- Abastecimento de água à zona das Vinhas;
- Abastecimento de água à zona das Courelas do Monte Branco;
- Abastecimento de água às Courelas do Zambujeiro e Zambujeirinho;
- Abastecimento de água ao monte junto à estrada de Santa Susana e a partir da EN254;
- Abastecimento de água à Zona de Valdanta.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

Com as competências gerais de planeamento, de organização, de coordenação e de controlo da atividade urbanística e habitacional do Município, este serviço desenvolve um significativo número de tarefas com o objetivo de dar resposta às exigências do concelho.

Serviço Administrativo

Neste âmbito foram desenvolvidos os seguintes processos administrativos:

- Processos recebidos:
 - Obras – 23;
 - Utilização – 67;
 - Licenciamento Industrial – 7;
 - Loteamentos – 2;
 - Diversos – 102.
- Vistorias – 43;
- Tratamento de licenças:
 - Obras – 35;
 - GPL – 1;
 - Demolição: 1;
 - Utilização: 80.
- Emissão de Certidões – 74;
- Entrada de requerimentos – 651;
- Notificações – 797.

Gestão e Urbanismo

No sector da Gestão e Urbanismo têm grande peso os trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos afetos. Neste sentido foram realizadas as seguintes atividades:

- Loteamentos:
 - Análise de projetos;
 - Fiscalização.
- Obras:
 - Análise de projetos;

- Acompanhamento de obras;
- Fiscalização;
- Saneamento.
- Vistorias:
 - Queixas;
 - Edifícios degradados.
- Comissões:
 - Vistorias de receção de obras de urbanização;
 - Vistorias a estabelecimentos de hospedagem;
 - Vistorias para concessão de licença de utilização/habitação.

Fiscalização

No âmbito das suas competências, durante o ano de 2013, os fiscais municipais efetuaram o seguinte trabalho autárquico:

- Fiscalização de Ocupação de via pública;
- Fiscalização de Publicidade;
- Fiscalização a Estabelecimentos comerciais;
- Fiscalização de Obras Particulares;
- Fiscalização de Queixas e/ou Reclamações.

Num total de 168 fiscalizações.

DSC – DIVISÃO SOCIOCULTURAL

Tendo como objetivo primordial a gestão de equipamentos municipais, bem como o planeamento, a coordenação e a execução de projetos que contribuem, ativamente, para o desenvolvimento do Concelho de Redondo nos domínios da Educação, Desporto, Cultura e por consequente do Turismo, a Divisão Sociocultural constitui uma unidade orgânica de carácter fundamentalmente operativo.

Nesta medida, as tarefas abrangidas assumem uma clara lógica de transversalidade, o que implica uma dualidade na definição da sua linha de atuação: por um lado, exige-se o desenvolvimento de ações específicas, segmentadas em função de cada sector e dirigidas a vários tipos de público; por outro exige-se que tais ações se articulem entre si e, simultaneamente, entre os vários sectores, criando complementaridades através de uma estratégia de intervenção integrada e global.

A dinâmica desenvolvida refletiu, necessariamente, esta mesma dualidade, sendo de realçar que, tanto as tarefas de gestão, como a atividade de organização de projetos, partilharam do mesmo objetivo: elevar a oferta sociocultural.

EDUCAÇÃO

A Autarquia tem assumido um papel interventivo nas áreas do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico e reforçado o diálogo entre docentes/agrupamento de escolas/encarregados de educação/autarquia, para que, através de um trabalho conjunto, possam ser encontradas e geridas as intervenções prioritárias ao melhoramento das condições de trabalho, bem como dos equipamentos existentes. Foi objetivo desta Autarquia, desempenhar as funções de responsabilidade do Município em matéria de ação social, transportes escolares e outras modalidades de assistência e proporcionar à população escolar um convívio salutar entre todos os estabelecimentos de ensino traduzido na organização de datas festivas como Carnaval, Dia Mundial da Criança e no apoio a projetos na área da Educação de interesse a todas as crianças inseridas no ensino pré-escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico. Nesse sentido, e no ano em causa, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. Ação Social Escolar

Exercendo mais que as suas competências em matéria de ação social escolar (estipuladas nos termos da alínea d) do ponto 3 do art.º 19.º do Decreto-Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro), e visando promoção da igualdade de oportunidades, a Câmara Municipal procedeu à oferta dos manuais escolares a todos os alunos das Escolas Básicas do 1.º ciclo (EB1).

Assim, no ano letivo de 2012/2013, foram atribuídos um total de 226 subsídios para os alunos que frequentaram o Jardim de Infância (JI) e o 1º ciclo do Ensino Básico (EB1). Especificamente para os alunos do JI foram atribuídos um total de 84 subsídios, dos quais 44 eram abrangidos pelo 1º escalão e 40 pelo 2º escalão. No que se refere aos alunos de EB1, foram atribuídos um total de 142 subsídios, sendo que 87 eram abrangidos pelo 1º escalão (com um custo unitário de 65€, para despesas de material escolar e livros) e 55 eram abrangidos pelo 2º escalão (com um custo unitário de 60€, para despesas de material escolar e livros).

Para além disso, foi ainda garantido, diariamente e a título gratuito, um Suplemento Alimentar e a frequência do prolongamento de horário (15h30m às 17h30m) a todas as crianças a frequentar o Jardim de Infância e o 1º Ciclo do Ensino Básico.

2. Apetrechamento geral e material didático

Relativamente ao material didático, e no ano letivo em análise, a autarquia atribuiu ao Agrupamento de Escolas o material solicitado para o normal funcionamento dos Jardins de Infância do Concelho de Redondo.

Visando assegurar condições adequadas ao desenvolvimento da atividade letiva, a autarquia procedeu ainda à atribuição do seguinte material, para apetrechamento dos estabelecimentos de ensino,

- Manutenção periódica dos meios de combate a incêndios;
- Aquisição de material de desgaste para os Jardins de Infância;
- Aquisição de Manuais Escolares para os alunos do 1.º Ciclo do concelho;
- Aquisição de manuais de Inglês para os alunos de 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos – Protocolo com o Agrupamento Vertical de Redondo.

3. Apoio complementar à aprendizagem dos conteúdos e à realização de atividades extracurriculares

Pedagogicamente adequadas e complementares das aprendizagens ministradas no contexto letivo, as atividades extracurriculares têm por objetivo promover quer o desenvolvimento quer o sucesso escolar, permitindo ainda a organização dos horários de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino, adaptando-as às necessidades das famílias.

As atividades decorrem nas próprias escolas ou em instalações municipais, dependendo da atividade.

Desta forma realizam-se as seguintes atividades:

- Aulas de Inglês;
- Aulas de Expressão Musical;
- Aulas de Expressão Dramática e Plástica;
- Animação da Leitura;
- Aulas de Expressão Físico – Motora.

De referir que, para a concretização de algumas das atividades transcritas, a autarquia, à semelhança de anos anteriores, estabeleceu protocolos com a Direção Regional de Educação do Alentejo.

Ainda no âmbito do apoio complementar a edilidade fornece apoio psicológico às crianças do 1.º ciclo.

4. Atividades Recreativas

No quadro das atividades recreativas e educativas organizadas em 2013, realce para:

- Carnaval das Escolas;
- Comemoração do Dia Mundial da Criança;
- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Festa de Natal das Escolas;
- "Às Voltas com a Ciência no Redondo" em parceria com a Universidade de Aveiro.

No que diz respeito ao ensino básico e secundário, e a título de exemplo, entre outras foram apoiadas as seguintes atividades:

- Apoio à Comissão de Finalistas da Escola EB2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

5. Ocupação de Tempos Livres nos Períodos de Interrupção letiva

O projeto "Férias Desportivas", um programa de animação, ocupação de tempos livres e promoção do desporto, a iniciativa regressou com novas atividades destinadas aos jovens, com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos de idade, residentes e estudantes no Concelho de Redondo.

Permitindo um salutar convívio entre os participantes, aliado à prática de exercício físico e à descoberta do património (natural, arquitetónico e arqueológico), este projeto decorreu durante as interrupções letivas da Páscoa e Verão, abrangendo cerca de 150 crianças.

6. Transportes Escolares

O transporte escolar concedido aos alunos do 1.º Ciclo cumpre os procedimentos definidos na lei.

A autarquia de Redondo transporta, diariamente, para os diversos estabelecimentos de ensino 53 crianças.

Além dos transportes atrás referidos foram também concedidos transportes para visitas de estudo bem como para as atividades de enriquecimento curricular.

7. Planeamento Escolar

Continuação da realização de intervenções no sentido de melhorar eficazmente as condições físicas e ambientais da prática do ensino, assim, e no âmbito da política municipal de educação.

8. Conselho Municipal de Educação

Ao longo do ano de 2013, a Câmara Municipal forneceu todo o apoio logístico e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação, tendo-se realizado um total de 2 reuniões, nas seguintes datas: 28/02 e 19/07.

DESPORTO

Estamos convictos de que as autarquias devem construir modelos abertos de desenvolvimento que, de forma personalizada, se dirijam aos diferentes grupos etários da população. Baseada nestes pressupostos a Câmara Municipal de Redondo levou a cabo, mais um ano, um conjunto de atividades que visam o acesso à prática da atividade física ao maior número possível de cidadãos.

À Câmara Municipal interessa a formação de uma população fisicamente ativa, facto que pressupõe a prática de atividades que contribuam para o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras básicas de forma a processar-se uma integração de comportamentos atitudes e hábitos que acompanham o ser humano por toda a sua vida.

1. Programa de Promoção da Prática Desportiva

Para atingir um estilo de vida saudável, o papel da autarquia reveste-se de reconhecida importância, designadamente na criação de condições. Nestes termos, intervindo em todas as faixas etárias, organizaram-se atividades direcionadas para todos:

- Aulas de Natação e Hidroginástica;
- Projeto Viver com Saúde, nas localidades de Foros da Fonte Seca, Aldeia da Serra, Santa Susana, Montoito, Aldeias de Montoito, Freixo e Redondo (incluindo também o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Redondo).

2. Atividades ao Ar Livre

Todas as atividades tiveram como objetivo promover, de forma controlada e em segurança, a prática da atividade física nos espaços naturais para uma prática desportiva de carácter voluntário. Atividades:

- Férias Jovens e Páscoa Desportiva – destas atividades, de ocupação de tempos livres, constaram de jogos lúdicos, passeios, viagens, acampamento e ações de sensibilização.

3. Desenvolvimento da Educação Física das Escolas

Foram desenvolvidas as seguintes atividades desportivas com as escolas:

- Aula de Expressão Físico Motora e de Natação para todos os alunos das EBI, J. I. e Centro Infantil N.ª Sr.ª da Saúde;
- Protocolo de Cooperação com a EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade – a escola utiliza os recintos desportivos da autarquia para lecionar matérias de índole desportiva;
- Cedência de transportes para o Desporto Escolar da EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

4. Associativismo Desportivo

Nos últimos anos, tem-se verificado um grande desenvolvimento do Desporto no Concelho de Redondo. Neste sentido tem-se apostado grandemente na criação de infraestruturas, bem como na sua promoção.

Este investimento verifica-se também no apoio às coletividades que desenvolvem o seu trabalho neste âmbito.

No ano de 2013, a Câmara Municipal de Redondo atribuiu às associações desportivas concelhias, um total de 82.072,71€ (de referir que não estão contabilizados os valores com o fornecimento de gasóleo).

Para além do apoio financeiro atribuído, disponibilizaram-se uma série de serviços para apoio às coletividades nas diversas áreas, nomeadamente na cedência de materiais de apoio às provas desportivas e culturais, bem como no âmbito da conceção de cartazes. A par do referido, disponibilizou-se também apoio ao nível de:

- Coordenação das atividades desportivas exercidas semanalmente, pelas diversas Associações Locais, no Pavilhão Gimnodesportivo e no Polidesportivo;
- Apoio nos transportes para atividades desportivas – disponibilização de transporte para os clubes, em todos os jogos de todos os escalões e transporte para os treinos das

camadas jovens do Redondense Futebol Clube, do Núcleo de Andebol de Redondo e do Montoito Sport Clube.

5. Organização de eventos Desportivos

Neste domínio destacam-se:

- Torneio Concelhio de Sueca;
- Torneio Concelhio de Malha;
- Participação na Festa da Malha;
- Torneio de Futsal – 25 de Abril.

6. Instalações Desportivas Municipais

A autarquia coloca à disposição de todos um conjunto de instalações municipais, que podem ser utilizadas formal ou informalmente.

- 1) Piscina Coberta;
- 2) Pavilhão Gimnodesportivo;
- 3) Mini Circuito Rodoviário;
- 4) Polidesportivo;
- 5) Piscina Descuberta;
- 6) Pavilhão Polivalente de Montoito (em articulação com a Junta de Freguesia de Montoito);
- 7) Parque Ambiental de Redondo.

CULTURA

De há vários anos a esta parte o executivo da Câmara Municipal assumiu a cultura como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento do concelho. Desde então, a autarquia recusa a cultura como um somatório de atos isolados mas, antes, como uma potencialidade articulada com toda a envolvente socioeconómica, de modo a ser um instrumento de planeamento sustentável ao serviço dos cidadãos e agentes económicos. A programação cultural é entendida numa política cultural que atenda a todos os cidadãos nas suas múltiplas particularidades, ampla, com objetivos claros que visam, em última instância, contribuir para a promoção da qualidade de vida dos habitantes do concelho.

Em 2013 continua a verificar-se que a estratégia continua a ser correta.

1. Programação Mensal

A programação cultural assenta fundamentalmente na regularidade, ecletismo, promoção da cultural regional e formação de públicos. No decorrer do ano de 2013, a programação apresentou um vasto conjunto de eventos culturais que dinamizaram os espaços municipais e salas de coletividades do concelho (onde se organizaram as Comemorações do 25 de Abril).

Procurou-se diversificar os tipos de espetáculos, de acordo com as permissões técnicas, as características de cada equipamento e as preferências do público-alvo.

Nos espetáculos apresentados pela autarquia, no âmbito da programação mensal planeada, e passíveis de registo de entrada nos equipamentos culturais (Auditório do Centro Cultural de Redondo, Enoteca e Coliseu de Redondo), verificou-se a assiduidade de 6681 espetadores.

2. Cedências de Espaços

Os espaços culturais municipais não foram somente palco dos espetáculos realizados ao abrigo da programação cultural da autarquia. Pelo contrário, estes também foram cedidos (a título gratuito) a diversas entidades, com destino à realização de diversificadas atividades, como por exemplo ações de formação, colóquios, festas de natal, espetáculos musicais e dança.

3. Outras Atividades de Animação

Neste âmbito salienta-se:

- Comemoração do Dia de Reis;
- Comemorações do Dia Mundial da Luta Contra o Cancro;
- Iniciativa multicultural Saberes e Sabores de outras Gentes, com a participação das comunidades de imigrantes residentes no concelho;
- Rede Cultural do Alentejo – TEIAS;
- Organização, em colaboração com todas as Associações do Concelho, do 39.º aniversário do 25 de Abril – onde pontificaram atividades ligadas à cultura e ao desporto durante um mês;
- Comemorações do Dia Internacional do Monumentos e Sítios;
- Organização da XXVI Feira do Livro;
- Organização, em colaboração com o Conselho Pastoral da Paróquia de Redondo, da Semana da Fé;

- Comemorações do Dia Internacional dos Museus;
- Organização das Festas Populares Ruas Floridas;
- Organização da 9ª Feira do Livro de Montoito;
- Organização, em colaboração com a APG (Associação de Professores de Geografia), do VI Seminário Nacional Professores de Geografia;
- Preparação, organização e divulgação do Prémio Literário Dr. Hernâni Cidade;
- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Organização da 3.ª Feira do Livro de Natal;
- Dia Mundial da Criança;
- Dia Mundial da Saúde;
- Dia Mundial da Floresta;
- Feira de S. Francisco;
- Dia do Idoso;
- Comemorações do 1º de Dezembro;
- Organização das Ruas Floridas de Redondo;
- Participação na BTL com a divulgação das Ruas Floridas e dos produtos tradicionais do concelho.

4. Associativismo Cultural

Ao longo do ano de 2013 procedeu-se quer ao atendimento, apoio técnico e logístico das associações que se dirigiram, por escrito ou pessoalmente à edilidade, quer à atribuição de participações financeiras para auxiliar as mesmas na realização das suas atividades regulares e/ou pontuais. No que se refere a este último ponto, procedeu-se à atribuição de participações financeiras, num total de 40.226,59€. De salientar também a cedência de transportes (verba não incluída nos valores acima referidos), a título gratuito, sempre que solicitados bem como as melhorias nas instalações.

5. Exposições

Durante o ano de 2013 foram realizadas várias exposições, entre as quais,

- Exposição de Fotografia "Egipto";
- Exposições de Fotografia " A Roménia através da tua câmara" e "O Vermelho na cultura chinesa";
- Exposição de Fotografia " Passo a passa se faz o Caminho";

- Exposição Documental "Cartaz Cultural Anos 40";

Salienta-se ainda que todas as exposições tiveram entradas gratuitas pelo que o total de visitantes não pode ser contabilizado

6. Apoio à Terceira Idade

Estando em organigrama e respetivo regulamento que o apoio à terceira idade é uma competência do Gabinete de Ação Social, no que concerne à animação bem como ocupação dos tempos livres e à Divisão Sócio – Cultural que cabe essa tarefa. Neste sentido, e para além dos programas já referidos na parte do desporto, foram realizados, através do Projeto Dinâmica Sénior, os seguintes apoios:

- Excursões de Reformados e pensionistas do Concelho;
- Almoço de Natal para reformados;
- Comemoração do Dia de Reis;
- Comemoração do dia dos Compadres e das Comadres;
- Cinemateca Sénior;
- Marchas Populares;
- Realização de sessões de teatro com a participação dos reformados que integram o Projeto Dinâmica Sénior;
- Baile da Pinha.

7. Museologia

- Concretização do projeto educativo dos Museus junto das escolas do 1.º ciclo e do Jardim – de – Infância do concelho;
- Atividades lúdico-pedagógica nos Museus;
- Comemoração da Noite de Reis, do Dia Internacional dos Museus (18 de Maio), e do Dia São Martinho;
- Colaboração em atividades com o Projeto Dinâmica Sénior e com o Centro Lúdico de Redondo.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Criadas que estão as principais infraestruturas, como Auditórios, Museus e Bibliotecas que, na emergente sociedade de informação, desempenham um papel primordial no acesso aos novos produtos informativos e culturais, por parte dos vários sectores da

população, o trabalho da Câmara Municipal de Redondo continua a centrar-se na dinamização da atividade cultural.

1. Centro Cultural de Redondo

A regularidade e a qualidade sempre imprimidas nas opções de programação continuam a fazer do CCR um equipamento de referência regional. A este respeito, são indubitáveis as pontes de diálogo que se estabeleceram ao longo dos anos entre as artes e a comunidade. A sua intensa e regular atividade tem-no afirmado como um importante polo dinamizador de cultura, seja ao nível da apresentação das artes performativas, seja no plano da promoção de atividades de natureza pedagógicas.

A título de exemplo,

- 42 Sessões de cinema;
- 10 Sessões de Matiné Infantil (entradas gratuitas M/13);
- 8 Sessões de Cinemateca Sénior (entradas gratuitas);
- 5 Espetáculos de Teatro;
- 1 Espetáculos de Dança;
- 16 Espetáculos de Música;
- 3 Conferências/Seminários/Formação.

Em paralelo com as atividades/ espetáculos apresentados, convém frisar que o Centro Cultural de Redondo integra o projeto TEIAS - Rede Cultural do Alentejo pretendendo implementar medidas e ações que possibilitem a formação de públicos e a aproximação dos cidadãos aos equipamentos culturais.

Este projeto, iniciou-se em 2011, prevê o envolvimento de diferentes parceiros na criação de um programa de serviço educativo, fora do contexto escolar, dirigido ao público infanto-juvenil e de um circuito de atividades promovidas pelos agentes culturais da região - Itinerâncias - dirigidas ao público em geral.

No que respeita ao ano de 2013 o CCR apresentou diversas atividades inseridas na linha de programação de serviço educativo e itinerâncias, a saber:

- 14 Oficinas/ateliê nas seguintes áreas: Artes Performativas, Artes Plásticas/Visuais e Música.
- 4 Espetáculos de Teatro
- 1 Espetáculos de Dança
- 5 Espetáculos de Música



Para além dos eventos mencionados, foi também no Foyer do CCR que se realizaram algumas das Exposições anteriormente referidas.

2. Museu Regional do Vinho

Durante o ano de 2013 o número de visitantes foi de 5 473 visitas.

Museu do Barro

O espaço de divulgação da olaria de Redondo registou, em 2013, 5 697 visitas.

3. Ecomuseu

O Ecomuseu é um museu “a céu aberto” que pretende sensibilizar a população para os valores naturais e culturais do concelho e da região, contribuindo desta forma para a sua conversação e promoção.

No decorrer do ano de 2013 foram realizadas as seguintes ações.

- Comemoração do Dia da Árvore – passeio pedestre e plantação de árvores e arbustos;
- Oficina de Agricultura Biológica e Compostagem;
- Passeio Micológico;
- “O Ecomuseu vai à escola”. Conclusão (1º semestre de 2013) do Projeto de Educação Ambiental nas escolas de Redondo. Concebido com a finalidade de intervir na cultura alimentar e nutricional dos alunos do 1º e 2º ciclo e, simultaneamente promover a técnica da compostagem. As atividades propostas para os alunos do 3º ciclo incidiram, sobretudo, em conhecer a dinâmica do fogo, as principais causas dos incêndios florestais, as ferramentas e meios existentes no concelho a Defesa da Floresta Contra Incêndios e algumas formas de prevenir os incêndios florestais.

4. Arquivo Municipal

- Continuação da classificação e procedimentos com vista à organização, conservação, avaliação, seleção e disponibilização da documentação produzida e recebida pela Câmara Municipal de Redondo e ou a sua custódia;
- Promoveu-se o desenvolvimento de investigação relativa ao Concelho;
- Organização e execução das exposições sobre o Foral de D. Manuel e “Cartazes Culturais dos anos 40”.

5. Biblioteca Municipal de Redondo, Biblioteca Municipal de Redondo – Pólo de Montoito e Biblioteca Itinerante

Atividades realizadas durante o ano de 2013:

- Programas de incentivo à leitura;
- Organização de exposições;
- Serviço de empréstimo de livros, revistas, jornais, jogos, CD's e DVD's;
- Comemorações de dias temáticos alusivos ao Dia Mundial da Poesia, Semana da Leitura, Dia Mundial do Livro, Dia da Musica;
- Animação da Biblioteca na Piscina Municipal Descoberta, "Ler, Jogar e Brincar em Tempo de Férias";
- Sábados animados: Atelier de origami e Atelier de Histórias;
- Serões de Contos à Lareira;
- Projeto "Ler em qualquer Lugar", colocação de obras literárias para empréstimo domiciliário no Café Concerto do Centro Cultural de Redondo;
- Autor do Mês;
- Feiras do livro;
- Apresentação de obras literárias;
- Preparação do concurso Literário Dr. Hernâni;
- Organização das marchas populares em Montoito em colaboração com a Sociedade Filarmónica União Montoitense;
- Continuação do Projeto "Dá uma prenda e cria um sorriso" na Biblioteca/Centro Lúdico de Montoito.

A biblioteca itinerante assegurou animação da leitura e demais ateliers de expressões em todas povoações do Concelho (com exceção de Redondo), possibilitando a consulta e requisições de livros, jogos, CD's e DVD's.

6. Centro Lúdico de Redondo e Centro Lúdico de Montoito

Neste domínio, destacam-se a organização de um conjunto de atividades, a saber:

- Ateliers de Expressão Plástica, corporal e musical;
- Sessões de contos;
- Realização de Jogos Educativos;
- Comemoração de dias temáticos;
- Exibição de filmes infanto-juvenis em DVD;
- Organização de Exposições;
- Preparação de atividades para as escolas e Jardins de Infância;
- Participação nas festas de Natal dos Jardins de Infância;



- Animação da leitura;
- Diversas peças de teatro, integradas no Projeto “Era uma vez...”;
- Ocupação de tempos livres no tempo de férias, (Natal, Páscoa e Verão) das crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, com iniciativas lúdico-pedagógicas;
- Participação em diversas atividades organizadas pela Divisão Socio Cultural (ateliers no Centro Cultural, ações desenvolvidas pelos Museus, Projeto Dinâmica Sénior);
- Participação no Carnaval das Escolas;
- Visitas educativas;
- Participação nas comemorações do Dia da Criança;
- Intervalos animados no Centro Escolar de Montoito.

7. Cine Teatro Municipal

- Ensaios dos grupos de música da Associação de Músicos de Redondo – Fénix.

8. Enoteca

Além da sua atividade normal, em 2012 a Enoteca continuou a contar com um programa de animação cultural.

- Noite de Reis;
- Sessões de Fados;
- Degustação de cozinha internacional, no âmbito da iniciativa multicultural Saberes e Sabores;
- Encontro de Poetas Populares.

9. Coliseu de Redondo

Neste equipamento tiveram lugar 5 espetáculos, 2 organizados pela autarquia e 3 Corridas de Touros organizadas pela Associação Tauromáquica Redondense (associação sem fins lucrativos que detém a gestão taurina do equipamento).



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including 'AB' at the bottom.]

FATOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes a considerar neste ponto.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Como o resultado apresenta valores negativos, embora resultem das explicações anteriormente apresentadas, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se a sua aprovação e que seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.